



**Rebeca Ribeiro da Silva**

**“É fácil imaginar o que será dos indivíduos criados nas escolas de samba”:**  
a infância pelas lentes das assistentes sociais pioneiras  
no Rio de Janeiro

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Irene Rizzini

Rio de Janeiro  
abril de 2025



**Rebeca Ribeiro da Silva**

**“É fácil imaginar o que será dos indivíduos criados nas escolas de samba”:**

a infância pelas lentes das assistentes sociais pioneiras no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Profa. Irene Rizzini**

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

**Profa. Ana Elizabeth Lole dos Santos**

Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

**Profa. Clarice da Costa Carvalho**

UFF

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2025

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

## **Rebeca Ribeiro da Silva**

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense no *campus* universitário de Rio das Ostras em 2022. Participou de projetos de ensino e extensão no âmbito dos fundamentos teóricos-metodológicos do Serviço Social, Infância e Juventude, e Questão Étnico-Racial. Tem interesse em pesquisar história da infância e juventude, eugenia e higienismos e as interfaces com o Serviço Social.

### Ficha Catalográfica

Silva, Rebeca Ribeiro da

“É fácil imaginar o que será dos indivíduos criados nas escolas de samba” : a infância pelas lentes das assistentes sociais pioneiras no Rio de Janeiro / Rebeca Ribeiro da Silva ; orientadora: Irene Rizzini. – 2025.

158 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Infância. 3. Controle. 4. Pioneiras. 5. Serviço social. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para minha mãe, Elenice Gomes Ribeiro da Silva, por nunca ter medido esforços para que minha vida fosse uma experiência cercada de amor e incentivo.

## Agradecimentos

Agradeço imensamente aos meus pais, Elenice Gomes Ribeiro da Silva e Clarisvaldo Rodrigues da Silva, por sempre terem me cercado de tanto carinho e amor. Pelos investimentos na minha educação e nos meus sonhos. Embora para eles, realizar os próprios sonhos sempre tenha sido tão difícil, nunca mediram esforços para realizar os meus.

À minha orientadora, Irene Rizzini, pelo apoio ao longo do processo de orientação. Foi gratificante aprender e construir essa pesquisa com alguém que tem tanto comprometimento com a infância.

À Clarice da Costa Carvalho por todas as trocas que se iniciam na graduação, com a paixão pelos Fundamentos Históricos e Teórico Metodológicos do Serviço Social, mas persistem muito além dela. Nosso encontro foi fundamental para a assistente social, pesquisadora e pessoa que sou hoje.

Ao professor Antônio Carlos Oliveira, que nos ensinou com maestria a arte de pesquisar. Me acolheu com receptividade no Núcleo de Estudos sobre Família, Violências e Políticas Sociais (FAVIPP) da PUC-Rio durante o período da pós-graduação, o que enriqueceu em muito essa experiência.

A toda equipe de bibliotecários da PUC-Rio, pelo auxílio e disponibilidade em atender minhas solicitações, que nem sempre foram fáceis. Em especial, a Thales Roger dos Santos, que me auxiliou de forma incansável na localização de um desses materiais, digitalização e restauração, pois não estava mais em condições para consulta pública.

A Lucas da Costa Schwenck, por me receber com tanto carinho em Niterói. Por trazer a calma em momentos de ansiedade e me mostrar que o amor, o mestrado e a vida são experiências que merecem tempo e dedicação, mas também podem ser leves.

À Thatiana da Silva Pereira pelo estreitamento da nossa relação, por ser meu porto-seguro nos dias difíceis e principalmente nos felizes, no mestrado e na vida.

A Stephanie Dutra e Arthur Faerman, por nunca terem soltado minha mão.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Resumo

Silva, Rebeca Ribeiro; Rizzini, Irene. **“É fácil imaginar o que será dos indivíduos criados nas escolas de samba”: a infância pelas lentes das assistentes sociais pioneiras no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2025. 158p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Desde a gênese do Serviço Social no Brasil, há uma relação muito próxima entre as assistentes sociais pioneiras e o público infantil e juvenil. A emergência da profissão no Brasil ocorre em meio a uma ebulição de conflitos sociais que acentuam as preocupações com a infância. Tal cenário era fértil para a adoção das ciências eugenistas e higienistas, nos discursos e nas instituições assistenciais. Esta dissertação investiga as relações entre tais correntes científicas e as concepções e percepções das pioneiras do Rio de Janeiro sobre essa infância. A pesquisa, de cunho qualitativo e metodologia documental, tem como foco a cidade do Rio de Janeiro, entre 1937 e 1950. Propõe-se uma análise com base nos trabalhos de conclusão de curso elaborados pelas primeiras assistentes sociais formadas no Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. A pesquisa mostrou que a organização do Serviço Social origina-se das influências internacionais voltadas ao controle da classe trabalhadora de um modo geral, nas quais já era possível perceber as preocupações com a infância. Em vista disso, institui-se no Distrito Federal em particular, um Serviço Social que resulta predominantemente das demandas de controle da infância da classe trabalhadora. Isso transparece nas percepções acerca da população atendida, perpassada por estigmas e dogmas difundidos com apoio das ciências eugenistas e higienistas.

## Palavras-chave

Infância; Controle; Pioneiras; Serviço Social.

## **Abstract**

Silva, Rebeca Ribeiro; Rizzini, Irene (Advisor). **“It is easy to imagine what will result of individuals raised in samba schools”**: **Childhood under the lenses of pioneer social workers in Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2025. 158p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Since the genesis of Social Work in Brazil, there is a very close relationship between the pioneers' social workers and the youth and child population. The emergence of the profession in Brazil occurs in the middle of a range of social conflicts, which arise the preoccupation with childhood. Such scenario was fertile to the adoption of eugenicist and hygienist sciences, in discourses and in the assistance institutions. This dissertation investigates the connection between such scientific currents and the social workers' conceptions and perceptions of that childhood in Rio de Janeiro. This qualitative research adopts a documental methodology and focuses on the city of Rio de Janeiro, from 1940 to 1950. The proposal is to present an analysis based on the undergraduate thesis elaborated by the first social workers graduated in the Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. The research has shown that the organization of Social Work has its origins in international influences, focused on the control of the working class in general, in which it was already possible to see the preoccupations with childhood. Therefore, it has been established in Distrito Federal in particular, a Social Work that is a result, uppermost, from the control demands of childhood and working class. This becomes very clear in the perceptions about the population assisted, spanned by stigmas and dogmas propagated with the support of eugenicist and hygienist sciences.

## **Keywords**

Childhood; Control; Pioneers; Social Work.

## Sumário

1. Introdução .....	13
1.1 Escrevivências como pesquisadora: as forças coletivas presentes na escrita da mulher negra.....	13
1.2 Caminhos da Pesquisa .....	19
2. Antes do Serviço Social: violências, lutas de classes e interfaces com a infância	23
2.1 Apreensão histórica de um fenômeno: Questão social no Brasil.....	23
2.2 Infância na conformação da Questão social no Brasil.....	28
2.3 Resistência da classe trabalhadora nos horizontes da Primeira República.....	34
2.4 Questão social, Questão Racial e Infância .....	39
3. De classes perigosas a infâncias perigosas: novas respostas às manifestações sociais e a centralidade na criança .....	46
3.1 Infância pobre pelos olhares da elite republicana: ameaça ou salvação? .....	46
3.2 Eugenia e Higiene Social: apontamentos para compreender a apropriação pela ciência brasileira .....	54
3.3 A Liga Brasileira de Higiene Mental e atenção à infância.....	59
4. Muito além da violência: estratégias utilizadas durante a Era Vargas no trato da Questão social e na atenção à infância.....	64
4.1 Seu Julinho vem aí? Interesses e disputas no decorrer da Era Vargas .....	64
4.2 Questão-Social e Infância no pós-30.....	69
4.3 Novas estratégias de pensar o cuidado com a infância .....	72
5. Percorrendo caminhos da gênese do Serviço Social fluminense: a trajetória de proteção à infância .....	76
5.1 Organização do Serviço Social e Influências Internacionais .....	76
5.1.1 Serviço Social brasileiro e herança estadunidense .....	81
5.2 A Escola de Serviço Social do Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro .....	84
5.3 O destaque para a infância na formação de assistentes sociais .....	91
6. Análise dos trabalhos de conclusão de curso em Serviço Social do Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro.....	105
6.1 Percurso Metodológico.....	105
6.2 Papel do Serviço Social .....	109
6.3 Representações da infância atendida pelo Serviço Social .....	112
6.4 Ações de orientação aos menores: educação, reajustamento e disciplina das famílias .....	117
6.5 Higiene, eugenia e criminalização da infância pelas lentes das pioneiras do Rio de Janeiro .....	119
7. Considerações finais .....	132
8. Referências Bibliográficas.....	132
Anexos .....	152

Anexo n° 1 - Determinação do QIP pelo <i>test</i> de “Florence Goodenough”. .....	152
Anexo n° 2 - Relação dos espaços de atuação das assistentes sociais formadas no Instituto Social. ....	155

## **Lista de Figuras**

Figura 1: Roda Infantil - Cândido Portinari .....	42
Figura 2: A criança como futuro da nação .....	49
Figura 3: Primeira turma de assistentes sociais formadas pelo Instituto Social em 1940 .....	86

## **Lista de tabelas**

Tabela 1: Desajustamentos Sociais.....	83
Tabela 2: Disciplinas do curso de Serviço Social .....	87
Tabela 3: Programa Mínimo da ABESS em 1946.....	88
Tabela 4: Programa Mínimo sugerido no Projeto de Regulamentação das Escolas de Serviço Social.....	99
Tabela 4: Representação da infância .....	113
Tabela 6: Campos de estágio das pioneiras do Instituto Social.....	122

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABESS – Associação brasileira de escolas de Serviço Social

ABEPSS – Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPS – Caixas de Aposentadorias e Pensão

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CRA – Centro de Referência do Adolescente

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FAVIPP – Núcleo de estudos sobre famílias, violências e políticas públicas

IAPS – Institutos de Aposentadoria e Pensão

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental

LBI – Laboratório de Biologia Infantil

NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PUC – Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

REFASS – Grupo de Pesquisa sobre fundamentos, questão étnico-racial e serviço social

SAM – Serviço de Assistência aos Menores

SRTCC – Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café

SRTCM – Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral

TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFF – Universidade Federal Fluminense

*Dia após dia nega-se às crianças  
o direito de ser crianças,  
Os fatos que zombam desse direito  
ostentam desses ensinamentos  
na vida cotidiana.  
O mundo trata os meninos ricos  
como se fossem dinheiro  
para que se acostumem  
a atuar como o dinheiro atua.  
O mundo trata os meninos pobres  
como se fossem lixo,  
para que se transformem em lixo.  
E os do meio,  
os que não são ricos nem pobres,  
conserva-os atados à mesa do televisor,  
para que aceitem desde cedo,  
como destino, a vida prisioneira.  
Muita magia e muita sorte têm  
as crianças que  
conseguem ser crianças.*

Eduardo Galeano – Os alunos

# 1

## Introdução

Esta pesquisa buscou compreender como se deu o exercício profissional do Serviço Social no Rio de Janeiro junto à infância, durante os anos de emergência da profissão (1937-1950). Isto é, entender se as concepções a respeito da infância<sup>1</sup> – que era um dos públicos-alvo da atuação das assistentes sociais pioneiras – presentes no cenário sócio-histórico da época, contribuíram com as apreensões e intervenções dessas profissionais com esse público.

A escolha desse período, como centro do interesse da pesquisa, deu-se em razão de dois marcos históricos, fundamentais para compreensão do objeto de pesquisa. O primeiro é a criação da primeira escola de Serviço Social do Rio de Janeiro: a então escola de Serviço Social do Instituto Social e Familiar do Rio de Janeiro, em 1937. E o segundo se refere ao último trabalho de conclusão de curso encontrado durante a análise, que se relacionava com o tema, o qual data de 1950.

Além disso, determinar a cidade do Rio de Janeiro como o território a ser analisado foi necessário para não ampliar excessivamente as proporções da pesquisa. Compreendemos, ainda, que a análise sobre o Rio de Janeiro poderá trazer aportes particulares para apreensão das interlocuções entre Serviço Social e infância, já que tratamos da então capital da República.

Outro fator determinante, para este estudo, é a concentração das análises em registros das pioneiras do Instituto Social. O maior número de material utilizado para a análise documental são os Trabalhos de Conclusão de Curso, elaborados pelas profissionais formadas no Instituto Social, entre os anos de 1937 até 1950. A escolha partiu da percepção de que esses poderiam ser registros raros, ainda não sistematizados, acerca da infância. Especialmente ao considerarmos as influências científicas que estiveram presentes nessa atuação.

Isto é, buscamos identificar as apreensões das assistentes sociais pioneiras em relação à infância atendida – um dos principais públicos de atuação do Serviço Social desde a gênese da profissão no Brasil<sup>2</sup>. O que conforme indica Minayo (2023), é parte da pesquisa qualitativa, que

---

<sup>1</sup> Ao longo da dissertação, a adoção da terminologia “infância” faz referência ao termo de uma forma mais ampla, não apenas a definição utilizada na atualidade. Os estudos de Rizzini (1997) apontam que na transição do século XIX para o XX, “infância” e “juventude” eram termos que faziam referência a ideia de perigo. Esse perigo se dividia em dois grupos: daqueles que representavam uma ameaça e perigo explícito ou dos potencialmente perigosos. Segundo a autora, é essa dicotomização que produzirá a categoria específica do menor, amplamente utilizada no período aqui tratado (Rizzini, 1997).

<sup>2</sup> Sustentamos tal afirmação, com base em alguns fatos e eventos que circundam a gênese do Serviço Social: 1) A preocupação com a infância aparece já nos primeiros currículos dos cursos das primeiras escolas de Serviço Social, em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro, conforme demonstraremos adiante; 2) É fundado em 1936 no Rio de Janeiro, um curso de Serviço Social para a infância, com o objetivo de formar profissionais que atuariam

responderá às questões particulares, por meio do “universo dos significados, aspirações, crenças, valores e atitudes” (p. 20). Identificamos os registros produzidos pelas pioneiras como documentos históricos, os quais conforme indica Cellard (2008):

são insubstituíveis em qualquer reconstituição, referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 293).

Assim, a pesquisa qualitativa aqui apresentada é de cunho documental. No último capítulo desta dissertação, tratamos de forma mais detalhada sobre as escolhas metodológicas, bem como sobre fragilidades e obstáculos, percebidos no decorrer do processo de pesquisa.

Demarcadas as escolhas que trazem sentido para situar o início da análise em 1937, cabe destacar mais a fundo porque optamos por encerrar esse intervalo no ano de 1950. Além da produção do Trabalho de Conclusão de Curso – antes mencionada – nos últimos anos da década de 1940, desenrolavam-se eventos marcantes para o Serviço Social, tais como a realização do I Congresso Brasileiro de Serviço Social e a publicação do I Código de Ética da categoria, ambos em 1947.

Em 1949, houve a promoção do II Congresso Pan-Americano de Serviço Social. É precípuo situar esses eventos porque também contribuem para justificar a escolha em estender a análise dos trabalhos até 1950. Tratam-se de produções com potencial para demonstrar a incorporação das mudanças e dos debates que aconteciam no âmbito do Serviço Social. Aqui enfatizamos a forma como tais debates e incorporações se davam no tocante à atuação das pioneiras fluminenses junto à infância.

Cabe destacar que em razão das condições dos trabalhos de conclusão de curso e demais documentos, realizamos o trabalho manual de transcrição de tais arquivos. Assim, foi necessário adaptar os escritos à gramática padrão atual, uma vez que, não dispúnhamos de tempo suficiente, para “corrigir” os ajustes feitos pelos programas de correção automática e nos mantermos fiéis aos escritos originais. Dessa forma, optamos por padronizar o texto da dissertação, adequando os escritos do período estudado a norma culta padrão atual.

---

com o público infantil e juvenil no Juizado de Menores e no Laboratório de Biologia Infantil; 3) O documento comemorativo de 10 anos de Instituto Social, dispõe de uma lista dos postos de trabalho ocupados pelas pioneiras formadas no Instituto Social, a qual demonstra um número significativo de espaços sócio-ocupacionais voltados para a atuação com os “menores”, espaços esses que foram amplamente ocupados pelas assistentes sociais pioneiras. Essas afirmações serão discutidas com maior aprofundamento ao longo da dissertação (Instituto Social, 1947; Pinheiro, 1985a; Pinheiro, 1985b; Yasbeck, 1977).

Foi necessário empreender uma discussão mais cuidadosa em torno da questão social, porque, como objeto de trabalho da/o assistente social, também originou a demanda por essa força de trabalho especializada, durante a conformação da questão social. Situamos esse debate com base nos estudos da teoria do marxismo da dependência, especialmente em Rodrigo Castelo (2021), que apresenta avanços na compreensão desse fenômeno, a partir da compreensão da origem, em articulação com a questão racial e com as relações de violência desenvolvidas nesse território.

Retornaremos alguns anos no período elencado para este estudo, a fim de compreender as transformações e os interesses presentes na sociedade da época, que culminaram no surgimento do Serviço Social e, principalmente, no interesse das instituições e da profissão em relação à infância. Por isso, destacamos brevemente eventos e marcos históricos significativos da Primeira República e nos debruçamos, ainda, sobre acontecimentos que se desenvolviam durante a Era Vargas, incluindo o Estado Novo – a ditadura varguista.

Esse movimento é fundamental para aprofundar a pesquisa realizada aqui. Foi operado partindo da compreensão que se tratava de um contexto no qual uma das tônicas vigentes era a de criminalidade da infância. Ou seja, os discursos empreendidos, em torno desse público, eram relacionados às “infâncias perigosas ou em perigo de o ser” (Rizzini, 1997, p. 29).

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX também são marcadas por teorias raciais, inicialmente pela adesão de um grupo de cientistas brasileiros ao darwinismo social e, posteriormente, à higiene mental e eugenia. Essas formulações ganham destaque após a abolição, em um momento que a nível internacional e também nacional se difundia o discurso da igualdade, tratava-se, ao mesmo tempo, de estabelecer por meio da ciência, estratégias para limitar essa igualdade a alguns grupos (Bonfim, 2017; Vasconcelos, 2010).

Tais formulações não se limitariam ao pós-abolição e tampouco a um grupo fechado de cientistas. Foram disseminadas em diversos campos do conhecimento e percebidas também nas políticas de Estado da Primeira República, na expectativa de alcançar um “aprimoramento do perfil racial do brasileiro” (Bonfim, 2017, p. 51).

De acordo com os estudos realizados pelo sociólogo Ricardo Bonfim, apesar de existirem divergências na difusão da eugenia no Brasil, a perspectiva dos cientistas da época, geralmente, convergia em torno do propósito de “regeneração das classes populares por meio da higiene, da eugenia e de uma educação moral” (Bonfim, 2017, p. 58). Nesse ínterim, eram as famílias pobres e negras que suscitavam maior preocupação dos cientistas, das elites e do próprio Estado. Em relação a essa preocupação, destacava-se a infância como integrante desses grupos.

Constrói-se, assim, a categoria social do “menor”, para representar essa infância pobre e entendida como perigosa e a infância em perigo, representada pelos abandonados, conforme aponta Rizzini (1997). Nesse cenário, predominavam os discursos de criminalidade infantil, associados a essa infância das classes mais empobrecidas. A preocupação com esse público figurava no discurso médico e jurídico da época, com as proposições acerca de uma legislação particular que os assistisse, a qual deveria estar estruturada entre justiça e assistência (Rizzini, 1997, p. 29).

Destarte, buscamos responder se, inserido em tal contexto, o Serviço Social, que em finais dos anos 1930 se profissionaliza, terá sido atingido por tal visão, seja na formação ou na prática profissional. A realização dessa análise será feita primordialmente por registros obtidos no antigo Instituto Social<sup>3</sup>, por se tratar da primeira escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. Além disso, as perspectivas dessas profissionais nos são muito caras, já que foram elas que ocuparam os primeiros espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

A ênfase no Instituto Social e, principalmente, nos trabalhos apresentados, deu-se em razão dos caminhos da própria pesquisa e das condições de armazenamento de documentos históricos pelo Serviço Social. Isso porque, em alguns momentos, houve interesse em pesquisar outros títulos produzidos por outras alunas do Instituto, especificamente sobre infâncias/menores, os quais não estavam mais disponíveis. Houve ainda tentativas de buscar por Anais de Congressos, nos quais as pioneiras estiveram presentes tratando sobre infância, sem sucesso. Por isso, cabe registrar que a profissão precisa seguir se colocando em favor de uma cultura de armazenamento e manutenção de documentos históricos, para que não estejamos condenadas/os ao esquecimento.

## 1.1

### **Escrevivências como pesquisadora<sup>4</sup>: as forças coletivas presentes na escrita da mulher negra**

A leitura, para mim, sempre foi um espaço de muitas possibilidades e sonhos. Um ambiente onde era possível encontrar lazer e refúgio. Com a escrita não foi diferente. A partir

---

<sup>3</sup> Tratamos dos registros encontrados no atual Departamento de Serviço Social da PUC/Rio e na biblioteca dessa universidade.

<sup>4</sup> A escolha por situar um diálogo desse subitem da introdução com o conceito de escrevivência, tem origem a partir da leitura da pesquisa de Queiroz (2022) que realizou o mesmo movimento. A autora demonstrou de forma muito sensível as conexões entre o conceito de escrevivência trazido por Conceição Evaristo (2020) e as narrativas e vivências de mulheres negras, mais particularmente as dela própria e sua mãe. Essa produção me toca de maneira muito particular, porque os fatos narrados por Ana Carolina Queiroz, também foram – de forma muito semelhante – vivenciados em minha trajetória e ancestralidade, e por isso, considerei fundamental situar os esforços coletivos e ancestrais que tornaram possível minha caminhada acadêmica e a chegada a uma pós-graduação, essa escrita, sobretudo a possibilidade de utilizá-la como resistência.

do momento em que soube que, além de ler, escrever era possível, essa arte se tornou também um espaço de diversão e variadas possibilidades: histórias, redações e, mais tarde, artigos científicos e textos para *blogs* faziam parte do meu repertório. E eu, enquanto mulher negra que sou, a cada palavra escrita me identifico também com a escrevivência, conceituada por Conceição Evaristo (2020):

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).

A minha ancestralidade me ofereceu coragem e condições para me apropriar desses signos que consigo trazer em minha escrita, agora transformados em uma Dissertação de Mestrado. Minha ancestralidade precisa ser situada nesse processo, porque a mulher negra pesquisadora e assistente social que sou hoje, foi constituída a partir de muitas outras histórias e esforços coletivos.

Eu também sou filha de uma mulher negra, Elenice Gomes Ribeiro da Silva. Natural de Barra do Itabapoana, no interior do Rio de Janeiro, com uma família de 10 irmãos e poucos recursos financeiros, desloca-se para Rio das Ostras – também no interior do Rio. Assim como outras crianças negras, não teve muito tempo para aproveitar a infância, pois desde muito cedo precisava contribuir com o cuidado dos irmãos mais novos e trabalhar em “casa de família” para contribuir com a renda da casa. Aos 16 anos, acompanhou uma família para Niterói, na expectativa de seguir trabalhando, conquistar outras possibilidades e mandar dinheiro para custear parte do sustento dos irmãos.

Minha mãe que, muitas vezes, trabalhou em troca de um teto no Rio de Janeiro, também precisava trabalhar fora de casa para seguir garantindo o próprio sustento e dos irmãos, ao mesmo tempo em que, sozinha, buscava custear os estudos, concluir o ensino fundamental e médio. Posteriormente, nas mesmas condições, ingressou em um curso técnico em enfermagem.

Meu pai, Clarivaldo Rodrigues da Silva, é um homem branco, que também veio de Barra do Itabapoana para Rio das Ostras. Não conseguiu concluir o ensino fundamental, morando em uma região muito afastada de qualquer escola. A infância foi marcada pela necessidade de

trabalhar na roça. Lembro do meu pai sempre trabalhando nas mais diversas ocupações que pudessem contribuir com nossa subsistência: varreu ruas e capinou quintais e, eventualmente, também vendia os produtos da sua maior paixão, a pescaria.

Cresci ouvindo as histórias da minha mãe, meu pai, minhas tias, tios e avós que, marcadas por muitas dores e cicatrizes, são componentes diretos do meu processo de formação. As possibilidades de educação dadas a mim foram possíveis porque sempre existiram pessoas que acreditaram e sonharam junto comigo – sonhos e possibilidades de acreditar que muitas vezes a eles foram negadas. As condições de vida e trabalho conquistadas por meu pai e minha mãe a duras penas, foram em mim investidas em cada gesto de carinho, que me fez acreditar que romper com esse ciclo era possível, em cada investimento, seja no curso de inglês, na escola, nas aulas de reforço de matemática, nos gibis e nos livros. E mesmo depois de adulta, nunca deixaram de sonhar comigo, sempre me incentivando a ir mais longe com todo o suporte necessário. Me proporcionaram as condições necessárias para que eu morasse em Niterói, conseguisse me deslocar até a PUC e realizar meu sonho de fazer esse mestrado.

Não há como destacar o meu interesse pela leitura e escrita, ou ainda onde esses interesses me trouxeram, sem demarcar a presença dessas pessoas, os registros presentes nessa oralidade e na daqueles que vieram antes deles, que me fortaleceram e incentivaram para elaborar os registros de *escrevivência*. Desse modo, concordo com as proposições de Conceição Evaristo (2020):

Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha (Evaristo, 2020, p. 35).

Espero poder contribuir, a partir da minha escrita, com uma produção que amplie os conhecimentos sobre infâncias que também foram atravessadas por algum tipo de violência. Situando, principalmente, tais conhecimentos no âmbito do Serviço Social, que ainda hoje é uma profissão que dialoga diretamente e cotidianamente com a população infantil.

Além das contribuições e apoios diretos da minha rede familiar, gostaria de enfatizar que tais reflexões teóricas e os subsídios aqui presentes são, na verdade, fruto de uma trajetória composta de muitos encontros e trocas que começam ainda na graduação. Pude me aproximar da atuação de assistentes sociais com crianças e adolescentes em 2019, a partir da inserção no campo de estágio, no Centro de Referência do Adolescente (CRA), uma unidade de saúde multidisciplinar, localizada no município de Macaé, no Rio de Janeiro, voltada ao atendimento

em saúde de adolescentes entre 10 e 19 anos. Posteriormente, me inseri no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras, no qual estive vinculada a um grupo de pesquisa específico, sobre Fundamentos do Serviço Social e Relações Étnico-Raciais (REFASS).

A pesquisa no campo dos fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social, aliada ao campo de estágio, foram inserções essenciais para me fazer questionar o lugar das crianças e dos adolescentes, no caso dessa pesquisa, os então chamados “menores” para o Serviço Social brasileiro, no processo de formação/organização.

No campo de estágio, estavam presentes os diálogos e os debates em torno de produções teóricas diversas sobre a infância, adolescência e juventude. Dentre essas, a contribuição de produções como as de Irene Rizzini (2005), que apontava a infância, historicamente, como uma categoria valiosa no Brasil, a partir de duas lógicas: a que merecia ser salva e, ao mesmo tempo, poderia ser uma ameaça, pontuando a perpetuação dessa lógica para o olhar com a infância ainda na atualidade.

Nos grupos de pesquisa e espaços de monitoria em Fundamentos, a leitura de produções como a de Renata Gonçalves (2018), contribuíram para pensar e questionar o lugar ocupado pelo Serviço Social na apreensão de teorias conservadoras vigentes nos cenários sócio-histórico de emergência da profissão, bem como os processos de reprodução de tais ideologias em torno da população negra. Tal curiosidade se acentua na medida em que se aprofundavam os conhecimentos acerca do Serviço Social e da realidade sócio-histórica do país, em princípios do século XX.

No espaço da Pós-Graduação, tive a oportunidade de fazer parte do Núcleo de Estudos sobre famílias, violências e políticas públicas (FAVIPP). Foi uma experiência fundamental para aprimorar a minha formação contínua como assistente social, tal qual os conhecimentos sobre as temáticas de infância e geração, as quais pude me debruçar a partir da troca com outros/as pesquisadores/as. Além disso, tive a oportunidade de ampliar meus horizontes em relação a outros assuntos que perpassam as relações sociais e o cotidiano de trabalho de assistentes sociais.

## **1.2**

### **Caminhos da Pesquisa**

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as conexões entre a origem do Serviço Social no Rio de Janeiro, com as ciências eugenistas e higienistas, presentes no cenário sócio-histórico do país. Para assim, perceber se essa interlocução proporcionou rebatimentos na

atuação das primeiras assistentes sociais fluminenses, com o público infantojuvenil, daquele período.

Para assegurar o cumprimento de tal propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: I. Identificar os conceitos e as ações que envolviam o trabalho das assistentes sociais pioneiras; II. Examinar o teor e embasamento científico de tais ações; III. Identificar qual infância era público-alvo do Serviço Social; IV. Analisar os currículos, legislações e outros documentos relacionados ao período analisado (1937-1950), em busca de perspectivas e referenciais profissionais sobre a atuação junto à infância.

Nesse item da introdução, tratamos de situar a relevância e a contribuição desta produção para a construção da história da profissão, bem como para o aprofundamento teórico da categoria profissional de assistentes sociais, no que diz respeito aos estudos sobre infância. Ademais, demarcaremos a metodologia adotada para a elaboração da dissertação ora apresentada.

A pesquisa de Warde (2007) demonstra que as produções em torno da infância, as quais apresentavam um crescimento promissor em princípios da década de 1990, não mantiveram o padrão de crescimento nos 15 anos posteriores. Ao olharmos a produção específica do Serviço Social sobre infância, o cenário é ainda mais desanimador. Um levantamento, produzido por Russo, Sales e Aguiar (2021), considera as produções de conhecimento com a temática da infância, adolescência e juventude na Revista Serviço Social e Sociedade, entre os anos 1979 e 2017.

A análise, que incluiu 129 periódicos e um total de 1385 trabalhos publicados em diferentes formatos, apresentou como resultado um total de 79 produções, que versavam sobre a temática da infância, adolescência e juventude, o que corresponde a um percentual de 5,13% em relação ao total do material analisado.

As autoras demonstram que grande parte do material, que compreende esse total de 79 publicações, foi elaborado na primeira década dos anos 2000, o que poderia expressar uma necessidade de aprofundamento teórico da categoria para atuar com o público infantil e juvenil, diante das mudanças trazidas por legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Além de alguns dispositivos inovadores, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)<sup>5</sup> (Russo; Sales; Aguiar, 2021).

---

<sup>5</sup> As autoras citam ainda outras iniciativas que podem ter contribuído com esse índice, quais sejam: “Programa Bolsa-Escola, em 2001 e, o Programa Bolsa-Família em 2003. Assim como com os diversos ordenamentos que

Compreendemos que a análise da Revista Serviço Social e Sociedade é apenas uma amostra, das inúmeras produções da categoria, e não representa a totalidade do conteúdo científico elaborado pelo Serviço Social, especialmente após o Congresso da Virada, em 1979<sup>6</sup>. Compreendemos também que essa revista é uma expressão muito potente da categoria profissional de assistentes sociais, dada à expressividade no interior da profissão e o caráter histórico<sup>7</sup>. Desse modo, entendemos que a produção supracitada – ainda que seja apenas uma amostra – é inexpressiva.

Essa afirmação se justifica quando pensamos o Serviço Social na atualidade, enquanto uma profissão que segue atuando de maneira significativa com crianças e adolescentes, e que possui nos princípios fundamentais, presentes no Código de Ética o “[...] empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993). Dessa forma, defendemos a importância de se construir um referencial teórico mais amplo sobre e com o público infantil e juvenil no interior do Serviço Social.

Defendemos, ainda, que o movimento acima citado precisa vir acompanhado de uma busca pelo conhecimento sobre a gênese da profissão, compreendendo que essa esteve, desde o momento da formação no Brasil, atuando com a infância. Parte desse compromisso é também perceber como se deu essa atuação e quais as influências estiveram presentes naquele cenário sócio-histórico.

Nesse sentido, a pesquisa que aqui apresentamos, busca ser uma contribuição com esse movimento. Revisitar o passado é fundamental para construir bases sólidas para essa atuação crítica que almejamos, o que se tornará mais fácil, na medida em que transformarmos também nossa relação – enquanto categoria – com os documentos históricos.

---

passam a normatizar a Política Nacional de Assistência Social no Brasil, a partir de 2004, tais como: “a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, em 2005; o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em 2006; e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, em 2006” (Russo; Sales; Aguiar, 2021, p. 614).

<sup>6</sup> O Congresso da Virada (1979) é o evento que marca o rompimento hegemônico do Serviço Social brasileiro com o lastro conservador presente na história da profissão. Demarcando assim, a articulação com os interesses da classe trabalhadora e o reconhecimento da categoria profissional enquanto parte dessa. São instauradas assim, as bases necessárias para o que atualmente é reconhecido como o projeto ético-político profissional. e instauração, do que Netto (2006) denomina como “pluralismo político”, permitindo a reorganização das entidades representativas da profissão (ABEPSS-CFESS). Ver mais em: A Construção do Projeto Ético-Político Profissional (Netto, 2006).

<sup>7</sup> A Revista Serviço Social e Sociedade existe desde 1979. Pode ser considerada um marco histórico do momento de renovação do Serviço Social, em que buscava-se produzir uma base teórica concreta que pudesse relacionar o fazer profissional com a política social de forma mais crítica, visando romper com a lógica tecnicista e conservadora de Serviço Social que predominava nos anos anteriores e foi fortalecida durante a ditadura (Miotto; Nogueira, 2013).

A iniciativa de aprofundar os referenciais teóricos da categoria profissional, enquanto estratégia de aprimoramento da proposta de um Serviço Social crítico, ético e comprometido com a transformação social, deve vir acompanhada de produções que pensam a infância na totalidade, a partir da memória histórica ou da atualidade.

Nessa direção que desenvolvemos a pesquisa, ao partirmos da busca pela compreensão acerca das possíveis relações entre as correntes teóricas, que contribuíram para a criminalização da infância atendida por assistentes sociais, no período de 1937 a 1950, além das apreensões das pioneiras formadas no Rio de Janeiro sobre esse público.

Para organizar os elementos supracitados e na expectativa de alcançar os objetivos que compõem essa dissertação, a pesquisa foi organizada em cinco capítulos, além da introdução, considerações finais e elementos extratextuais. No segundo capítulo, buscamos fazer uma contextualização histórica sobre a compreensão de questão social, destacando as particularidades brasileiras e, sobretudo, como as tentativas de controle da questão social, produziram rebatimentos na classe trabalhadora e principalmente na infância que compõe essa classe. Dessa forma, chamamos atenção para as relações entre capital e trabalho, que incidem neste território.

No terceiro capítulo, tratamos sobre os estigmas produzidos em torno das classes trabalhadoras e da infância oriunda desse grupo, com destaque para as ciências que sustentaram os discursos, práticas e políticas de controle, voltadas à construção de um modelo de cidadão trabalhador ideal, o que devia ser iniciado na infância. Destacaremos, assim, as alianças entre as elites intelectuais, que possibilitam a inserção da higiene e da eugenia no trato da questão social, além da manutenção dos rótulos para a criança pobre, de “perigosa ou em perigo de o ser”.

No capítulo quatro, foram sistematizadas as transformações que incidem no tecido social, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, situando as novas formas de enfrentamento à questão social e expressões – que possibilitaram a profissionalização do Serviço Social na mesma década. Ademais, tratamos de destacar os interesses presentes nessa “nova” forma de pensar a assistência e o destaque que a população infantojuvenil também teve nesse momento.

Após essa ampla contextualização dos elementos que permitiram a institucionalização do Serviço Social como profissão, tratando ainda dos subsídios disponíveis no cenário sócio-histórico, que poderiam ser apreendidos pelas pioneiras na atuação com infância, é que iniciamos o capítulo cinco. Nesse capítulo, visamos dialogar mais diretamente com a gênese da profissão, as influências internacionais importadas pelo Serviço Social brasileiro e como isso foi apropriado nas primeiras escolas. Além de destacarmos, especificamente, as características

da organização do Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro, que será o cenário de produção dos trabalhos analisados.

Por último, ao longo do capítulo 6, tratamos de dialogar com os Trabalhos de Conclusão de Curso, produzidos pelas pioneiras do Instituto Social, entre os anos de 1940 e 1950. O objetivo desse item é sintetizar, a partir da apreensão das pioneiras, os elementos destacados nos outros itens do capítulo. Para isso, utilizamos os seguintes critérios qualitativos de análise: 1. O papel do Serviço Social; 2. Representação da infância (terminologias); 3. Ações de orientação aos menores; 4. Como a higiene aparece; 5. Como a eugenia aparece; 6. Associação da infância pobre e criminalidade. Tais critérios foram transformados em subitens do capítulo seis.

## 2

### **Antes do Serviço Social: violências, lutas de classes e interfaces com a infância**

#### 2.1

##### **Apreensão histórica de um fenômeno: Questão social no Brasil**

As pesquisas de Castelo (2021), trazem aportes interessantes para o avanço dos estudos sobre a questão social, especialmente nos países de capitalismo dependente<sup>8</sup>. Dialogando com alguns autores de referência, para a apreensão da questão social no Serviço Social e nas ciências sociais<sup>9</sup>, Castelo defende que a questão social poderá ser compreendida a partir de três vetores: o primeiro é a relação capital/trabalho e a exploração daí decorrente; o segundo, compreendido dentre as lutas e manifestações da classe trabalhadora, diante do cenário de opressão e exploração; por último, ele chama atenção para as distintas formas de atuação e intervenção do Estado burguês, diante da questão social, com vistas a manutenção do *status quo* (Castelo, 2021, p. 95).

As primeiras categorias são amplamente debatidas em Marx (2005)<sup>10</sup> e, ainda, nos autores previamente citados. Interessa-nos pensar a relevância da intervenção do Estado na emergência da questão social. Castelo (2021) defende que o Estado tem atuação constante, ao longo de todas as fases do desenvolvimento capitalista e que, nesta intervenção, a violência é central, o

<sup>8</sup> O autor faz reflexões mais gerais sobre questão social para depois tratar dos países de capitalismo dependente, que é a forma como o Brasil é categorizado.

<sup>9</sup> O autor dialoga, por exemplo, com os textos emblemáticos para a categoria contidos na edição nº III da Revista *Temporalis* (2003); José Paulo Netto (2001); Marilda Yamamoto; e Mauro Iasi para tratar a historicidade da Questão social de um modo geral e abordar a centralidade da violência na constituição do fenômeno. Tais estudos contribuem com mais subsídios para apreensão da Questão social no Brasil.

<sup>10</sup> Publicado originalmente em 1867.

que denominará de violência como potência econômica. Segundo Castelo, Ribeiro e Lima (2016), o Estado utilizará o poder coercitivo desde a transição forçada do feudalismo para o capitalismo e seguirá, posteriormente, fazendo-se presente na reprodução do capital por meio da utilização da força.

Os autores categorizam a violência como potência econômica, a partir da leitura do próprio Marx, nos escritos sobre acumulação primitiva<sup>11</sup>. Os mecanismos de violência em que há presença do Estado são variados:

[...] Sistema colonial, sistema da dívida pública, sistema tributário e protecionismo. O sistema colonial cumpria uma função primordial na acumulação de capital: extorsão de valores de uso das colônias não capitalistas e a sua transformação em mercadorias no mercado mundial. Os tesouros sugados por escravização, roubo e outros métodos pouco idílicos entrava na metrópole pelo circuito de valorização mercantil. A marca distintiva da violência nas colônias refluía sem constrangimentos morais à metrópole: registros de fabricação de epidemias de fome para majoração de preços e revenda a preços exorbitantes, constituição de monopólio comercial de altos funcionários e premiações para escarpelamentos em solo colonial (Castelo; Ribeiro; Lima, 2016, p. 4-5).

Essas análises demonstram que há, na compreensão da questão social que surge na Europa, alguns elementos chave para o diálogo e aprofundamento teórico na apreensão sobre a nossa questão social.

Da mesma forma, ao considerarmos esse fenômeno no Brasil, buscaremos apreender os acontecimentos que se desenrolaram no país, para que fosse possível sua emergência. Assim, nos deteremos mais profundamente nessas análises, porque são desses eventos, isto é, da emergência da questão social brasileira, que decorre o surgimento do Serviço Social e, posteriormente, a atuação com a infância.

Embora existam alguns consensos em relação ao início da análise da questão social brasileira, a partir dos anos 1930, concordamos com as proposições de Silva (2014), as quais demonstram a necessidade de se analisar um conceito não apenas em sua origem, mas partindo de uma compreensão histórica.

Logo, ainda que usualmente, uma parte significativa dos estudos e pesquisas sobre questão social no Brasil inicie já nos anos 1930, esse não será o nosso caso. Isso porque seguiremos aqui um percurso metodológico, guiado em referenciais bibliográficos que possam auxiliar a pensar as particularidades da formação social-brasileira, especificamente, da questão social no Brasil.

---

<sup>11</sup> Ver capítulo XXIII de O capital sobre a Lei Geral de Acumulação Capitalista.

Para Ivone Silva (2014), existem três momentos cruciais para compreender a questão social e as respectivas expressões no contexto brasileiro: O primeiro deles estaria ainda no período escravista, em segundo lugar as lutas sociais presentes na monarquia e na Primeira República e, por último<sup>12</sup>, o Estado Novo que analisa como o momento histórico em que estavam postas as condições objetivas para o reconhecimento da legitimidade da questão social no Brasil. Aqui daremos ênfase a esses dois últimos pontos<sup>13</sup>.

Estes dois últimos pontos, mencionados por Silva (2014), enquanto fundamentais para a compreensão de questão social no Brasil, dialogam diretamente com a proposição de Castelo em torno da “violência como potência econômica na gênese da questão social” (2021, p. 96). No caso brasileiro, o autor menciona como as violências praticadas pelas metrópoles, em relação às colônias, eram parte constitutiva do processo de acumulação do capital, citando o próprio processo de colonização e escravização. Assim, definirá tais violências como estruturais e estruturantes no processo de conformação da questão social (Castelo, 2021).

Por isso, embora não tratemos aqui desse período propriamente e, tampouco, entendermos que as movimentações ocorridas no período colonial poderiam ser classificadas como questão social e respectivas expressões, consideramos necessário situar a influência dos eventos ali ocorridos, para a posterior conformação da questão social brasileira.

As manifestações compreendidas nesse momento serão denominadas por Silva (2014), como “questão social latente”. Para ela, questão social no Brasil é

sinônimo de antagonismo, exploração, conflitos e lutas sociais geradas no interior da sociedade capitalista brasileira, traduzindo-se historicamente pelo enfrentamento da servidão indígena, da expropriação do negro, mas, fundamentalmente, pelas lutas mais recentes por melhores condições de vidas e de trabalho no período industrial, quando ganha expressão e legitimidade em decorrência das lutas sociais e, mais particularmente, as lutas operárias (Silva, 2014, p. 26).

Ou seja, um fenômeno que surge também dos conflitos entre classes dominantes e trabalhadores. Pontuamos aqui que, para apreender a totalidade desse fenômeno no Brasil, não é possível tratar só dos eventos que eclodem em 1930, a partir da participação massiva da classe operária brasileira, porque isso poderia nos levar a contribuir com processos históricos de

---

<sup>12</sup> A obra da autora compreende uma análise sobre a vinculação entre questão social e Serviço Social no Brasil, o que demandou um extenso trabalho de pesquisa que compreende o Brasil Colônia até os anos de profissionalização do Serviço Social, incluindo os debates contemporâneos. Aqui nos ocuparemos apenas de apresentar o período histórico por ela apresentado que dialoga com o escopo temporal elencado para esta pesquisa.

<sup>13</sup> Não nos aprofundaremos nas análises sobre esse período histórico porque ele é demasiadamente extenso. Assim, compreendemos que tal iniciativa poderia comprometer os objetivos da dissertação. Para ver mais detalhes sobre a relação entre Questão social e as raízes coloniais, ver “As raízes coloniais escravistas da questão social no Brasil” (Silva, 2014).

apagamento e silenciamento das lutas e resistências da população negra, indígena e trabalhadora desse país.

Desde a formação da colônia, séculos antes, já existiam traços da exploração capitalista no território, no que Darcy Ribeiro (1995) denominará de Empresa Brasil – escravista, latifundiária e monocultora, sendo o mais lucrativo negócio dessa empresa o trabalho escravizado. O autor sinaliza que estas empresas nasceram junto com o Brasil colônia e integravam o país à economia nacional<sup>14</sup>.

Já havia participação do país na acumulação primitiva do capital, a partir dessa inserção subordinada no mercado internacional. Essa era garantida pela exploração da mão de obra escravizada como mercadoria, mas em um processo que se apropriava não só do valor excedente, mas de todo o valor produzido pelos trabalhadores, o que era garantido pela violência inerente ao processo de colonização e a escravização propriamente.

Estavam postas algumas das condições que subsidiariam a conformação da questão social no Brasil. Apesar da nitidez com que se operacionalizava a violência, faltavam algumas condições para a consolidação de um Estado burguês no território – e conseqüente estabelecimento formal da questão social. Ao mesmo tempo que se inseria lentamente no mercado capitalista, a economia ainda resguardava características anteriores, como a própria escravização.

Castelo (2021) sinaliza que, no desenrolar do Primeiro Reinado e do Período Regencial, são gestadas no Brasil as condições para o desenvolvimento de um capitalismo *sui generis*, o que consolidaria a legitimação formal da questão social no território, a partir do Segundo Reinado<sup>15</sup>. Demarca, assim, o processo gradual de aburguesamento da classe dominante brasileira, que coincide com o desenvolvimento das primeiras indústrias, fazendo com que o país avançasse e alcançasse a era imperialista.

No entanto, na conjuntura desses avanços, pairavam algumas contradições. A principal delas era a manutenção da força de trabalho escravizada, como principal mercadoria da economia nacional. Neste contexto, surgem algumas legislações com objetivos diversos:

- (1) gerenciar coercitivamente a força de trabalho; dando sobrevida à escravidão – mas não às trabalhadoras e trabalhadores escravizados, cada vez mais expropriados do seu fundo de vida;
- (2) gestar o trabalho livre por meio de uma política higienista e racista de importação de força de trabalho europeia e branca financiada com dinheiro público, e
- (3) arrefecer as lutas de resistência

---

<sup>14</sup> Também na obra de Galeano (2010) é possível observar as conexões entre o ouro do Brasil e a riqueza da Inglaterra.

<sup>15</sup> O autor sinaliza que esse marco histórico é referendo por demais teóricos da teoria marxista da dependência, como Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Octávio Ianni e Florestan Fernandes.

negra, indígena e popular – Balaiada, Cabanada, Cabanagem, Farroupilhas, Malês, Sabinada – que sacudiram a ordem social no período Regencial (Castelo, 2021, p.104-105).

Além dessas, há que se citar as lutas e diversas formas de insurreições, que se faziam sentir desde muito antes, provocadas pelas classes trabalhadoras em razão do descontentamento pelas condições de vida e trabalho, como também pelas violências infligidas. Clóvis Moura divide em duas as formas de resistência que eram colocadas ao longo do período de existência do regime escravista:

a) Formas passivas: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo); 2) o assassinio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos; 3) a fuga individual; 4) a fuga coletiva; 5) a organização de quilombos longe das cidades. b) Formas ativas: 1) as revoltas cidadinas pela tomada do poder político; 2) as guerrilhas nas matas e estradas; 3) a participação em movimentos não escravos; 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras e 5) a violência pessoal ou coletiva contra senhores ou feitores (Moura, 1981, p. 251).

Essas organizações de resistência, aliadas a um cenário econômico que não era mais favorável à manutenção da ordem escravista, foram fundamentais para tensionar o sistema. Todavia, há que se notar que essa transição é realizada de forma absolutamente gradual e sem garantir uma inserção ampla da classe trabalhadora – antes escravizada – nos novos espaços formais de trabalho.

Algumas legislações, que corroboram com as afirmações antes expostas, são: Lei Eusébio de Queirós, em 1850; Lei do Ventre Livre, em 1871; Lei do Sexagenário, em 1885 e, por fim, em 1888, a Lei Áurea. Portanto, é notória a intrincada relação entre questão social e racial na formação social brasileira, o que nos leva a dialogar e assentir com a proposição de Gonçalves (2018), na qual sintetiza que, no Brasil, a questão racial é o nó da questão social.

Assim, nesta pesquisa, partimos do pressuposto que é primordial tratar da particularidade brasileira acerca da questão social. Isso porque nos interessa compreender as movimentações e compreensões que tornaram possível a consolidação do Serviço Social como profissão no Brasil, ou seja, as expressões da questão social que demandaram esse exercício profissional. Com isso, será compreender, posteriormente, as influências presentes na atuação dessas profissionais com a infância.

Para analisarmos as percepções e concepções das primeiras assistentes sociais acerca da infância atendida, bem como as possíveis interlocuções com as correntes eugenistas e higienistas nesse exercício profissional, consideramos importante discutir preliminarmente as origens dessas relações, para não pensar a gênese do Serviço Social brasileiro e fluminense

deslocada da realidade histórica da época, isto é, buscamos apreender o fenômeno que motiva a pesquisa na totalidade e, posteriormente, na particularidade.

## 2.2

### **Infância na conformação da Questão social no Brasil**

Aqui, buscamos situar a correlação existente entre as categorias infância e questão social, porque ambas são centrais para debater dois elementos constituintes do objetivo geral: 1) A compreensão das apreensões das pioneiras do Rio de Janeiro sobre a infância que constituía o público-alvo; 2) Compreensão de uma possível relação desse atendimento com as correntes teóricas que contribuía com criminalização da infância no início do século XX. Esses dois pontos, que formam o objetivo, exigem a compreensão dos processos históricos que os circundavam.

No contexto histórico antes discutido, que oferece as condições para a formação da questão social na particularidade brasileira, as preocupações com a infância já estavam presentes. Isso pode ser percebido desde o momento determinado por Silva (2014) como “questão social latente”, por meio das violências praticadas contra a infância desde o período colonial.

Em estudos recentes (2023), demarcamos brevemente esse percurso que infligiu diferentes formas de violência ora à infância indígena, ora à infância escravizada. Chambouleron (2023) demonstra que, quando a infância começa a ser descoberta no Velho Mundo, o Estado passa a ter papel fundamental, junto à Igreja, na afirmação desse sentimento perante à sociedade. Aqui, no chamado Novo Mundo, em que havia uma participação mesmo que subordinada na economia internacional, havia também a reprodução das relações sociais inerentes ao modo de produção capitalista<sup>16</sup>.

Assim, é que para as crianças indígenas no período colonial:

O que se pode perceber é que toda a atenção em torno da infância era parte de um projeto que buscava operacionalizar a partir da catequese, a dominação do colonizador sobre a vida daqueles sujeitos, aproveitando para isso do momento de seu desenvolvimento – a infância – marcado pela vulnerabilidade e pela necessidade de cuidados. Com a catequese buscava-se introduzir os modos

---

<sup>16</sup> Esse modo de produção é caracterizado por esse duplo movimento de produção de mercadorias e reprodução das relações sociais (Netto; Braz, 2006).

de vida e comportamento brancos, europeus e cristãos como padrões a serem seguidos em troca da salvação, o que implicava na total renúncia da identidade, das origens, dos semelhantes e de tudo que conheciam até então. Uma violência à qual deram o nome de ‘salvação’ (Oliveira; Silva, 2023, p. 140).

Aqui, consideramos necessário demarcar a infância como parte do grupo que era alvo dessas violências praticadas pela Empresa Brasil, nos termos de Darcy Ribeiro (1995). Mas ainda, como parte daqueles que, a sua maneira, erguiam resistências contra esse modo de dominação. Isso porque, além de serem o principal foco dessa pesquisa, ao longo dos anos tiveram participação na história e na formação social brasileira silenciada.

Assim é que, diante de tal cenário de imposições de costumes, na expectativa de erguer uma “nova cristandade” sem os costumes dos povos originários que habitavam essa terra, os jesuítas, muitas vezes, viam-se frustrados. Isso se dava especialmente quando essas crianças alcançavam a puberdade ou adolescência, renegando os ensinamentos oferecidos e retornando aos costumes e tradições indígenas (Chambouleryron, 2023; Rizzini; Pilotti, 2011).

Sob as crianças negras escravizadas, também eram impostas diferentes formas de violência nesse período. Apesar de pesquisas demonstrarem que não eram majoritariamente alvo do investimento das classes dominantes escravocratas, também não eram alvo de grande atenção e cuidado, já que mesmo sendo consideradas uma mercadoria de pouco valor, ainda assim eram mercadoria. Além das bárbaras práticas de separação entre famílias, eram as principais vítimas da mortalidade infantil e, quando não era esse o caso, desde muito cedo já eram órfãs.

Há que se considerar que, na Empresa Brasil, na qual o negócio mais lucrativo era o trabalho escravizado – que esteve diretamente vinculado à gênese da nossa questão social – o trabalho escravizado infantojuvenil não passou despercebido. A pesquisa de Katia Mattoso (1988) mostra que as crianças escravizadas eram divididas de acordo com a capacidade produtiva, separadas em duas faixas etárias: de 0 a 7 anos – na qual não eram inseridas no mercado de trabalho e podiam estar na categoria daquela infância antes citada, que era mercadoria de pouco valor para a classe senhorial. A segunda categoria compreendia as crianças de 7 a 8 anos em diante, já consideradas aptas ao trabalho (Mattoso, 1988).

Dessa forma é que, mesmo quando não esteve diretamente imposta à criança escravizada a condição de mercadoria, essa também não foi alvo de um olhar humanizado por parte da sociedade brasileira ou da classe senhorial. Podemos considerar que se tratava para aquela sociedade de um produto em potencial que, posteriormente, geraria mais lucros. Fato é que os mecanismos de violência estiveram presentes a todo tempo para as crianças, seja para as

sequestradas em África e trazidas para o solo brasileiro ou aquelas nascidas aqui, já na condição de escravizadas.

Em relação às possíveis reações e articulações da criança escravizada a essas opressões no período tratado nesse subtópico, não foi possível encontrar um número de produções significativas que nos permita aprofundar a questão. Entretanto, cabe destacar que Goés e Florentino (2023) demarcam que, na América, as crianças escravizadas eram divididas entre africanas e crioulas, em que as últimas seriam as mais qualificadas, pelo fato de terem sido aqui socializadas, porquanto “todo crioulo havia sido uma criança escrava, e uma infância escravizada produzia um adulto peculiar” (p.187).

Por outro lado, os autores também demarcam perspectivas de senhores de escravos, que quanto mais as crianças escravizadas cresciam, mais se tornavam impacientes, não se contentando com a situação na qual nasceram – sendo preferível, por vezes, uma pessoa escravizada de origem africana.

Entendemos que, a sua maneira, ambos os grupos de crianças escravizadas expressavam oposição à condição que lhes fora imposta – seja a partir da dificuldade de adaptação ao trabalho forçado, pelas crianças sequestradas em África, seja pela gradual introdução do que fora chamado de “impaciência”, diante das condições de vida e trabalho as quais estiveram expostas as crianças “crioulas”, escravizadas desde o nascimento.

A partir da exposição prévia, sobre as violências, manifestações e resistências que conformaram as sociabilidades nos países de capitalismo dependente, produzindo a chamada “questão social latente” ainda no período colonial, observamos a presença da população infantil e juvenil naquele cenário sócio-histórico, por meio da imposição de relações violentas e, ainda, pelas respostas desse grupo a essas tais opressões. Isso nos leva a perceber a presença da preocupação com a infância quando já estava presente a “questão social latente” e, posteriormente, com a questão social propriamente dita, em meados do século XIX, com a formação do Segundo Reinado.

Irene Rizzini (2011) demarca que, já no Código Criminal de 1830, estavam presentes as primeiras preocupações com a infância nas legislações. Era estabelecida no documento a diferenciação da punição para as práticas delituosas cometidas por crianças e adultos, em que era atribuída responsabilidade penal para os menores de 14 anos – que tivessem cometido crimes com discernimento - no âmbito das Casas de Correção. A autora demonstra que, para a época, tal prospecção era algo ainda inédito, já que as discussões em torno das medidas educativas frente as punitivas só ocorrem em finais do século XIX (Rizzini, 2011, p. 100).

Em geral, ela demonstra que, no período em questão, vigoravam as legislações<sup>17</sup> que tinham como pano de fundo a aliança entre Estado e Igreja, para garantir uma lógica assistencialista. É a partir de 1850 que aparecem nos textos legais as preocupações com a população infantojuvenil escravizada, de forma vinculada à criminalização. Rizzini cita o Aviso nº190, o qual determinava que as disposições do Código Criminal poderiam ser também aplicáveis aos “escravos menores” (p. 103). Essa preocupação com a população infantojuvenil negra e pobre coincide com o momento de transformações do capital, em que as contradições entre o avanço no modelo produtivo esbarravam com o modelo escravista, além das evidentes insurreições populares que o desgastavam.

Das legislações pensadas para romper gradualmente com o sistema escravista<sup>18</sup>, sem, no entanto, prejudicar a expansão da incipiente burguesia brasileira, destacamos aqui a Lei do Ventre Livre – por entender que teve grande impacto para a população infanto-juvenil, no que diz respeito à manutenção de estigmas, ao lugar que lhes foi socialmente imposto, bem como as políticas posteriormente pensadas para esse grupo.

Promulgada em 1871, a Lei do Ventre Livre determinava que estariam libertos todos os filhos de mulheres escravizadas, nascidos a partir daquela data. No entanto, havia a prerrogativa de que poderiam ficar sob a autoridade dos senhores das mães até a idade de oito anos e, então, o senhor teria a opção de receber do Estado uma indenização pelos gastos até ali dispendidos em favor da criança, a ser paga em até 30 anos. O senhor também tinha a opção de manter a criança sob sua posse até os 21 anos, utilizando a força de trabalho dela (Brasil, 1871).

Um dispositivo, nesses moldes, em uma sociedade de base escravocrata, não teria vocação para o sucesso. Pelo menos não o sucesso nos moldes que propunha: garantir a liberdade das crianças filhas de mulheres escravizadas, nascidas a partir da promulgação da Lei. No entanto, tratou de garantir a manutenção dos privilégios da classe senhorial e o enriquecimento dela, com auxílio do aparato estatal.

Ademais, a pesquisa de Lima e Venâncio (1996) demonstra que a Lei do Ventre Livre descortinou uma outra questão: o alto índice de abandono de crianças. A proporção com que esse número crescia era tanta que o governo imperial optou por adotar o mecanismo que já funcionava em Portugal e outros países da Europa: as rodas e casas de expostos<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> A autora cita respectivamente: o Decreto nº407 de 23 de setembro de 1846; Decreto nº 994 de 22 de setembro de 1858 e o Decreto nº3823 de 28 de setembro de 1863 (Rizzini, 2011, p. 101)

<sup>18</sup> No subitem anterior já havíamos citado: Lei Eusébio de Queiros, Lei do Ventre Livre e por último a Lei Áurea.

<sup>19</sup> Mais informações sobre como funcionava o dispositivo da roda podem ser encontradas na pesquisa de Lima e Venâncio (1998) e em registros fotográficos de Burley, que retratam a recriação da Roda de Salvador – Bahia (2019).

Em análise preliminar (Oliveira; Ribeiro, 2023), já havíamos identificado por meio dos estudos de Lima e Venâncio que esses “menores” tinham um destino claro: o trabalho. Os autores identificam que, para as meninas “enjeitadas” (aquelas provenientes da roda de expostos), estaria reservado o destino no Recolhimento de Órfãs. E, para os meninos ditos “enjeitados”, o Arsenal da Marinha. Havia uma terceira alternativa denunciada pelos autores: nos casos de crianças negras ou pardas, registrava-se o óbito – mesmo que falso – para posteriormente, vendê-las como escravas.

Os Recolhimentos de Órfãs eram instituições vinculadas ao ensino da moral religiosa e preparação das meninas para as atividades do lar. A diferença de trabalho doméstico ensinado, no entanto, em muitos desses recolhimentos poderia ser pautada na raça:

A Santa Casa da Misericórdia, irmandade que, desde o período colonial, assumiu a assistência aos enfermos e crianças expostas e órfãs em todo o país, mantinha, no Rio de Janeiro e em Salvador, recolhimentos com atendimento diferenciado para ‘meninas indigentes’ e ‘órfãs filhas de legítimo matrimônio’. Além desse divisor social, recorreu-se também ao divisor racial. O Colégio da Imaculada Conceição acolheu em espaços separados as ‘órfãs brancas’ e as ‘meninas de cor’, fundando em 1854 o estabelecimento ‘Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição’, e em 1872, o Orfanato Santa Maria. Enquanto o primeiro tinha por finalidade a ‘formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas-de-casa’, o segundo se restringia à ‘formação de empregadas domésticas semelhantes’ (Rizzini, Irma, 1993 *apud* Rizzini, Irene; Rizzini, Irma, 2004 p. 27).

Aqui é possível perceber, uma vez mais, como no Brasil a questão social se entrelaça com a questão racial. E, mais ainda, os efeitos negativos dessa conexão para a população infantojuvenil. No Arsenal da Marinha, a perspectiva do trabalho também se fazia presente, uma vez que os meninos precisavam trabalhar por mais sete anos para custear os gastos dos investimentos na própria subsistência. A partir dos 14, podiam se inserir no mercado como trabalhadores livres.

Pontuamos repetidas vezes que a lógica do trabalho estava presente, porque o país se desenvolvia a partir do mesmo mecanismo de exploração, que sustentava o modo de produção capitalista e as forças de trabalho infantojuvenil não estiveram excluídas desse processo. Em um primeiro momento e, enquanto foi possível, com a exploração da força de trabalho escravizado desses sujeitos e, posteriormente – as vezes até de forma concomitante – com a exploração da força de trabalho livre.

Irene Rizzini e Francisco Pilotti (2011) expõem que é, em meados do século XIX, que o crescimento pela demanda do trabalho nas indústrias faz crescer também a demanda pela força

de trabalho infantojuvenil. Na capital paulista, por exemplo<sup>20</sup>, cresciam indiscriminadamente os anúncios oriundos do setor industrial recrutando a mão de obra de meninas e meninos como aprendizes – condição que permitia o pagamento de salários inferiores.

Já em 1894, Moura (2023) chama atenção para o Decreto nº233, do estado de São Paulo, que estabelecia o limite de 12 anos para o início do trabalho nas fábricas. O documento, porém, admitia a utilização da mão de obra infantil, a partir dos 10 anos, tratando-se de trabalhos “leves” – sem demarcar exatamente o que isso significava. Essa mão de obra era muitas vezes considerada uma opção, não só porque a exploração significava um aumento na obtenção do lucro pelo capitalista pela redução dos custos de produção, como também porque o operariado nascente já se encontrava em condições de vida tão degradantes, que era preciso inserir as crianças da casa no mercado de trabalho, para compor a renda familiar.

No limite do século XIX, a questão social já dava indícios dos aprofundamentos e rebatimentos na infância. Estavam postas também as primeiras iniciativas estatais que sinalizavam a responsabilização da instituição com o fenômeno – mesmo que de forma incipiente, já que as legislações eram escassas e as alianças com a Igreja ainda eram predominantes. Mesmo assim, estavam lá as legislações que apontavam para uma preocupação com a infância da classe trabalhadora e alianças do Estado com a Igreja, com vistas em enfrentar, ao seu modo, as expressões da questão social – inclusive aquelas que envolviam as crianças ou no dizer da época, os menores.

Fato é que essas transformações aparecem desde o século XIX e têm para a infância importantes repercussões, de ordem conceitual e prática. Rizzini (2011) demonstra que, nessa conjuntura de intensas mudanças, um dos elementos de destaque passa a ser a medicina higienista, com a difusão de conhecimentos sobre higiene e prevenção, que poderiam incidir nos novos centros urbanos em expansão.

Essa premissa tomará novos contornos posteriormente, mas por hora, pretendemos apenas delinear o diálogo com a instância jurídica – a qual veio a exercer papel fundamental na construção do ideal de nação e no que diz respeito à infância. Essa última seria protagonista “produzindo novos saberes que indicavam a consciência da importância da infância para o ideal de nação civilizada almejado pelas elites intelectuais que dirigiam o país” (p. 105).

---

<sup>20</sup> A pesquisa de Esmeralda Blanco Moura (2023) apresenta as condições das crianças operárias na São Paulo industrializada. Embora essa cidade não constitua o foco da pesquisa, consideramos que autora faz apontamentos relevantes para a análise do cenário nacional, a qual tratamos nesse momento e para a compreensão das perspectivas em torno da infância pobre que pairavam sob o país – de forma mais ampla. Trataremos desse último aspecto mais à frente.

Todavia, é no século XX, com a República, que as manifestações das influências, preocupações e produções de conhecimento, provenientes da medicina higienista e do campo jurídico, a respeito da infância ganharão destaque. Trataremos desse ponto com mais atenção no próximo capítulo. Antes, consideramos importante pontuar algumas transformações que incidiam no cenário sócio-histórico da Primeira República, porque é neste período que serão consolidadas as bases para a profissionalização do Serviço Social brasileiro e, principalmente, as mesmas preocupações com a infância que incidirão na prática profissional das pioneiras.

## 2.3

### **Resistência da classe trabalhadora nos horizontes da Primeira República**

Conforme exposto, a preocupação com a infância oriunda da classe trabalhadora já estava presente durante os anos em que se processava o reconhecimento da questão social no Brasil. Aliar essas duas categorias, infância e questão social, nessa breve viagem histórica, foi necessário para a compreensão da processualidade dos caminhos que nos trazem até a República e que nos levarão ao Estado Novo. Assim, dispomos de mais elementos para compreender as influências e demandas que culminarão na profissionalização do Serviço Social brasileiro e na preocupação com a infância.

Ao longo da análise, temos demonstrado como as lutas sociais estão presentes no território brasileiro desde a invasão portuguesa. Verificamos, ainda, que a origem da questão social nesse território se fazia presente desde os primeiros anos do Império. Assim, os estudos de Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020) apontam que também no Rio de Janeiro, a capital da República e cenário do nosso estudo, as lutas das classes trabalhadoras – incluindo-se os setores escravizados – há tempos tiravam o sono das elites.

Os autores demonstram que, desde meados do século XIX, o Rio de Janeiro já dispunha dessa característica, constituindo uma ampla massa de operários livres e trabalhadores escravizados, atuando no mercado de trabalho – formal ou não. Essa organização fez convergir as reivindicações de dois setores amplamente explorados pelo capital – resguardadas as diferenças – que avançava: a massa de trabalhadores escravizados e os trabalhadores livres das indústrias.

Essa formação heterogênea da classe trabalhadora, na capital da República, tinha justificativas que se baseavam nas transformações sociais, as quais incidiam no contexto que o

país estava inserido naquele momento e, ao mesmo tempo, podiam ser explicadas pela própria dinâmica de formação do polo industrial fluminense. Sobre o primeiro, destacamos a política imigratória adotada para dar conta da força de trabalho nas indústrias e o segundo, a forte presença de uma mão de obra negra na cidade do Rio de Janeiro, composta por libertos, escravos de ganho e outros que giravam aquela economia no mercado formal ou fora dele.

O incentivo à imigração é um movimento que ocorre em função da abolição e da tentativa de reorganizar a mão de obra, a partir da exclusão evidente da população negra, antes escravizada, do trabalho livre e formal. Havia subsídios estatais para promover essa imigração, a qual buscava inserir aqueles sujeitos no trabalho em policulturas ou cafezais (Schwarz; Starling, 2015). Aqui, era possível observar, mais uma vez, a presença do Estado a partir da utilização de métodos violentos, para operacionalizar a manutenção da ordem vigente.

Apesar do Brasil já ser um país notadamente desigual, estratificado e marcado pela violência desde a origem, é a industrialização que evidencia essas desigualdades ao aproximá-las de um número cada vez maior de pessoas, em um momento de plena expansão capitalista. Agora não apenas os escravizados e indígenas seriam vítimas da violência e da desigualdade. Colocava-se, na ordem do dia, condições degradantes de vida somadas às jornadas extenuantes de trabalho, para trabalhadores imigrantes, mulheres e crianças de variadas origens. As populações dos centros urbanos crescem em maior proporção, comparadas com as populações das áreas rurais, na mesma proporção em que se desenvolviam as indústrias.

Essa movimentação, iniciada no século XIX, irradia-se pelo início do século XX e, conseqüentemente, no período da Primeira República. Tal descompasso no desenvolvimento (crescimento do urbano e crise do rural), acaba por acentuar a desigualdade nos grandes centros urbanos. Intensificava-se, assim, o fenômeno do pauperismo, próprio do desenvolvimento das economias capitalistas.

Schwarz e Starling (2015) chamam atenção para o fato de que, na bagagem desses imigrantes, estavam subsídios importantes para a organização do movimento operário brasileiro, que se desenvolveria com expressividade no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Embora estivessem presentes as contribuições da classe operária imigrante, é oportuno reiterar que as lutas e organizações da classe trabalhadora de forma mais ampla – operária ou não – que já existiam aqui, fizeram-se presentes neste momento, bem como as preocupações das elites e as posteriores respostas oferecidas pelo Estado e pelo Serviço Social no enfrentamento da questão social.

Essa organização entre uma classe heterogênea, mas organizada em busca de melhores condições de trabalho, chega aos anos iniciais da República e do século XX, de forma a exigir

novas respostas do Estado e novos rumos na organização do capital. Nos termos de Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020), “nesse período, o trabalho urbano e o conflito social tinham dinâmicas próprias da expansão capitalista” (p. 30).

Estão inseridas, nesse mesmo contexto, as expressões da questão social relacionadas à população infantojuvenil. Na grande massa de operários imigrantes, incluíam-se os filhos, que eram expostos a árduas condições de trabalho, em uma vida marcada pela pobreza e por privações, no tocante às possibilidades de viver a infância. Na pesquisa de Moura (2023), sobre a situação das crianças operárias em São Paulo, a autora descortina o amplo contingente de imigrantes que compunha a capital paulista, em um momento que vir para a América era um sonho para a população imigrante, sobretudo europeus, que sofriam com a extrema pobreza nos países de origem.

Desse modo, Moura chama a atenção para o crescimento do interesse do empresariado pela mão de obra infantojuvenil. Isso remonta a uma República marcada pela exploração dessa mão de obra e por reações dos “menores” e da classe trabalhadora de um modo mais amplo. Segundo a autora, o trabalho infantojuvenil foi o elemento que trouxe maior legitimidade para a causa operária, pois descortinava toda a precariedade a qual estava exposta aquela classe (2023, p. 260).

Pontuamos a condição da infância operária em São Paulo, embora tratemos nesse item da realidade da infância e da questão social no Rio de Janeiro durante a Primeira República pois, conforme destacamos anteriormente, o Distrito Federal era marcado por um contingente de trabalhadores heterogêneo, composto também por imigrantes.

Assim é que a associação com as condições de vida, trabalho e resistência, que surgem a partir das organizações coletivas dessa classe em São Paulo, as quais eclodem a partir das correlações com as lutas da população infantojuvenil ou em prol dessa, podem ser um caminho para compreender o protagonismo e/ ou participação da infância e juventude, na composição das lutas da classe trabalhadora de um modo geral.

Naquele momento, as manifestações sociais, que eclodiam com cada vez mais frequência, trazem a questão social para a ordem do dia, colocando-a como uma preocupação das elites e do Estado. Desse modo, a República que carrega, desde o princípio, a marca do comando e da organização militar, desenvolvia-se sendo atravessada por conflitos significativos. Assim, é com a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado. Silva (2014) destaca, ainda, a Revolta da Armada em 1893 e a Revolta Federalista em 1895, provocadas por disputas internas. Datam desse período as primeiras lutas operárias no Brasil.

Alguns sinais da preocupação estatal e das elites com o aumento populacional e a correspondência entre essa e as organizações populares e operárias, já estavam expressas no Código Penal de 1890, o qual considerava como crimes:

Art. 119. Ajuntarem-se mais de três pessoas, em lugar público, com o desígnio de se ajudarem mutuamente, para por meio de motim, tumulto ou assuada: 1º, cometer algum crime; 2º, privar ou impedir a alguém o gozo ou exercício de um direito ou dever; 3º, exercer algum ato de ódio ou desprezo contra qualquer cidadão; 4º, perturbar uma reunião publica, ou a celebração de alguma festa cívica ou religiosa:

Art. 204. Constranger, ou impedir alguém de exercer a sua indústria, comércio ou ofício; de abrir ou fechar os seus estabelecimentos e oficinas de trabalho ou negócio; de trabalhar ou deixar de trabalhar em certos e determinados dias:

Art. 205. Seduzir, ou aliciar, operários e trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa, ou ameaça de algum mal:

Art. 206. Causar, ou provocar, cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário (Brasil, s/n, 1890).

Recorremos ao recurso de uma longa citação, porque a partir desses dispositivos do Código Penal de 1890, promulgado apenas um ano após a instituição da República, é nítida a forma como eram tratadas as manifestações organizadas pela classe trabalhadora e o movimento operário de então. Aqui há uma forte presença da criminalização, que incidia sob as lutas grevistas ou quaisquer formas de movimento organizado, daquela manifestação coletiva emergente.

A partir da leitura dos dispositivos, é possível notar que a organização da classe trabalhadora, originada na coletividade e nos espaços de convívio comuns, afligia e preocupava as classes dominantes e o próprio Estado. A criminalização de agrupamentos, em locais públicos, apresenta-nos a noção das classes dominantes desses espaços. Conforme aponta Souza (2010), embora as ruas, tavernas e praças fossem lugar de refúgio, acolhimento, articulação e lazer para as classes trabalhadoras, representavam para as classes dominantes locais de “vadiagem” e “vagabundagem” (Souza, 2010, p. 64).

Logo, são acentuados os discursos sobre a influência do meio social no cotidiano e construção da identidade da criança. Segundo Souza, isso corroborava com as ciências que defendiam que esse meio fazia com que as crianças, que ali cresceram, representassem um mal em potencial, além de supostamente trazer consequências para a ingenuidade e fragilidade delas (Souza, 2010).

Naquele momento, saltavam aos olhos, da recém-formada elite republicana, o potencial da infância e juventude, porque eram esses sujeitos que, ao não buscarem se enquadrar nos padrões de sociedade e comportamento impostos pela ordem burguesa, representavam, ao

mesmo tempo, uma denúncia e uma ameaça. Desse modo, buscou-se pensar em uma modernização de país que passasse diretamente pela figura infantojuvenil, já que cabia a ela, quando “reajustada”, a missão de salvar o Brasil.

Nesse ínterim de repressões e lutas sociais, irrompe no Rio de Janeiro, em 1904, a Revolta da Vacina. Um marco histórico para o país e para a organização da Primeira República em particular. Caracterizou-se, de acordo com Ivone Silva (2014), a “questão da saúde como uma expressão tardia da questão social” (p. 72). Aqui consideramos acertado pontuar a saúde como uma expressão da questão social, porque é somente com as condições degradantes de vida e trabalho oferecidas pelo avanço do capital, os consequentes impactos na saúde da classe trabalhadora e operária de um modo geral, que são produzidas as condições para a reação dessa mesma classe e as respostas estatais.

O Estado se manifestou prontamente, uma vez mais de forma violenta, por meio das forças armadas para conter os revoltosos. Segundo a pesquisa de Carvalho (2019), da revolta saíram milhares de presos, 67 feridos e 23 pessoas mortas. A estratégia utilizada na mídia hegemônica foi retratar os participantes da revolta como vagabundos e desordeiros, atribuindo grande parte das movimentações realizadas nas ruas às *classes perigosas*. O que era corroborado pelos discursos oficiais: “O próprio chefe de polícia confessou e os jornais o atestam, que no final da revolta foi feita uma limpeza na cidade para prender os que a polícia considerava vagabundos” (p. 111).

Embora a Revolta da Vacina<sup>21</sup> não fosse uma manifestação exclusivamente produzida no interior da classe trabalhadora, contou com ampla participação desses setores. Nesse caso, muito mais pela imposição da vacinação e a falta de diálogo da classe médica, do que por fins insurrecionistas contra a República, conforme aponta José Murilo de Carvalho (2019). Todavia, simboliza a capacidade de organização e pressão popular presente nesse setor, com potencial de destituir aquela ordem.

Mais uma vez aparecem os sintomas que compunham a questão social na Primeira República: intensas manifestações e lutas sociais – com destaque para uma maior mobilização da classe operária – e a intervenção do Estado de forma repressiva. Embora não houvesse só a repressão, conforme destacamos, as parcerias com entidades filantrópicas e assistencialistas, a

---

<sup>21</sup> Dedicamos algumas linhas da pesquisa para abordar especificamente a Revolta da Vacina, porque demonstram alguns indícios das estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro no trato da questão social. A criminalização pautada em estereótipos sociais e raciais já estava presente, além da aliança com a medicina higienista. Demonstraremos como tais métodos são aprimorados posteriormente.

primeira categoria tinha destaque. Ainda assim, tratava-se de uma intervenção do Estado – fundamental para a presença da questão social.

A partir dos primeiros anos do século XX, também são organizados os sindicatos e outras organizações, que têm potencial para fortalecer a luta dos trabalhadores. Schwarz e Starling (2015, p. 407 - 408) abordam uma série de greves ocorridas nesse período:

Em 1902 ocorreu no Rio de Janeiro a primeira manifestação grevista, nesse caso envolvendo uma fábrica de sapatos. Em 1903, também na capital federal, eclodiu a primeira greve geral multiprofissional, que se estendeu aos pintores, gráficos, chapeleiros e outros setores, sendo reprimida pela polícia. Em 1904, nova greve, coordenada por funcionários da Cia. Docas de Santos, e apoiada pelos gráficos de São Paulo e pelos marítimos do Rio de Janeiro. Em 1906, uma das greves ferroviárias de maior proporção estourou em São Paulo, motivada pelos abusos cotidianos sofridos pelos operários locais, e pela redução de salários. Em 1907, conheceu-se a primeira greve geral em São Paulo, pela defesa das oito horas de trabalho, difundindo-se o movimento para outras cidades do estado, como Santos, Ribeirão Preto e Campinas. A agitação tomou conta das indústrias de alimentação, da metalurgia, e alcançou sapateiros e gráficos, chegando a atingir 2 mil operários. No entanto, a despeito do claro crescimento do movimento grevista, num país de tradição clientelística e pouco afeito à esfera pública de representação, as greves eram alvo de repressão sistemática. Vários imigrantes foram expulsos do Brasil sob alegação de serem ‘anarquistas e baderneiros’, e muitos trabalhadores nacionais acabaram espancados e presos pela mesma razão.

A industrialização representou o avanço das forças produtivas capitalistas. E essas manifestações simbolizam as respostas para esse novo modelo de organização. A estrutura republicana torna o cenário ainda mais fértil para tais mobilizações.

## 2.4

### **Questão social, Questão Racial e Infância**

Conforme temos sinalizado no bojo dessa análise, o desenvolvimento da questão social brasileira não pode ser compreendido de forma desvinculada à questão racial. Cabe aqui destacar a pesquisa de Gracyelle Costa (2020), na qual demonstra que a implantação de ferrovias no Brasil não aderiu, em massa, à lógica do trabalho livre de imigrantes europeus.

Adotavam uma mão de obra composta por libertos assalariados, escravos de ganho e um pequeno contingente de imigrantes. Essa lógica se manteve no período pós-abolição. Havia ainda a presença de trabalhadores negros assalariados na marinha mercante. Outra relação que se inicia, ainda no período da escravização, a partir da exploração do trabalho dos escravos de ganho, trabalho assalariado de libertos, a captura de jovens considerados “vadios” ou nas escolas de aprendizes de órfãos desvalidos – a qual preparava mão de obra para a Marinha Mercante (Costa, 2020).

Costa (2020) sinaliza que, já no século XIX, a participação e/ou captura de “menores” negros para a realização desses trabalhos podia ser notada. Mais uma vez, sob a justificativa de moldar esses sujeitos, que eram vistos como “vagabundos” e ameaças em potencial para a organização da sociedade, a um modelo de trabalho, educação e disciplina. Nesse ínterim, são mencionados também os trabalhadores portuários – com o maior porto localizado no Rio de Janeiro. Ao dar destaque aos estivadores, a pesquisa demonstra que as atividades têm início no período de escravização, com os escravos de ganho, libertos e imigrantes. No entanto, destacava-se o contingente de trabalhadores negros, no desempenho das atividades no mar, portos e ferrovias.

Esses trabalhadores eram também reconhecidos pela capacidade de organização no trabalho, a entoação de cantos – muitos de origem africana – e pela capacidade de articulação, pois foram os responsáveis pela criação de um dos primeiros sindicatos da cidade do Rio de Janeiro. Ademais, a autora sinaliza que os trabalhadores negros organizaram, durante a primeira década do século XX, sindicatos como: A União dos Operários Estivadores; A Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café (SRTCC); A sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral (SRTCM).

Através desses sindicatos, custeavam a passagem de trabalhadores imigrantes para promover o retorno para a Europa. Foram essas três categorias de trabalhadores (ferroviários, marítimos e portuários) as responsáveis pelas mobilizações, que resultaram na constituição dos primeiros direitos trabalhistas: as Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPS) e, posteriormente, os IAPS (Institutos de Aposentadoria e Pensão) (Costa, 2020).

Fato é que, na passagem do século XIX para o XX, houve também uma grande participação dos trabalhadores negros, muitos deles já assalariados – aqui destacamos com base na pesquisa antes citada, os ferroviários, marítimos e portuários – articulados e mobilizados, na busca por melhores condições de vida e trabalho. Ou seja, a população negra tampouco aceitou as “novas condições de trabalho” impostas e as relações de desigualdade decorrentes da organização produtiva.

Destacamos isso aqui, pois em nossa análise, bem como em outras produções que tratam de pensar os fundamentos históricos do Serviço Social, entende-se que a profissão surge a partir das demandas da classe dominante, para responder às expressões da questão social, que eclodiam com cada vez mais força no cenário social. Há que se pensar em todos os públicos que fizeram parte da composição desse movimento e que representavam uma ameaça a esse modelo de organização social e, por conseguinte, poderiam compor o público com o qual atuariam as assistentes sociais pioneiras.

Na expectativa de contribuir com o aprofundamento dos conhecimentos a respeito do público-alvo, que constituiu a atuação das primeiras assistentes sociais, é que realizamos essa pesquisa com ênfase na população infantojuvenil. Assim, a partir da exposição dos impactos e repercussões trazidos pelas expressões da questão social entre os distintos grupos, que compunham a classe trabalhadora de um modo geral, há que se pensar as implicações destas expressões para os “menores” em particular.

A discussão sobre a forma que a questão social incide no cotidiano da classe trabalhadora em sua amplitude, considerando imigrantes, libertos e seus descendentes, também deve incluir a infância, porque esse grupo compôs a classe trabalhadora, sofreu com as condições degradantes de vida e trabalho impostas a eles e aos familiares, além de terem reunido esforços para organizar, a sua maneira, estratégias de resistência frente as opressões.

Afirmamos isso com base nos estudos de Irma Rizzini (2023), que demarca como o momento de abolição da escravatura foi marcante, no Brasil, para o que se percebia como avanço, em relação ao debate sobre o trabalho infantil. A autora cita algumas capitais do país que criaram, a partir daquele momento, condições favoráveis para a exploração da mão de obra infantil, tornando-a fundamental para o desenvolvimento de alguns setores da economia capitalista que se fortalecia, como a indústria têxtil. De acordo com Rizzini, o princípio que fortalecia e guiava essas iniciativas se baseava na concepção de que a criança seria uma mão de obra mais docilizada ou facilmente moldável, diante das tentativas de controle pelo trabalho.

A classe industrial, em alguns momentos, estabeleceu como condição para a recepção de grupos familiares oriundos do campo, a presença de crianças e jovens nas famílias. Rizzini (2023, p. 377) demonstra que a exploração da força de trabalho infantil fora tão importante para o desenvolvimento do capital que, a partir de 1920, foram criadas colônias agrícolas para suprir a demanda de trabalho no campo, sob a justificativa de que o trabalho infantojuvenil era melhor que o do imigrante. A bem da verdade, pairavam tentativas de doutrinação, pela lógica do trabalho, dos corpos e das mentes dos filhos e filhas da classe trabalhadora.

Todavia, cabe destacar que a pesquisa de Moura (2023), retratada anteriormente, chama atenção para o fato de que os “menores” já organizavam as próprias estratégias de resistência, frente ao aprofundamento das expressões da questão social. Isso era feito a partir das brincadeiras estabelecidas no ambiente das fábricas, o que simbolizava a negação das condições rígidas de trabalho impostas. Demonstrava, ainda, a sobreposição das características infantis, quando era interessante ao capital que as características do trabalhador ofuscassem as primeiras (Moura, 2023, p.270).



Figura 1: Roda Infantil - Cândido Portinari

Predominavam, naquele contexto sócio-histórico, as incansáveis tentativas de imposição da cultura do trabalho aos integrantes das classes populares, sobretudo as crianças que compunham esse grupo, na expectativa de modernizar o país. Conforme demonstramos, essa modernização estava pautada nas lógicas de desenvolvimento capitalista e se dava por meio da opressão e da imposição de condições de trabalho degradantes e extenuantes. Por outro lado, eclodiam as respostas e as lutas das classes trabalhadoras, com o grupo infantojuvenil, que também se organizava para resistir.

No entanto, entendemos que se trata de um momento de reconhecimento “tímido” da questão social pelas classes dirigentes. Isso porque, embora fosse amplamente reconhecida pelo aparato estatal, as medidas para responder as expressões da questão social permaneciam muito semelhantes àquelas do Segundo Reinado, elencadas por Castelo (2021).

Dentre elas, a violência e, conforme identificamos, as articulações com as entidades filantrópicas. Ainda não estavam reunidas as condições necessárias naquela elite e Estado, para o reconhecimento formal da questão social, de acordo com o que Iamamoto e Carvalho (2014) definiriam como uma intervenção para além da caridade e repressão, diante das contradições entre capital e trabalho. Mesmo assim, é possível perceber que, de certa forma, tais preocupações pairavam nos ares daquela república.

Tal afirmação pode ser consubstanciada a partir do reconhecimento da questão social, bem como da necessidade de novas formas de intervenção do Estado diante dela, em discursos

de personalidades como Rui Barbosa<sup>22</sup>. Em 1919, em um dos discursos oficiais, alegava ter sido constrangido a abordar a temática, fato que já denota como essa categoria exercia, cada vez mais, destaque na cena pública e atenção na mesma medida.

À época, o autor correlacionava o tema com as condições de vida degradantes, as quais estavam expostos os trabalhadores. Barbosa assim denunciava:

Até agora o abrigo das classes proletárias é, habitualmente, a casa de cômodos, ou a triste arapuca de retalhos de zinco, latas de querosene e caixas de sabão. Na casa de cômodos se atestam criaturas humanas como sacos em tulhas, em uma promiscuidade inconcebível, que lembra os quadros do tráfico negreiro: os porões coalhados de homens, mulheres e crianças, como de fardos mortos, em uma tortura de mil torturas, que gela a imaginação transida e horripilada. Os covis de sarrafos e folhas de flandres se agacham e penduram vacilantes, à encosta dos morros suspeitos, como canis de rafeiros maltratados, onde entes humanos se dão a si mesmos a ilusão de estarem ao abrigo das intempéries, das sevandijas, dos bichos daninhos, que por toda a parte os varejam e infestam (Barbosa, 2010, pos.356-pos.361).

Deixava evidente o aprofundamento da desigualdade, que se desenrolava naqueles anos, e o descompromisso da administração pública da época, em assegurar condições dignas de vida àqueles sujeitos trabalhadores. Não havia, porém, qualquer crítica aos padrões de produção que geravam essa mesma desigualdade. O que nos interessa destacar é que, a partir das palavras de Rui Barbosa, peça-chave na organização política da Primeira República, desde o governo dos Marechais e, ainda depois, já havia o reconhecimento de elementos do pauperismo – marca fundante da Questão social.

O elemento fundamental para a transição entre pauperismo e questão social<sup>23</sup>, apesar de não ser citado diretamente por Barbosa, é a luta de classes. Nos três primeiros anos da República, constituíam-se as lutas sindicais e os movimentos grevistas se ampliavam em larga escala, ameaçando a organização do modo de produção capitalista.

Além de tratar das condições desumanas de vida e trabalho, nesse mesmo discurso, o autor chamará atenção para a necessidade de que o Estado e sociedade assumissem a responsabilidade de não deixar relegados à própria sorte esses cidadãos. Ele sustentava tal requisição em princípios liberais, uma vez que defendia que amparar as demandas dos

---

<sup>22</sup> Rui Barbosa foi eleito deputado provincial e nomeado conselheiro do Império, antes da Proclamação da República. Durante a Primeira República, ocupou o cargo de Ministro da Fazenda no governo provisório, posteriormente foi eleito Senador pelo estado da Bahia. Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARBOSA,%20Rui.pdf>.

<sup>23</sup> Netto (2001) apresenta o pauperismo segundo a categorização marxista, tal qual esta pobreza típica do capital, que cresce na mesma medida em que crescem as capacidades produtivas. No entanto, demarca que embora estivessem postas as condições radicais de exploração e miséria, estavam postas as reações dos operários a essa ordem. De acordo com ele, os protestos que irrompem a partir da segunda metade do século XIX (ludismo, trade unions etc), demonstraram uma real possibilidade de rompimento com a ordem burguesa. O que transforma o pauperismo em Questão social (Netto, 2001, p.43).

trabalhadores era pressuposto de uma nação como o Brasil, a qual se apoiava nos direitos e a fraternidade humana (Barbosa, 2010, pos. 349).

O discurso sobre questão social, de Rui Barbosa, fora dividido em algumas partes, tais como trabalho dos menores, horas de trabalho, a sorte do operário, higiene, mães operárias, tuberculose e outras seções, destinadas a tratar da organização e condição dos trabalhadores nas indústrias e fábricas de então. Chamamos atenção para o destaque oferecido ao trabalho do “menor” que, em uma seção própria, evidenciava a importância da intervenção do Estado na questão social, a partir da citação do Decreto nº 1313, o qual regularizava o trabalho dos “menores” na capital federal.

O dispositivo fixava em doze anos a idade mínima para o trabalho nas fábricas, embora abrisse margem para que crianças mais novas pudessem trabalhar como aprendizes. Ainda determinava em sete horas o tempo máximo que esses sujeitos poderiam trabalhar (Brasil, 1891). O evidente elo que existia entre questão social e infância já foi demonstrado a partir dessa legislação e enfatizado no discurso de Rui Barbosa, que chamava atenção para uma responsabilização do Estado que ultrapassasse os recursos de violência utilizados até aquele momento. O Decreto era utilizado como exemplo dessa possibilidade de outra intervenção do Estado republicano, diante de um público de grande interesse naquele momento, que eram os “menores”.

Faleiros demonstra que, no âmbito da Primeira República, as políticas de proteção à infância estavam situadas, inicialmente, em torno da tríade omissão, repressão e paternalismo. Por um lado, operacionalizava-se uma estrutura forte, com o objetivo de garantir a ordem, isto é, instituições e dispositivos jurídicos que controlassem e reprimissem os “menores” considerados como “vadios, capoeiras e meninos viciosos” (Faleiros, 2011, p. 39).

Por outro lado, pouco se percebia a presença do mesmo Estado, em ações de cunho assistencialista, deixando-as, em grande medida, na responsabilidade de instituições filantrópicas. Com o avançar dos primeiros anos do século XX, os discursos em torno da maior participação pública na assistência à infância se acentuam, consolidando a atuação de higienistas no aparelho estatal: “Trata-se de uma visão de Estado mais voltada para a raça que para a própria criança” (Faleiros, 2011, p. 43).

Pelo ângulo da repressão, a presença do Estado na atuação junto à infância era incontestável. No que tange à assistência, quando se fez presente foi por meio de um viés higienista. Ou seja, não tratamos aqui de todas as infâncias. Os principais alvos dessa atenção de viés repressivo tinham características específicas. Eram aqueles percebidos como perigosos, vadios e viciosos.

Segundo Rizzini (1997), era considerada como perigosa a infância das classes populares, que representava uma ameaça ainda maior, quando estava em meio aos viciosos e/ou pudesse assim ser considerada. Os viciosos eram os insubmissos, aqueles que podiam provocar a desordem, percebidos como contaminados por uma pobreza indigna, porque desejavam estar naquelas condições. A concepção de vadios era atribuída àqueles grupos que circulavam pelos mais diversos territórios urbanos, sem inserção no mercado de trabalho formal (Rizzini, 1997, p. 105-109).

Tratamos, assim, de um modelo de repressão que, quando empreendido com a população infantojuvenil considerada “perigosa, vadia e/ou viciosa”, destinava-se àqueles que compunham os setores mais empobrecidos da classe trabalhadora, aos que de certa forma, estavam apegados às tradições e cultura. Aos grupos negros e pobres que recusaram aceitar, sem resistência, às condições de vida e trabalho impostas no pós-abolição e decorrentes da industrialização.

### 3

## **De classes perigosas a infâncias perigosas: novas respostas às manifestações sociais e a centralidade na criança**

### 3.1

#### **Infância pobre pelos olhares da elite republicana: ameaça ou salvação?**

Até aqui foi possível observar a intrincada conexão entre o desenvolvimento capitalista e o aprofundamento das expressões da questão social. Nesse ínterim, constatou-se a relação dialética existente no território brasileiro entre questão social e a questão racial. Dessa forma, pretendemos demonstrar, nesse capítulo, em que medida tal articulação foi internalizada ao longo da Primeira República, especialmente nas novas respostas oferecidas por esse mesmo Estado no trato da questão social. Isso é relevante para a pesquisa, pois a emergência do Serviço Social está situada nos anos que seguem esse período e podem ter influência direta dos eventos que se passam nesse contexto.

Temos traçado, até aqui, a forma com a qual foi desenhada a participação do Estado diante das expressões da questão social, a princípio de forma escusa, embora estivesse ali há longos períodos, reprimindo as manifestações populares de forma violenta, os discursos oficiais ainda prezavam pela máxima liberal de Estado mínimo. Além das intervenções do órgão já preconizadas no Código Criminal de 1830, há ainda outros exemplos de como era operacionalizada a participação da instituição.

O Código Penal de 1890<sup>24</sup> já destinava dois dos capítulos à criminalização dos “mendigos e ébrios”, seguidos dos “vadios e capoeiras”. Ao criminalizar expressões culturais próprias do povo negro, com dura violência ao impor, mesmo que indiretamente, o cárcere, mais uma vez. Trabalhadores, de um modo geral, perdiam, especialmente diante da penalização dos “mendigos e ébrios”, porque, assim, a legislação obrigava-os sumariamente a se adequarem àquele modelo de sociabilidade.

Existem outros dispositivos do mesmo período, que adensam a conexão entre a preocupação e intervenção do Estado, perante o público infantojuvenil. Dentre eles, citamos o Aviso nº 6, de 26 de março de 1892, expedido no Rio de Janeiro, o qual dispunha sobre “como se deve proceder quanto aos menores vagabundos”. O documento trazia as seguintes recomendações: 1) “Encaminhamento para admissão em qualquer das companhias de

---

<sup>24</sup> Verificar capítulo XII e XIII do Código Penal de 1890.

aprendizes da guerra ou da marinha”; 2) “Admissão no asilo de meninos desvalidos” (Rio de Janeiro, 1892).

Outrossim, o parecer nº 104, de 1896, aprovava o veto do Prefeito do Rio de Janeiro, o qual se mostrava contrário à decisão do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, que tinha por objetivo a proibição do trabalho de menores de 16 anos como artistas. Segundo a justificativa que " [...] entende que é menos pernicioso o trabalho em teatros que a vida em *farandulagem*."

Todas essas são formas de intervenção estatal, frente às expressões da questão social, com ênfase nas expressões relacionadas à população infantojuvenil. É possível notar aspectos de criminalização que se vinculavam aos marcadores de classe e raça. Tais formas de intervenção estão separadas pelos momentos históricos em que estiveram inseridas e as respectivas evoluções ali exigidas. Embora o contexto retratado remonte a um período em que a Abolição da Escravidão havia sido concretizada e a questão da infância já fosse representada com mais expressividade, a violência continua sendo um expoente expressivo na resposta dos conflitos entre capital e trabalho.

Mas a violência – pelo menos em sua forma física – não é a única medida adotada pelo Estado brasileiro, nesse período, na perspectiva de controle das manifestações populares. Havíamos demonstrado previamente, a partir dos estudos de Castelo (2021), que no processo de aburguesamento da classe dominante brasileira e avanço das forças produtivas capitalistas (e conseqüentemente das expressões da questão social), há uma preocupação em promover um sofisticado aparato institucional. Esse almejava dar sobrevida ao trabalho escravizado e, mais do que isso, garantir a manutenção do *status quo* em um momento marcado por ebulições e transformações sociais.

Com o governo instituído, a partir da Primeira República, algumas tendências estabelecidas como estratégia de repressão aos modos de vida e manifestações culturais das classes trabalhadoras e negras, tais como a eugenia e a higiene social, são reformuladas. Isso ocorre em um cenário de aprofundamento das expressões da questão social e das lutas sociais. Elementos que terão rebatimentos diretos para a infância das classes mais empobrecidas.

As atenções em torno da infância, das classes empobrecidas e negras, pairavam no horizonte desde a invasão do Brasil. No entanto, com as modernizações demandadas pelo capital, são aperfeiçoadas as estratégias de atenção e controle dessas infâncias. Mas é só em finais do século XIX, que esse olhar para a população infantojuvenil é redirecionado, para dar conta dos ideais civilizatórios de modernidade que surgiam. Na Europa, as ciências eugenistas e higienistas eram amplamente utilizadas, com o intuito de guiar os hábitos e costumes da população, diante do novo modelo de sociabilidade que se erguia.

A partir de tais ciências, acreditava-se ser possível criar um padrão de civilidade, higiene e moral, o qual passaria pelas famílias trabalhadoras e pelos filhos dela. Assim é que está situado o cenário propício para a criação e propagação do conceito de classes perigosas. De acordo com estudos de Cecília Coimbra (2001), o termo é originalmente formulado por Mary Carpenter, para fazer referência aos sujeitos que viviam de pilhagens – integrantes do exército industrial de reserva – e àqueles que tivessem passado algum tempo na prisão. Era a vez do Brasil seguir os mesmos padrões.

Ao considerar o chão histórico, de formação dessa sociedade, baseado na opressão e na exploração do trabalho indígena e negro, violação de corpos e identidades, é fácil imaginar que tais formulações encontrariam aqui um terreno fértil, para serem difundidas e apropriadas, de acordo com os interesses da elite nacional. Há que se demarcar que, no processo de expansão do capitalismo em finais do século XIX, a vinculação do país, de forma mais direta no modo de produção e reprodução capitalista, é associada a um ideário de país moderno similar às potências imperialistas europeias.

Nesse contexto, um país como o Brasil direcionou esforços, a partir da elite intelectual, para se adequar ao ideal de modernidade e sociedade impostos por essa sociabilidade. Considerando as particularidades da formação sócio-histórica brasileira, as populações negras e trabalhadoras, de forma mais ampla, foram alvos predominantes dos discursos e das práticas centrados na lógica das classes perigosas. Nesse sentido, ampliam-se também os usos atribuídos ao conceito, que passam a integrar o rol das produções das ciências eugenistas e higienistas, desenvolvidas no território, as quais tinham cada vez mais espaço na cena pública.

De acordo com Cecília Coimbra:

A elite científica brasileira da época está convencida da sua ‘missão patriótica’ na construção de uma Nação e suas propostas baseiam-se no que é conhecido como ‘degradação das sociedades modernas’, propondo medidas que deveriam objetivar o seu ‘saneamento moral’. Em especial, a ‘degradação moral’ é associada à pobreza, pois esta, com seus vícios, não condiz com o ideal de Nação que se pretende formular à época. Essa ‘degradação moral’ é vista como uma epidemia cujo contágio é considerado inevitável, pois está presente nas famílias pobres e coloca sob ameaça toda a sociedade (Coimbra, 2001, p. 88-89).

A autora demonstra como a lógica das classes perigosas é incorporada pela ciência brasileira – com subsídios eugenistas e higienistas – para dar conta de um Brasil que pretendia se modernizar, mas ainda mantinha estruturas escravocratas. Preocupava-se, então, com o controle e adequação dos costumes da população negra recém-liberta e dos trabalhadores superexplorados, incorporados ou não ao novo modelo de trabalho.

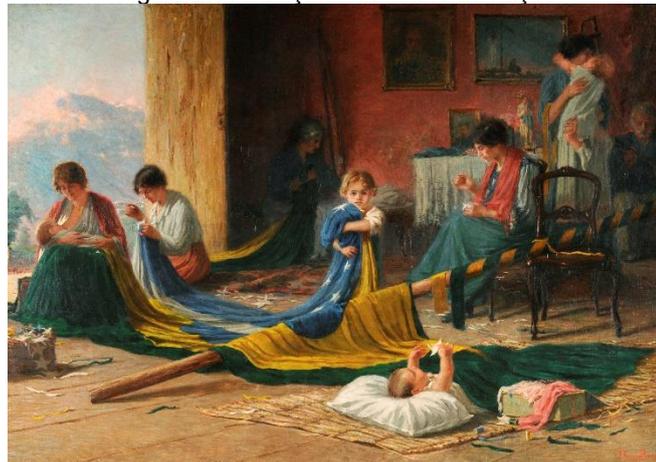
De acordo com Irene Rizzini (1997), é nesse mesmo contexto que são marcadas duas formas de pensar as infâncias:

Por um lado, a criança simbolizava a esperança – o futuro da nação. Caso fosse devidamente educada ou, se necessário, retirada de seu meio (tido como enfermigo) e reeducada, ela se tornaria útil à sociedade. (...) Por outro lado, a criança representava uma ameaça nunca antes descrita com tanta clareza. Põe-se em dúvida a sua inocência. Descobrem-se na alma infantil elementos de crueldade e perversão. Ela passa a ser representada como delinquente e deve ser afastada do caminho que conduz à criminalidade, das ‘escolas do crime’, dos ambientes viciosos, sobretudo as ruas e casas de detenção (Rizzini, 1997, p. 28).

No bojo das transformações, que incidiam sob a República, e da eclosão de manifestações sociais, que tiravam o sono das elites republicanas, saltavam aos olhos o potencial existente em um grupo específico da classe trabalhadora: as crianças. No âmbito dessas preocupações, tratou-se de situar esse grupo como um bálsamo de salvação, para o ideal de futuro que se almejava alcançar.

Essas receberiam a educação necessária para se adequarem ao modelo de sociabilidade vigente, adotando medidas como o afastamento do seio familiar. Havia, ainda, a infância que não simbolizava a salvação do país, posto que era oriunda de meios considerados viciosos e, assim, entendida como delinquente. Mesmo assim, não se descartava a tese de que ela precisava ser moralmente salva.

Figura 2: A criança como futuro da nação



A Pátria – Pedro Bruno, 1919<sup>25</sup>

Rizzini (1997, p. 29) demonstra que esse olhar para a infância pobre é atravessado por uma dualidade, que permite a elaboração da categoria menor dividida em outras duas: a

<sup>25</sup> A tela em questão representa as transformações que se gestavam no seio da república e tem nas figuras infantis simbolizam as expectativas em torno da criança como futuro da nação. “A confecção da primeira Bandeira da República remete à construção de uma nova Nação. Rica em detalhes, a tela é invadida por uma luz intensa, que ilumina a criança com a bandeira, figura central do quadro. A cena, formada principalmente por mulheres, nos traz

potencialmente perigosa, pela condição de pobreza e abandono – moral e social – e aquela em perigo, que também era passível de ser entendida como moralmente abandonada, a depender das condições, tornando-se assim, perigosa.

Em nome da preocupação que se constituiu ao redor dessas infâncias foi erguido um amplo aparato médico-jurídico-assistencial com vistas a dar conta dessa ameaça que surgia ou dessa ferramenta com potencial de salvação de uma nação. A partir dessa aliança entre o complexo médico jurídico e assistencial, foram estabelecidos os seguintes objetivos para cumprir as metas de prevenção, educação, recuperação e repressão:

De prevenção (vigiar a criança, evitando a sua degradação, que contribuiria para a degeneração da sociedade); de educação (educar o pobre, moldando-o ao hábito do trabalho e treinando-o para que observe as regras do bem-viver; de recuperação (reeducar ou reabilitar o menor, percebido como ‘vicioso’, através do trabalho e da instrução, retirando-os das garras da criminalidade e tornando-o útil à sociedade; de repressão (conter o menor delinquente, impedindo que cause outros danos e visando sua reabilitação pelo trabalho) (Rizzini, 1997, p. 29-30).

Há, na materialização desses objetivos, elementos representativos das expressões da questão social, ou melhor, de “problema social” – no dizer da época, voltados à população infantojuvenil. Em um momento de ampliação das desigualdades, que se instituem no seio do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, há que se considerar que tais condições incidiram sob as/os “menores” que compunham as classes trabalhadoras.

Priorizar ações que educassem esse público para o trabalho e que o recuperasse ou reprimisse – nos casos em que as ações de prevenção e educação não saíssem conforme o planejado – era uma estratégia perspicaz para moldar a classe trabalhadora do futuro. Isso, em um momento em que as manifestações e lutas dessa mesma classe, causava impacto na estrutura da recente organização republicana.

Em tal conjuntura, as inquietações sobre o público infantojuvenil eram alicerçadas nas teorias científicas de melhoramento racial e sanitário, importadas da Europa e amplamente difundidas no Brasil, pautadas na concepção de uma adequação aos padrões de modernidade capitalista. Centralizar as atenções na infância era uma estratégia interessante porque, embora houvesse um certo determinismo racial nas formulações higienistas e eugenistas, prevaleceu no

---

à mente Marianne, o símbolo feminino da Revolução Francesa. Contrastando com áreas de sombra, a iluminação utilizada coloca em evidência a mãe que alimenta o bebê (este representando a República que nasce), as várias crianças, as distintas gerações que formam uma nação onde todos se empenham em oferecer contribuições. Quase dissolvido nas sombras, o velho representa o passado” (Portella, s/p., 2015).

Brasil a vertente da eugenia<sup>26</sup> que entendia ser possível promover o melhoramento racial através da educação e saneamento moral.

Esse investimento na infância era uma aposta que poderia contribuir para um alcance mais efetivo desses objetivos, a partir da compreensão de que se tratava de uma população mais facilmente “moldável”, como nos diz o discurso do então senador Lopes Trovão, em 1896:

Temos uma pátria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer... e para empreender essa tarefa, que elemento mais dúctil e moldável a trabalhar do que a infância?!...". ‘São chegados os tempos’, preconizava o Senador, de prepararmos na infância a célula de uma mocidade melhor, a gênese de uma humanidade mais perfeita (Trovão, 1896 *apud* Rizzini, s/p., 2006).

As iniciativas de prevenção, educação, recuperação e repressão já eram percebidas no âmbito da República, em diversas frentes representantes da aliança médico-jurídico-assistencial, sobretudo a partir de instituições as quais esses objetivos eram indispensáveis.

O aparato judiciário foi central nessa missão. Consideramos oportuno destacar algumas legislações, que sinalizam as movimentações realizadas pelas classes dirigentes, durante a República, para concretizar o objetivo de “reconstrução da nação”, por meio da infância pobre. Os deputados já discutiam desde o início da organização republicana, sobre o que se fazer, a respeito das infâncias “moralmente abandonadas e delinquentes”.

Durante a sessão, de 31 de outubro de 1906, era discutido o Projeto de Lei do deputado Alcindo Guanabara, que visava regulamentar a situação da “infância moralmente abandonada e delinquente”. A proposta já versava sobre a iniciativa do Estado, de intervir na vida das famílias, a partir da destituição do poder familiar – temporária ou não – nos casos em que esses cometessem crimes contra a fé pública, homicídio, contra a propriedade pública e particular, contra a pessoa e a propriedade, que fossem mendigos e ébrios, vadios e capoeiras<sup>27</sup> (Brasil, 1891; 1906).

A destituição do poder familiar temporária também seria aplicada, de acordo com o Projeto de Lei, àqueles que apresentassem comportamentos de embriaguez ou que pudessem representar algum risco a moralidade dos filhos. A reincidência da suspensão do pátrio poder simbolizava a suspensão definitiva do poder familiar.

---

<sup>26</sup> Nesse caso, o Brasil adotou majoritariamente a vertente positivista e preventiva. Trataremos no próximo item das diferentes formas de apropriação das ciências eugenistas e higienistas pela ciência brasileira, especificando as especificidades de cada uma dessas vertentes.

<sup>27</sup> O Projeto de Lei dispõe da seguinte forma ao tratar dos pais e mães que perderiam temporariamente o pátrio poder: 1º. O pai ou a mãe condenados a prisão pelos crimes previstos no liv. II, caps. I do Título VI, I e II do título X, I e II do título XII, I e II do título XIII e XII e XIII do liv. III do Código Penal (Brasil, 1906). Mas optamos por recorrer direto a fonte, checando do que se tratava e fazer essa referência direta para tornar mais fácil o diálogo e a visualização do que temos buscado apresentar ao longo do capítulo.

A preocupação com as insurreições populares e com a organização de uma cultura popular e negra não só não correspondia à proposta de uma nação moderna, pensada por aquela elite, como ameaçava a ordem social estabelecida. A novidade era a intervenção do Estado, instituindo um outro mecanismo de violência: a destituição do pátrio poder.

Segundo estudos de Irma Rizzini (2011), o discurso em prol da maior intervenção do Estado, quanto à assistência, era perpassado pela compreensão de que as famílias de origem das crianças poderiam ser materialmente necessitadas ou moralmente corrompidas. Nesse sentido, o discurso dos intelectuais e as proposições à época giravam em torno da defesa de que ninguém melhor que o próprio Estado para instituir essa assistência. Ao mesmo tempo em que se realizava tal cobrança, reconhecia-se que havia muito para avançar, no sentido de alcançar tais propostas de assistências. A lógica que prevalecia era de uma assistência predominantemente privada, individual – filantrópica (Rizzini, 2011).

O documento que aprovava o regulamento de assistência e proteção aos “menores abandonados e delinquentes<sup>28</sup>” trazia no corpo do texto definições sobre quem seriam os menores considerados “abandonados, vadios, mendigos e libertinos”. Além disso, estabelecia punições. As mais significativas seriam a suspensão do pátrio poder, para pais e mães, além de medidas de correção para eles próprios. Destacamos aqui a definição de vadios, presente no documento:

§ 2º São vadios os menores que, tendo deixado sem causa legítima o domicílio do pai, mãe, tutor, guarda, ou os lugares onde se achavam colocados por aquele a cuja autoridade estavam submetidos ou confiados, ou não tendo domicílio nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros públicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de ocupação imoral ou proibida (Brasil, 1923).

Pode-se apreender, a partir da leitura desse trecho, que muitas percepções acerca da vadiagem desses “menores” estavam relacionadas, majoritariamente, à pobreza e às condições de vida inerentes a esse estado à época. Fato que, conforme demonstramos, foi uma condição imposta a maior parte da população negra brasileira e à parcela significativa dos trabalhadores, de forma geral. Ou seja, na mesma medida que se impunha a um grupo específico essa condição, ele também foi criminalizado por esse motivo, sem deixar de fora a infância.

O Código de Menores de 1927, é o exemplo mais contundente desse aparato jurídico-assistencial, mobilizado para moldar a infância. Reitera algumas concepções já tratadas sobre *menores delinquentes e abandonados* e as punições aos familiares e “menores”. Também inova

---

<sup>28</sup> Decreto 16.272 de 20 de dezembro de 1923.

ao trazer dispositivos que protegem o trabalho dos “menores” e ao criar instituições, como o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores.

Tais elementos fortalecem as afirmações que temos defendido até aqui, a respeito de uma participação efetiva do Estado, mesmo antes da Era Vargas, no trato da questão social. Nesse caso, das expressões da questão social diretamente ligadas à infância - uma participação majoritariamente vinculada à violência e à repressão. Essa intervenção era orientada pela preocupação das classes dominantes com a manutenção da ordem, a partir da docilização dos corpos desde a infância.

Exemplo marcante está na formulação da Lei nº 947, de 1902, que, no Art. 1º, parágrafo IV: “Autoriza o poder executivo a criar colônias correccionais para reabilitação pelo trabalho ou instrução, dos mendigos validos, vagabundos ou vadios, **capoeiras e menores viciosos** que forem encontrados e como tais julgados no Distrito Federal” (Brasil, 1902, grifos nossos).

A criminalização da infância pobre, que não se adequava aos padrões de sociabilidade exigidos, aparecia mais uma vez como estratégia repressiva do Estado, em aliança com a classe dominante. A essa infância perigosa estaria reservado, de acordo com os dispositivos jurídicos antes citados, a institucionalização para que fossem reabilitados. Predomina, mais uma vez, a lógica das ciências eugenistas e higienistas, centradas na reparação, com vistas ao preparo para o mundo do trabalho.

Segundo Faleiros (2011), é justamente essa articulação entre público e privado que rebate a tese de um Estado não intervencionista, no âmbito da Primeira República. O período foi marcado por uma extensa preocupação em torno da infância pobre, que encontrou no Estado, majoritariamente, o lado repressivo e nas entidades privadas, a assistência. Todavia, o autor denota a participação fundamental de juristas e higienistas na formulação de um novo modelo de atenção à infância, baseado no controle, o que fez com que pressionassem o aparelho estatal para uma maior intervenção, no âmbito da assistência dessa mesma infância.

No bojo dessas intervenções, cobranças por respostas e invasão da vida social pelas ciências higienistas e eugenistas, com ênfase nas infâncias, estão situadas as instituições que objetivavam materializar as propostas idealizadas pelas classes dirigentes, no âmbito da atenção à população infantojuvenil. Assim, surgem instituições como a Escola Correccional 15 de Novembro, o Patronato de Menores e, posteriormente, o Juizado de Menores.

O que ocorre é uma aliança entre público e privado, entre médicos e juristas, que torna difícil distinguir onde se inicia e onde se encerra a influência de cada um. Rizzini (1997) demonstra o quanto esses entes trabalharam de forma conjunta, na formulação de estratégias de controle para a infância pobre no Brasil. Mas, até a Primeira República, ainda não havia um

reconhecimento formal pelo Estado da necessária intervenção diante da questão social e das expressões dessa, relacionadas à infância.

Então, mesmo que a Primeira República tenha sido palco de reprodução das teorias eugenistas e higienistas, centradas na população pobre, da difusão da lógica das classes e infâncias perigosas, é no pós-30 que houve um espaço, a partir da máquina estatal, para que os aparatos médico, jurídico e assistencial trabalhassem conjuntamente, para além de um viés exclusivamente repressivo na atenção a essa infância.

### 3.2

#### **Eugenia e Higiene Social: apontamentos para compreender a apropriação pela ciência brasileira**

Desde meados do século XIX, crescia o espaço ocupado pela ciência na cena pública, de forma a associar as descobertas científicas ao progresso. Assim, as teorias raciais que já eram amplamente difundidas na Europa, passam a ser adotadas pelos estudiosos e elite brasileira como referencial teórico<sup>29</sup> na busca por um ideal civilizatório, conforme demonstram os estudos de Ricardo Bonfim (2017) e Lilia Schwarz (2005).

Paralelo a isso, havia ainda as formulações dos teóricos estrangeiros, que associavam o suposto atraso da nação brasileira aos fatores climáticos e às raças miscigenadas que conviviam no território (Schwarz, 2005, p. 41). Embora não fosse possível transformar os determinantes climáticos, acreditavam que seria possível prevenir e tratar as doenças geradas a partir desses ou da organização populacional, diante das condições de temperatura.

Somado a isso, entendiam que a modificação da realidade racial do país era algo passível de ser alcançado, para atingir o ideal de civilidade e modernidade, enxergado nos países da Europa e nos Estados Unidos. Essa ambição percorre a virada do século e se expressa no aprimoramento dos estudos e produções científicas em torno do melhoramento racial, em nível de apoio institucional mais expressivo.

A pesquisa de Olívia Cunha (2002), indica que, desde o início do século XIX, já havia indícios de uma maior participação da medicina nas práticas de controle populacional. Isso porque é nesse período que estão localizadas as primeiras preocupações e atenções acerca das

---

<sup>29</sup> Lilia Schwarz (2005) demonstra que esse ideário científico foi adotado de forma difusa, sem valorizar propriamente o progresso científico que tais prerrogativas simbolizavam em seus países de origem. Aqui elas eram adotadas como estratégias de aproximar a elite brasileira das formulações da elite europeia e estadunidense, como uma espécie de modismo.

“doenças tropicais” e da prevenção de epidemias. Apesar de não ser o foco principal, já apareciam algumas conexões desses estudos com as teorias sobre o melhoramento da raça.

Cada vez mais cresce o papel da medicina – atribuído pelo próprio Estado – com as atividades do campo da higiene, destinadas à manutenção da salubridade da nação. Assim, a autora determina o alvorecer do higienismo em finais do século XIX, vinculado às preocupações sobre o conhecimento e controle do mundo colonial. De acordo com ela: “Essa percepção, cada vez mais, estará ligada à ideia de ‘constituição’ e não de ‘raça’, informando que o olhar dos especialistas deve se voltar para as histórias que cada corpo, individualmente, guarda, perpetua e reproduz” (Cunha, 2002, p. 255).

Acentuavam-se as produções – agora ancoradas na ciência – sobre a transmissão hereditária de fatores que poderiam causar determinadas patologias ou pré-disposição ao crime e à delinquência. Cabe destacar que a compreensão sobre a hereditariedade se baseava na antropologia física<sup>30</sup> ou criminal<sup>31</sup> e que esses estudos eram, em grande parte, guiados por padrões eurocentrados.

As conexões entre eugenia e antropologia eram nítidas, bem como a disseminação dessas teorias no imaginário social. Isso tinha uma razão. Como afirma Jurandir Costa,

a intelectualidade brasileira enfrentava, na época, graves problemas ideológicos que a eugenia ajudou a solucionar. O regime republicano atravessava, nas duas primeiras décadas do século XX, um período de convulsões. A Abolição da Escravatura; a imigração europeia; a migração dos camponeses e antigos escravos para as cidades; enfim, os efeitos econômicos da industrialização nascente agravavam as tensões sociais e colocavam em questão o próprio regime, cuja legitimidade a elite dirigente procurava justificar por todos os meios (Costa, 2007, p. 49-50).

A eugenia passa a ter destaque nesse momento de transição e crise do regime, porque era um método que trazia elementos científicos importantes, para a configuração do ideal de civilização que se objetivava construir. Agora, as exclusões, opressões e discriminações não mais se cunhavam em medidas exclusivamente autoritárias, havendo uma ciência que legitimava esse modelo de sociedade e resguardava as decisões de Estado, ancorando-as numa suposta modernidade.

---

<sup>30</sup> Eram comuns nos estudos desenvolvidos pela Antropologia Física naquele período uma compreensão que relacionava atributos intelectuais e morais, com características físicas. Segundo a pesquisa de Santos (2010), a antropologia física do Museu Nacional “temperou suas análises raciais com noções evolucionistas” (p.89). O autor enfatiza o teor desses estudos na construção da noção de degeneração da população indígena, mas também chama atenção para o adensamento dessas produções no momento de abolição do trabalho escravizado.

<sup>31</sup> Olívia Cunha demonstra que os estudos da Antropologia Criminal eram majoritariamente inspirados nas produções de Cesare Lombroso, e sua concepção de “criminoso nato”. A tese, na verdade concebida por Enrico Ferri, determinava uma classificação natural entre os indivíduos, que estariam na classe dos normais ou dos anormais. Aqueles que compusessem essa última categoria, teriam uma pré-disposição, também natural ao crime. Essa classificação era definida de forma orgânica, com base em características anatômicas (Cunha, 1999, p. 325).

A eugenia passa a ter mais centralidade do que a própria noção de raça, conforme demonstra a pesquisa de Olívia Cunha:

‘Raça’ e eugenia, mais que enunciados, passaram a ser distintas dimensões temporais a partir das quais a sociedade brasileira poderia ser conhecida. ‘Raça’, por vezes, foi o termo corrente para aludir-se à história, ao passado e à herança – tudo aquilo que deveria ser esquecido, ter seus males atenuados, corrigidos e redimidos em nome de um futuro eugênico para a nação. Eugenia, seria, ao contrário, a concretização redentora de um projeto contemporâneo e moderno, que envolveria os médicos, os educadores e os juristas, irmanados na idealização e transformação de uma nação do futuro (Cunha, 2002, p. 242).

Foi atribuída às ciências eugenistas a função de guiar o país rumo à civilidade. Nesse caso, não era mais preciso tocar no assunto da raça, porque fazia parte de um passado obscuro, de um Brasil marcado pelo primitivismo. Agora, com o auxílio de cientistas de distintas especialidades, esse passado poderia ser superado, com vistas a criar um outro ideal de povo e nação. Nesse sentido, a higiene social era uma ciência que compunha e impulsionava os padrões eugenistas, especialmente no Brasil.

Destacamos duas personalidades centrais para a compreensão sobre a ampliação do papel da medicina higienista (no período do qual tratamos), as apreensões eugenistas que a circundaram, bem como as divergências<sup>32</sup> no interior desse movimento: Renato Kehl e Roquette-Pinto. Ambos os médicos tiveram destaque na difusão dos ideários eugenistas no território brasileiro, aliados aos conhecimentos da medicina – mas o fizeram de forma antagônica.

Roquette-Pinto<sup>33</sup> não acreditava na noção de uma raça degenerada porque era miscigenada, mas defendia a tese da existência de “tipos de brasileiros”, que se assemelhavam entre si através de características físicas. Assim, para esse autor, não haveria uma raça ou tipo de brasileiro degenerado, “portadores de taras hereditárias”, mas sim, indivíduos aos quais foi imposta a degradação social e cultural, causadora da indigência. Para esses casos, sugeria como recurso a educação e a política sanitária.

Esse modelo de compreensão de eugenia, representado por Roquette-Pinto, estava associado ao que se chamou de eugenia preventiva. Apoiava-se também na eugenia positiva<sup>34</sup>,

---

<sup>32</sup> Consideramos relevante tratar das divergências na incorporação da eugenia pela ciência brasileira, porque é a partir das nuances presentes nessas distintas compreensões que poderemos entender, posteriormente, se houve ou não apreensão pelas pioneiras em seu exercício profissional, de teorias vigentes no cenário sócio-histórico da época em que a profissão estava inserida.

<sup>33</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre as concepções de eugenia defendidas pelo autor, recomendamos a pesquisa de Olívia Maria Gomes da Cunha (2002) e Paulo Ricardo Bonfím (2017).

<sup>34</sup> A eugenia preventiva visava discutir sobre medidas de prevenção (saneamento e profilaxia). A eugenia positiva, propunha a promoção de uma educação sexual adequada para mocidade (Bonfím, 2017, p. 124).

que tinha a proposta de promover uma educação sexual adequada para a juventude. Segundo Bonfim (2017), tais concepções atribuíam o potencial do melhoramento racial à educação, ao saneamento e à higiene. Assim, os ensinamentos eugênicos e higienistas seriam transmitidos para as futuras gerações, suscetíveis a uma “regeneração”. Por outro lado, havia a eugenia negativa, que era mais radical, contrariava as anteriores e apoiava-se nas bases raciais para alcançar o ideal.

Renato Kehl<sup>35</sup>, em grande parte da carreira, esteve vinculado à vertente da eugenia negativa, apesar de, em um primeiro momento da aproximação, ter utilizado um discurso que se aproximava das linhas preventiva e positiva. Por esse ramo das ciências eugênicas, chegou a publicar livros voltados ao público infantil como manuais escolares e o livro ‘A Fada Higya’<sup>36</sup>, com o registro da primeira publicação em 1923. Mas há um redirecionamento nos ideais de Kehl em finais da década de 1920, que passam a girar em torno da vertente negativa, ou seja, da higiene racial com fins segregacionistas (Bonfim, 2017). Embora tenha sido esse o caminho trilhado e o grande destaque do cientista, essa tendência não foi adotada pela maior parte dos teóricos brasileiros, que seguiu em defesa da eugenia preventiva e positiva.

A relação das duas últimas vertentes com a educação, destacava-se, principalmente, pelos interesses em torno da infância. Essa orientação caminhava na mesma direção das compreensões acerca do ideal de modernidade, que a elite nacional buscava:

A preocupação com a infância nas sociedades modernas distinguia-se de períodos anteriores e assumia certa centralidade no projeto social das elites; tratava-se, pois, de garantir na infância a adequada preparação física e moral para a formação de adultos socialmente aptos ao trabalho e à construção de famílias sadias (Bonfim, 2017, p. 109-110).

Sidney Chalhoub (2012) busca oferecer um panorama mais amplo sobre os discursos, interesses e compreensões, presentes no Rio de Janeiro da Primeira República. Para isso, ele utiliza de recursos diversos, tais como processos criminais e notícias de jornais da época. Essa pesquisa nos interessa para compreender as movimentações que culminam na conformação do Governo Provisório e, posteriormente, do Estado Novo. Além disso, pode nos oferecer pistas importantes sobre a forma que a sociedade fluminense, na qual estavam inseridas as assistentes sociais pioneiras, percebiam as transformações em cena, a questão social e a infância pobre.

---

<sup>35</sup> Para um aprofundamento sobre as compreensões de Renato Kehl, recomenda-se as pesquisas de Paulo Ricardo Bonfim (2017), Weber Lopes Goês (2018) e Olívia Maria Gomes da Cunha (2002).

<sup>36</sup> A partir da pesquisa de Ricardo Bonfim, é possível entender a amplitude dessa obra para a formação das crianças no período. Com registros de edições que se estenderam até a década seguinte, no Governo Provisório, o livro sobre higiene voltado ao público infantil foi adotado pelas escolas do Pará, Pernambuco, São Paulo e Distrito Federal (Oliveira *apud* Bonfim, 2017, p. 128).

O autor destaca as preocupações que se desenrolavam no cenário político nacional, desde a Abolição da Escravatura, em relação a uma suposta tendência ao vício da população que fora escravizada, os negros. Em alguns momentos, são trazidos registros, que possibilitam apreender como essa preocupação se expressou nos discursos de parlamentares e em projetos de lei:

Os libertos traziam em si os vícios de seu estado anterior, não tinham a ambição de fazer o bem e de obter um trabalho honesto e não eram ‘civilizados’ o suficiente para se tornarem cidadãos plenos em poucos meses. Era necessário, portanto, evitar que os libertos comprometessem a ordem, e para isso havia de se reprimir os seus vícios. Esses vícios seriam vencidos através da educação, e educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade (Chalhoub, 2012, p. 68).

Ao longo do texto, o autor revela que essa era a lógica que atravessava o imaginário das classes detentoras do poder. Apesar de não ser o foco central da produção, ele também demonstra que essa forma de perceber a população negra trazia prejuízos para a vida dos “menores”, que pertenciam a esse grupo populacional, já que as leis e medidas de repressão e obrigatoriedade eram, sobretudo, direcionadas a esses, na expectativa de alcançar um povo moldado e docilizado diante daquela sociabilidade.

Conforme apresentado, a passagem do século XIX para o XX, é atravessada por mudanças na estrutura social – próprias das exigências do capital e das lutas sociais que se adensavam no território. Era um momento de recente e impopular experiência republicana, com uma abolição recém-promulgada e uma sociedade permeada por conflitos, gestados no âmago da classe trabalhadora. É possível observar que o Estado se preocupou em instituir novos mecanismos de controle, garantindo à medicina, sobretudo à medicina higienista, mais destaque na cena pública.

Olívia Cunha identifica que a presença da medicina permitiu que a preocupação com a miscigenação no país fosse tratada de outro lugar. A partir daquele momento, havia espaço para que médicos e juristas articulassem, publicamente, em torno de uma aspiração em comum: a construção de um ideal de nação moderna, mesmo em um país miscigenado como o Brasil – o que consideravam sinônimo de atraso (Cunha, 2002, p. 255).

É somente a partir de 1920, que há uma reorientação significativa nessa atuação, de modo que a atenção da medicina passa se voltar para as causas sociais das doenças: “Pobreza, indigência, ignorância, analfabetismo e, como não poderia deixar de ser, ‘atavismos’ e má-formação hereditárias eram fatores que, agrupados e interligados, desenhavam um quadro geográfico e social dos ‘males’ que retardavam o advento da civilização brasileira” (Cunha, 1999, p. 263).

Em um momento de intensas lutas sociais, marcadas pela repressão e resistência, acrescido pela insatisfação de alguns setores das elites nacionais com a organização republicana de então, era hora de estabelecer novas estratégias, que visassem manter a ordem vigente. Dentre elas, destaca-se o maior espaço concedido à medicina higienista para o controle das demandas sociais.

Isso porque essa atuação ainda tinha objetivos pautados na identificação, para prevenção, de grupos que, supostamente, carregavam características hereditárias responsáveis pelo atraso nacional. Havia nesse método características um tanto culpabilizadoras e cruéis, porque atribuía a grupos específicos a responsabilidade por condições sociais, que lhes foram impostas no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

### 3.3

#### **A Liga Brasileira de Higiene Mental e atenção à infância**

Uma das instituições marcantes, para o debate proposto aqui, é a Liga Brasileira de Higiene Mental<sup>37</sup> (LBHM), criada na Primeira República, no Rio de Janeiro, em 1923 – período de eclosão das lutas sociais, com destaque para atenção à infância e apropriação das ciências higienistas e eugenistas pela ciência brasileira. A instituição tinha como objetivo inicial o aperfeiçoamento da assistência às pessoas com transtornos mentais, com a renovação de profissionais e instituições. No entanto, esse objetivo não perdura muito tempo. A partir de 1926, a compreensão dos psiquiatras da instituição passa a ser atravessada por projetos que visam a prevenção, a eugenia e a educação dos indivíduos, conforme demonstram os estudos de Costa (2007).

De acordo com o autor, a eugenia foi utilizada pelos psiquiatras de então como justificativa para invasão do campo social pela psiquiatria. Constituiu-se, assim, a higiene mental e as prerrogativas para uma atuação da psiquiatria também com os indivíduos sadios. O autor sinaliza que, de 1926 em diante, a eugenia ganha maior dimensão no interior dos programas de higiene mental, com esse item sendo, em 1934, o maior expoente.

Nesse sentido, Jurandir Costa (2007) denuncia o quanto as iniciativas dos psiquiatras foram atravessadas pelas influências presentes na cultura da época, ao associar a ampla adesão dos ideários eugenistas pela psiquiatria, ao próprio preconceito racial dos profissionais, que

---

<sup>37</sup> Consultar informações mais detalhadas sobre a formação e funcionamento da LBHM na obra de Jurandir Freire Costa (2007).

com tal associação teriam encontrado uma solução considerada ideal para a “profilaxia da doença mental e da raça” (p. 58).

De modo que, com o encontro entre a psiquiatria e os pressupostos eugenistas, e a conseqüente inserção dentre as ciências médicas, voltadas ao controle das classes trabalhadoras, foi ampliado o precedente para se considerar as características dessas mesmas classes como uma patologia, que somente poderia ser resolvida a partir das medidas eugenistas.

Naquele momento, os médicos higienistas que compunham a Liga seguiam a mesma tendência, percebida entre a maior parte dos teóricos adeptos da eugenia no Brasil: abandonaram os pressupostos de um determinismo racial, promovendo esforços em torno de formulações teóricas e políticas, acerca da necessária responsabilização do Estado, em prol de um amparo sanitário e educacional que pudesse dar conta de salvar a nação.

Dentre o grupo populacional que era alvo da atenção dos profissionais da LBHM, destacamos a população infantil que, segundo Reis (2000): “diante da pesada herança racial pretérita, representava o bálsamo do futuro viável. Através de medidas decididas de prevenção eugênica e de higiene mental seria possível moldá-la (...) transformando-a no adulto sadio, vigoroso e trabalhador de amanhã” (Reis, 2000, s/p.).

Entendia-se, portanto, que a criança era uma figura mais facilmente moldável às necessidades daquela sociedade que se erigia, e em pouco tempo, a partir dela, seria possível alcançar o ideal de civilização moderna almejado. Isto é, um país branco na cultura e nos costumes, com um povo docilizado e adaptado aquele tipo de trabalho. Nessa tarefa, a eugenia e a higiene mental eram ferramentas essenciais.

A centralidade da figura infantil para a Liga podia ser percebida já em sua organização, quando dispôs de uma seção exclusiva para a puericultura e higiene infantil. Ademais, conforme indica o estudo de Reis (2000), os nomes envolvidos nessa trama estiveram diretamente ligados a outras instituições de atenção à infância que se destacavam no período, tais como o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro, o Departamento da Criança no Brasil e o Serviço de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde.

Há, na pesquisa de Reis, elementos que permitem compreender que essa atuação da medicina higienista com a infância partia de dois parâmetros. O primeiro consistia na defesa de que determinadas crianças, mesmo oriundas de meios considerados degenerados, poderiam ser “salvas” a partir do investimento em saúde e educação. O autor chama a atenção para o fato de que, na concepção de salvação, já estava presente a lógica de impor o trabalho desde muito cedo, como uma estratégia de adequação ao padrão de sociabilidade vigente. Essas afirmações

são expostas pelo autor, a partir dos próprios discursos de médicos que compunham a instituição.

O segundo elemento que compõe a exposição caminha na direção oposta. Era a defesa pelos médicos higienistas – apoiados nos pressupostos eugenistas – de que, se por um lado existiam crianças passíveis e dignas de salvação, de outro existiam aquelas por quem nada podia ser feito. Os ‘menores’ “incuráveis”. Embora a psiquiatria não fizesse uma defesa ampla, no sentido da impossibilidade de corrigir quaisquer indivíduos, nos casos em que versava sobre, entendia-se que a única solução era a institucionalização desses sujeitos (Reis, 2000, s/p.).

Mesmo que houvesse majoritariamente uma tendência – não menos perversa – de entender a criança das classes empobrecidas e negras, como uma solução para o “problema” do desajustamento, que supostamente pairava sob aqueles sujeitos, ou seja, passíveis de correção e alvos centrais das ações e programas da higiene mental, essa lógica só estava reservada a um grupo de crianças. Outras seriam enquadradas na categoria daquelas que não mereciam salvação, as que sequer poderiam ser corrigidas pelas práticas de higiene mental, restando, assim, a institucionalização como forma de afastá-las do convívio social.<sup>38</sup>

Por hora, consideramos prudente enfatizar que tais atenções e práticas, focalizadas em torno da população infantojuvenil simbolizavam, de um lado, o reconhecimento de um potencial que esse público poderia constituir, no que diz respeito à manutenção da ordem vigente. De outro lado, representava a identificação de que poderiam significar uma ameaça a essa mesma ordem. Ou seja, tratava-se de uma preocupação com as expressões da questão social vinculadas ao público infantojuvenil.

É a partir desse reconhecimento que a medicina higienista passa a ser uma aliada fundamental no controle das populações mais empobrecidas, mesmo dos considerados “indivíduos sadios”. E, sobretudo dos menores que compunham esses grupos já que, mesmo quando inseridos no grupo daqueles considerados uma ameaça ou portadores de alguma patologia, eram entendidos como uma possibilidade de guiar o país rumo à modernização.

Sobre isso, encontramos registros no *Jornal A Voz do Povo*<sup>39</sup> (1920), que denunciam as condições degradantes as quais estava exposta a “infância desvalida” do Rio de Janeiro, bem como, as reações que poderiam surgir a partir desse cenário:

---

<sup>38</sup> Esse discurso coincide com os aportes teóricos apresentados por Irene Rizzini (1997) sobre infância, os quais definem que nesse momento já pairava no cenário sócio-histórico brasileiro duas compreensões antagônicas acerca da infância: “perigosas ou em perigo de o ser” (p.97). Trataremos com mais detalhes sobre essa categorização no próximo item deste capítulo.

<sup>39</sup> Optamos por fazer pesquisa a esse respeito nesse periódico porque nos interessava compreender o ponto de vista das classes trabalhadoras sobre a população infantojuvenil. Ao partir desse princípio, entendemos que seria mais

Não compreende a sociedade que os oprime e repele que eles têm, como todos os seres, a função natural da vida que necessitam de pão, de tecido e de agasalho. Não compreende a sociedade hodierna que eles precisam de educar os seus músculos e o seu espírito no trabalho e essa educação só obtém nas oficinas e nas escolas, cativando-lhes as tendências, as inclinações para a aprendizagem dos misteres dignos que os havia de tornar para o futuro, não energias inúteis e dissipadas pelas privações, mais obreiros e vitalidades conscientes do progresso e da fraternidade universais.

Mas a nossa atual organização social pedia aos olhos indiferentes a esses problemas capitais. Mal sabe ela que, não prestando a devida assistência aos menores desvalidos está formando homens que a repelirão e prejudicarão amanhã (Jornal A Voz do Povo, 1920, ed. 08).

A publicação de 1920 – mesmo período de surgimento da LBHM – registra as preocupações com essa infância mais empobrecida. E, embora se trate de uma produção oriunda da classe trabalhadora, prevalecia um caráter contraditório, que reforçava os discursos vigentes, os quais ofereciam assistência à infância com vistas a sua formação moral, por meio da educação e do trabalho. A partir do exposto, é possível apreender que havia a reprodução da lógica de preocupação com a infância e, ainda, do discurso de uma infância que, sem a devida assistência oferecida pelo Estado, poderia oferecer riscos à sociedade no futuro.

Por parte das classes dominantes essa também era uma preocupação que predominava nos discursos. Ela se fazia mais presente conforme esses “menores” se afastavam das propostas de modernidade a serem seguidas pelo cidadão, no novo padrão estabelecido pelo Estado brasileiro. Assim, a atenção à infância, em alguns momentos, vincula-se à lógica da criminalização, conforme é possível observar no discurso de Alfredo Balthazar Silveira no 1º Congresso brasileiro de Proteção à infância em 1922:

Pode-se dizer que essas sugestões malélicas, que enervam as energias da criança; essa ausência de instrução religiosa, hoje mais do que nunca recomendada por espíritos independentes, os quais não hesitam em proclamar a sua benfazeja influencia, no animo da criança, e mesmo no adulto transviado; esse censurável abandono a que se acham expostas, o que permite aos mais espertos explorá-las da mais nefanda maneira, são, inquestionavelmente, os fatores do crescimento espantoso da delinquência primaria, que constitui a preocupação máxima do nosso século (Anais do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, 1922, p. 193).

Havia um cenário absolutamente favorável para a expansão das ações da Liga Brasileira de Higiene Mental, na década de 1920, e durante o período de readequação já citado, em que os psiquiatras optam por abraçar a ciência eugenista, ao mesmo tempo em que defendiam a

---

coerente consultar uma fonte produzida por essa, como é o caso do Jornal a Voz do Povo, o qual foi constituído pela Federação dos trabalhadores do Rio de Janeiro e almejava ser o porta voz dos trabalhadores do Rio de Janeiro. Para mais informações sobre o Jornal, consultar “O conceito popular nos jornais “A Manhã” e “A Voz do Povo” (2008).

necessária participação do Estado para o ajustamento da população por meio da educação e das medidas sanitárias.

Tratava-se de um momento em que o discurso, em relação ao “ajustamento” das infâncias, dispunha de condições para se expandir, o que podia ser percebido a partir de ações diversas, que se multiplicavam precisamente no ambiente escolar e no meio familiar – este último foi e ainda é um dos centros da atenção profissional do Serviço Social. Isso se explica porque, segundo indicam os estudos de Reis (2000), os objetivos dos profissionais consistiam em empreender uma atuação ampla, articulada não só às escolas, mas também ao Juizado de Menores.

Costa sinaliza que essa tendência cresce a partir de 1931, já no Governo Provisório. Ele atribui três principais motivos para isso: 1) A Revolução de 1930 e o apoio oferecido por esse governo aos psiquiatras da LBHM:

Este apoio ligava-se, por um lado, à vigilância policial mais severa dos delinquentes, alcoólatras e outros marginais e, por outro lado, à criação do Departamento Nacional de Saúde. Este Departamento, que reagrupou no plano nacional todos os dispositivos institucionais psiquiátricos do país, havia, aparentemente, aderido às ideias de combate ao alcoolismo propostas pela LBHM (Costa, 2007, p. 59).

Nota-se que, a partir da instituição do Governo Provisório, já se colocava na cena pública uma maior pré-disposição, por parte do Estado, de apoiar institucionalmente as iniciativas voltadas à repressão, sem abrir mão por outro lado, da assistência. A força policial esteve sempre à disposição para responder as iniciativas e manifestações “ameaçadoras” das classes trabalhadoras – a mesma que poderia ser considerada doente pela psiquiatria pelas suas características físicas. Por outro lado, criavam-se instituições, como o Departamento Nacional de Saúde, que ofereciam segurança às ações e formulações higienistas e eugenistas dos psiquiatras.

Podemos, assim, compreender os outros fatores determinados pelo autor, para justificar o destaque que as medidas eugênicas receberam a partir de 1931: 2) A intensificação da propaganda eugênica no Brasil; 3) A fundação, no mesmo ano, da Comissão Central Brasileira de Eugenia (Costa, 2007, p. 60). Embora a medicina psiquiátrica e os integrantes da LBHM não tivessem fundado os padrões eugenistas e higienistas, e tampouco sido pioneiros na sua utilização como forma de controle da população, estavam em um cenário em que a atuação nesse sentido era incentivada.

As práticas e formulações, que já vinham sendo gestadas desde finais do século anterior, encontraram terreno fértil no Governo Provisório, já presidido por Vargas e, posteriormente, na

ditadura do Estado Novo. A partir do próximo capítulo, buscaremos situar as disputas, interesses e correlações de forças que culminaram na Era Vargas, para que seja possível apreender o contexto sócio-histórico e político de emergência da profissão. Mais ainda, para nos aproximarmos com maior intensidade das personalidades e ideais, que tornam necessária uma profissão que atue junto à classe trabalhadora e ao grupo infantil e juvenil dessa classe.

#### 4.

### **Muito além da violência: estratégias utilizadas durante a Era Vargas no trato da Questão social e na atenção à infância**

#### 4.1

#### **Seu Julinho vem aí<sup>40</sup>? Interesses e disputas no decorrer da Era Vargas**

A gênese do Serviço Social está localizada em um dado momento histórico, no qual estavam postas as condições necessárias para a emergência e demanda de uma profissão, que se colocasse diante dos conflitos entre capital e trabalho, com vistas a responder tais embates, a partir dos interesses das classes dirigentes. Todo contexto apresentado até aqui tem influência nos eventos que culminam na profissionalização do Serviço Social e na forma como foi orientado o exercício profissional das pioneiras.

Por isso, temos realizado essa costura, que permite compreender as origens da questão social no Brasil, ou seja, como estão postos nesse território os conflitos entre capital e trabalho a serem mediados pelo Serviço Social. Além disso, sinalizamos a correlação dialética entre a categoria questão social na formação social brasileira e as preocupações em relação à população infantojuvenil. Esse diálogo é importante para chegar no momento histórico de emergência da profissão, que é a Era Vargas.

Buscamos dispor dos elementos necessários à compreensão dos antecedentes que denotam a necessidade dessa profissão e, mais ainda, de uma atuação direcionada para a infância. Além dos eventos expostos até aqui, é interessante observar o curso das transformações sociais, políticas e econômicas que culminam na Era Vargas, mais precisamente no Estado Novo. Consideramos esse caminhar histórico fundamental para não se pensar a institucionalização da profissão, tampouco o exercício profissional das pioneiras, de forma isolada da realidade sócio-histórica na qual estavam inseridas.

---

<sup>40</sup> Alusão à música de Freire Júnior “Seu Julinho vem”, lançada em 1929 na voz de Francisco Alves. Fez parte da campanha de Júlio Prestes, na última eleição direta da República Velha. Ver mais em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/jingles-que-marcaram-a-politica/>

As movimentações que culminam no fim da Primeira República não foram apenas populares. Havia a insatisfação de alguns grupos militares, que buscavam uma nova identidade nacional, mirando na modernidade e rompendo com aquele modelo de república, com a qual alguns não se identificavam. Deu-se início a uma tentativa (novamente por parte das elites) de romper com a aliança entre São Paulo e Minas Gerais<sup>41</sup>. Destacamos esse ponto porque, embora tenha existido participação popular no tensionamento das forças políticas, as quais resultariam no fim da Primeira República, a participação militar pode indicar uma desvantagem para as classes que antes já eram oprimidas: trabalhadores e familiares, já que a presença militar impediria transformações estruturais.

Apesar da vitória nas urnas, o candidato oficial, o paulista Júlio Prestes – indicado pelo então presidente Washington Luís – sequer conseguiu assumir o cargo. Terminava a República do Café com Leite. É prudente indicar que houve outros fatores que contribuíram para o fim dessa: a demora para agir após o início das ações golpistas, o desemprego, crise econômica de 1929, a perda de apoio de grande parte dos setores militares, entre outros (Schwarz; Starling, 2015). Desse modo, tem-se início, em 3 de novembro de 1930, o Governo Provisório<sup>42</sup> comandado por Getúlio Vargas.

Com a ascensão ao poder, Vargas adota novas estratégias para lidar com os conflitos que já estavam postos no cenário político nacional. Por um lado, assume uma postura reformista, nos campos: social, político e administrativo, tendo como maior alvo as políticas de proteção ao trabalho – estabelecendo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – e direitos como jornada de oito horas, voto feminino, regulação do trabalho feminino e do “menor” etc.

Por outro lado, tratou de desmobilizar as organizações sindicais e comunistas de forma violenta. Fatores que, combinados, lhes permitiriam consolidar a imagem como líder populista e, ao mesmo tempo, garantir a ordem. Schwarz e Starling (2015) demarcam que, desde o

---

<sup>41</sup> O então presidente da época, Washington Luís indicara Júlio Prestes (São Paulo) para a candidatura à presidência. No entanto, a oligarquia mineira optou por apoiar um representante do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Embora Júlio Prestes tenha sido o candidato vencedor, já havia conspirações golpistas, com participação de militares, no intuito de destituí-lo do poder. No entanto, o assassinato de João Pessoa (por motivações alheias ao cenário político nacional), candidato à vice-presidência junto com Getúlio Vargas, foi crucial para a mobilização das forças golpistas. Em 3 de outubro de 1930, tem início uma revolta civil-militar que destituiria do poder Washington Luís. Para entender mais sobre esses eventos ver em: Brasil uma biografia (Schwarz; Starling, 2015).

<sup>42</sup> Era Vargas foi como ficaram conhecidos os anos de governo de Getúlio Vargas. Esses anos são divididos em: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Esse último será o mais citado e trabalhado ao longo da pesquisa porque compreende precisamente os anos elencados enquanto escopo da análise. No entanto, todo o período é de extrema importância para a compreensão que se pretende alcançar, já que foram nesses anos que eclodem as transformações necessárias para a consolidação do Serviço Social.

governo provisório, já não havia acenos para a realização de uma Assembleia Constituinte ou de novas eleições.

A mudança para um líder do Rio Grande do Sul, tendo como um dos pretextos a construção de uma nova identidade nacional e a busca pelo ideal de modernidade, trouxe mudanças em relação à efetivação de alguns direitos trabalhistas. Mas o preço disso foi o silenciamento e enfraquecimento, de forma violenta, das entidades que poderiam lutar pela ampliação de tais direitos, de acordo com os interesses da própria classe.

Nesse sentido, estariam enfraquecidas também quaisquer iniciativas de reivindicação de direitos que partissem dos trabalhadores, atingindo-os diretamente, bem como aos seus filhos – parte integrante da classe trabalhadora. Operários e trabalhadores, em geral, permaneceriam como alvo das preocupações do Estado, mas sem uma perspectiva emancipatória. Já que o intuito não era de realizar as mudanças junto à classe trabalhadora, há que se questionar os interesses que estavam por trás de tais reformas.

As propostas e legislações ora apresentadas não representavam, efetivamente, uma mudança positiva na forma como as elites e o Estado enxergavam as classes mais empobrecidas, os negros e as infâncias que faziam parte desses grupos populacionais. Agora, lançavam mão não só da repressão como estratégia de controle das classes trabalhadoras – o que se mostrou insuficiente na Primeira República, dessa vez, as práticas de controle e dominação seriam empreendidas a partir do binômio repressão/assistência.

No segundo capítulo, demarcamos que nosso posicionamento em torno da questão social é pensá-la em sua historicidade. Dessa maneira, defendemos a necessidade de se compreender esse fenômeno desde o Segundo Reinado. A ideia é não guiar os estudos em torno da questão social na mesma leitura de realidade social da Europa, porque as relações sociais brasileiras, embora influenciadas pelos países de capitalismo central, organizaram-se de forma bastante distinta.

Há que se reconhecer que essa percepção é alvo de muitas discordâncias no interior do Serviço Social, uma vez que um número significativo de autores entende que a questão social é um produto da Era Vargas ou do período colonial, conforme aponta Castelo (2021). O autor sintetiza que grande parte dos argumentos, em prol dessa lógica, está envolta em uma abstração de um Estado mínimo nos períodos anteriores, limitado a poucas funções, como a proteção da propriedade privada, promulgação de leis e outros. O que ocorre, para o autor, é o oposto, compreendendo que o Estado se faz absolutamente presente desde a existência do capital. Todavia, nos países de capitalismo dependente, essa presença se efetivará por meio da violência, bem como da ascensão para os novos padrões produtivos.

As expressões da questão social, que são processadas no curso do Império e, principalmente, da República, são a força motriz para promover novas compreensões sobre a forma de tratamento que devia ser oferecida à questão social no Brasil. Esse é o cenário prévio para os termos estabelecidos por Yamamoto e Carvalho (2014): “a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, além da caridade e repressão” (p. 84).

Esse padrão de comportamento do Estado brasileiro também pode ser explicado a partir dos estudos de Costa (2020). De acordo com a autora, a expansão capitalista e a mudança no padrão de produção do capitalismo concorrencial para monopolista<sup>43</sup>, que ocorre em finais do século XIX, exigiu transformações em toda a cadeia produtiva – desde os países da Europa Ocidental até os países de capitalismo dependente.

Os primeiros assumiriam o papel dos grandes concentradores da produção e do capital, enquanto os segundos ficariam responsáveis por serem os territórios para onde seria escoada a produção. A autora menciona uma das características essenciais para o funcionamento desse *modus operandi*: “a ampliação do protagonismo do Estado para garantir a acumulação. Em lugar do liberalismo clássico que **em tese** dispensava a regulação do Estado” (p.231, grifos nossos).

[...] A criação pelo Estado de condições econômicas favoráveis à produção e reprodução do capital tornou-se condição *sine qua non* à existência do próprio capitalismo. O investimento em infraestrutura, como no setor de transportes aquaviários, ferroviários e portuários – foi uma dessas estratégias. Interessante é que essa exigência foi colocada por países como a Inglaterra mesmo a países recém-independentes com trabalhadores escravizados ou recentemente livres. Vale dizer, que o amadurecimento desse modo interventivo estatal, em contextos de crise, foi sentido em países europeus e nos Estados Unidos, explicitamente a partir da crise de 1929 (Costa, 2020, p.231).

Antes, não era assumida a necessária participação do Estado para regulação das relações sociais, embora a instituição já se fizesse presente, utilizando a violência como principal método de controle e participação nas relações sociais. À medida que avança o capitalismo imperialista e são estabelecidos os desdobramentos, a regulação pelo Estado se torna um imperativo. A efervescência desses eventos se dá, precisamente, a partir da crise de 1929.

---

<sup>43</sup> O capitalismo concorrencial é a fase de desenvolvimento capitalista que tem início no século XVIII e o fim que se estende até o último terço do século XIX, é marcado pela consolidação do capital nos grandes polos industriais europeus, a criação do mercado mundial e caracteriza-se principalmente pelas possibilidades de negociação ampliada aos pequenos e médios capitalistas. O capitalismo monopolista por vez irrompe em finais do século XIX, e é marcado pelo protagonismo do capital financeiro e pelas pressões dos grandes monopólios (Braz; Netto, 2006)

Esse imperialismo, que se consolidou na Europa e nos Estados Unidos, está intimamente relacionado à lógica de Estado-Nação, conforme sintetiza Costa (2020). Tal lógica era constituída com base na compreensão de que o Estado seria responsável pela nação. Estabelecia-se, a partir dali, um ideário de nação e nacionalidade, erigido em limites territoriais, bens e costumes singulares, linguagem comum e pertencimento racial específico. Para um país como o Brasil, ter um Estado que inserisse a nação nos requisitos dos países imperialistas poderia ser um indicativo de novas possibilidades no mundo da produção e do desenvolvimento.

A adequação aos padrões de produção e reprodução capitalistas são proporcionados, dentre outros elementos, a partir da intervenção estatal. A lógica de Estado-nação é crucial para constituir um ideário de nação – conformado nos padrões do capitalismo imperialista – a ser seguido. Ou seja, a partir da Era Vargas, o Estado dispunha de suporte para que fosse assumidamente interventor.

As expressões da questão social, que antes já se manifestavam no cotidiano da vida social, respondidas rigorosamente por meio da repressão, a partir da Era Vargas serão encaradas de outra forma. O binômio repressão-assistência, antes mencionado, também será utilizado pelo Estado como mecanismo de adequação da nação ao padrão de produção e reprodução capitalista. Todavia, há que se registrar que, em um país como o Brasil, marcado por séculos de escravização e violência à população negra e, posteriormente, aos trabalhadores livres e libertos, bem como à toda a infância desses grupos, terá uma adequação com padrões específicos.

É por isso que tratamos de delimitar, previamente, como as teorias higienistas e eugenistas já vinham sendo desenhadas como estratégia de manutenção do *status quo* no controle de trabalhadores e “menores”, desde a Primeira República. Naquele momento, os primeiros passos em torno da consolidação dessas bases científicas, nas práticas e políticas de Estado, já eram postos na ordem do dia como uma exigência das elites e a partir da aliança entre as entidades públicas e filantrópicas que se guiavam por tais padrões. Essa apropriação de tais teorias pelo Estado se complexifica a partir de 1930.

Então, embora estivesse, desde muito antes, presente como “problema social”<sup>44</sup>, “males sociais” nos discursos e apreensões das classes dirigentes, a questão social terá, a partir da Era Vargas e, particularmente, do Estado Novo, outro tipo de publicização, conforme demonstram

---

<sup>44</sup> No último capítulo demonstraremos, a partir da pesquisa documental, que essas terminologias, especialmente a de “problema social” seguiram sendo utilizadas pelas pioneiras no trato da questão social, com ênfase nas expressões que tinham relação com a população infantojuvenil.

os estudos de Silva (2014). Essas transformações se gestam em um chão histórico de protagonismo das lutas operárias e dos trabalhadores de forma mais ampla.

## 4.2

### Questão-Social e Infância no pós-30

Conforme apresentamos anteriormente, a década de 1930 é precedida de uma série de transformações, que pavimentam o caminho para a mudança na forma da atuação do Estado frente à questão social e suas expressões, especialmente aquelas relacionadas à população infantojuvenil.

Os anos 1920 já vinham dando sinais de desgaste dessa lógica de intervenção escusa, e majoritariamente repressiva. Expusemos isso nos discursos e demandas das próprias elites que exigiam uma maior intervenção do Estado na questão da infância, por exemplo. Desse modo, também se exigia uma presença mais assertiva, diante da população infantojuvenil, e da classe trabalhadora de forma mais ampla, para difusão de outras medidas consideradas necessárias para conter as manifestações sociais e adaptar as classes empobrecidas ao trabalho.

Em 1927, é promulgado o 1º Código de Menores, que consolida as leis de proteção e assistência à infância. O dispositivo não rompe com nenhum dos estigmas tratados anteriormente em relação a definições como “menores expostos”, “abandonados” e “delinquentes”. O documento ainda atribuía aos filhos da população pobre negra os estigmas de perigosos ou em perigo, ao separar nas categorias mencionadas as características que eram impostas majoritariamente a esse grupo.

Sobre isso, no Art. 26 do referido Código, o documento determina que são considerados “menores abandonados” aqueles:

(...) II. que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais. tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; (...); IV, que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários a moral e aos bons costumes (Brasil, 1927, s/p.).

Já no art. 68, há a determinação de que “menores delinquentes”, que seriam os autores e/ou cúmplices de fato qualificado como crime ou contravenção, não poderiam ser submetidos a nenhum tipo de processo penal. O dispositivo determinava ainda, que:

§ 1º Se o menor sofrer de qualquer forma de alienação ou deficiência mental. for epiléptico, surdo-mudo, cego, ou por seu estado de saúde precisar de cuidados especiais, **a autoridade ordenará**

**seja ele submetido no tratamento apropriado.** § 2º **Se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser**, a autoridade competente proverá a sua colocação em asilo, casa de educação, escola de preservação ou confiará a pessoa idônea por todo o tempo necessário à sua educação contanto que não ultrapasse a idade de 21 anos (Brasil, 1927, s./p., grifos nossos).

Há, nesses registros, indícios significativos sobre a preocupação da qual tratamos, ou seja, acerca de uma infância de características sociais e culturais específicas. O documento não faz questão de esconder tal apreensão e, tampouco, de mitigar a estigmatização desses, a partir da categorização como menores perigosos ou em perigo. Além disso, é possível notar uma participação mais direta do Estado – que já sinalizávamos a exigência – com o encaminhamento para os chamados tratamentos apropriados, asilos ou instituições de ensino.

Foi um período que, segundo Irene Rizzini & Irma Rizzini (2003), os meios especializados cobravam do Estado a centralização da assistência, acusando-a de não passar de uma “caridade oficial”, que não acompanhava os avanços científicos. Essa movimentação, de acordo com as autoras, culminou tanto na elaboração do Código de Menores, quanto na criação do primeiro Juízo de Menores do país, no Rio de Janeiro<sup>45</sup> (Rizzini; Rizzini, 2003, p. 29).

No limite de tais exigências, foi estabelecida a crise internacional de 1929, que atingiu distintos setores da sociedade brasileira. Esse momento colocou na ordem do dia a necessidade de reorganização do aparelho estatal. Assim, a reorganização da instituição faz com que ela se torne protagonista na mediação dos interesses entre capital e trabalho, o que não era a marca do governo anterior.

Iamamoto e Carvalho (2012) classificam o Estado como um poder público, que se formava de forma corporativa, para canalizar interesses divergentes entre classes dominantes e populares, de modo a garantir: “colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista” (p.161).

O que se percebe é a manutenção dos ideários vigentes no período anterior, de controle e docilização dos corpos para o trabalho, nos moldes do capital. Se antes a infância era percebida como peça fundamental na concretização desse objetivo, agora não seria diferente. A mudança, conforme esboçamos previamente, está na forma como o poder público se insere nessa agenda.

Isso quer dizer que, embora estivessem presentes as pautas de proteção ao trabalho, não houve uma mudança de postura efetiva, no que diz respeito às prioridades do governo, e sim uma tentativa de conciliação de interesses, com vistas à manutenção da ordem social. A

---

<sup>45</sup> Este veio a ser um dos primeiros espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Trataremos com mais atenção no próximo capítulo.

participação do setor privado não foi extinta, mas a articulação entre as duas frentes, público e privado, foi redirecionada para dar conta do novo cenário estabelecido.

Faleiros (2011) demonstra que o Ministério da Educação desempenhou papel de destaque no ideário de controle, a partir da construção de um ideal de nação a ser seguido e difundido amplamente nas escolas do país. O autor cita também o empenho daquele governo na manutenção de alianças com a Igreja e com a classe empresarial. Em relação a essa última, foram feitas várias concessões, no que diz respeito ao trabalho dos “menores”, para flexibilizar o disposto no Código de 1927.

Faleiros (2011, p. 53) identifica que, à época, foi erguido um sistema nacional para os “menores”, com partição de entidades públicas e privadas. A cargo do setor público ficavam as seguintes instituições: Conselho Nacional de Serviço Social (1938); Departamento Nacional da Criança (1940), Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM, 1941) e Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942).

A educação e o trabalho ainda eram direcionados à população infantil e juvenil, enquanto ferramentas basilares de perpetuação do modelo de sociedade que, com tanto afínco, se almejava alcançar. São fundamentos que atravessaram a lógica de funcionamento dessas instituições.

Conforme já havíamos identificado previamente, tanto a lógica de educação, quanto a lógica de trabalho ou de educação para o trabalho, eram atravessadas pela percepção de melhoramento da nação. Mais uma vez, estavam postos os conceitos da higiene social e da eugenia, nas políticas de atenção à infância.

A força de tais teorias, em torno da salvação da infância e do país e dos aportes higienistas e eugenistas, ganham expressividade com o passar dos anos e culminam na Constituição de 1934. A Carta faz menções diretas a esses elementos, correlacionando-os com a educação, de modo que permitem perceber o destaque desse debate no período em questão. Destacamos o art. 138 do referido documento, especialmente as alíneas b, c, d, e, e g.

[...] b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (Brasil, 1934).

Os estudos de Sidney Aguilar Filho (2011) identificam que houve influências concretas do pensamento eugenista de Oliveira Vianna<sup>46</sup>, na formulação das políticas de educação para a infância da Primeira Fase do Governo Vargas (1930-1937), na elaboração da constituinte de 1934, bem como, no próprio estabelecimento do governo autoritário, a partir de 1937.

Na Carta Constitucional de 1937, esses dispositivos já não estiveram mais presentes. O que não significa dizer que a atenção à infância partia de outra lógica durante o Estado Novo. Irma Rizzini (2011) estabelece que é justamente durante a ditadura varguista que o poder público se especializa na assistência à infância, como iniciativa de atenção à criança pobre e suas famílias. No próximo item do capítulo, trataremos sobre algumas das instituições de atenção à infância que marcaram a Era Vargas e por conseguinte, o período de emergência do Serviço Social.

### 4.3

#### **Novas estratégias de pensar o cuidado com a infância**

Os fatores, antes elencados como motivos para atribuir às populações mais empobrecidas, negros e crianças desse grupo populacional um estigma de perigosos em potencial, mantêm-se na década de 1930, e na ditadura varguista. Dessa vez, com inovações no trato da questão social em relação à Primeira República, que traziam a perspectiva de conservar a estrutura societária.

A tese de doutoramento de Vandrê Silva (2018), intitulada: “A Noite do Estado Novo: um jornal a serviço da ditadura e vice-versa (1940-1946)”, oferece um amplo ensaio sobre o alcance da influência da figura de Getúlio Vargas, bem como, dos interesses e alianças entre o regime estadonovista e a imprensa. Nessa análise, o autor demonstra como o culto ao trabalho e a moral eram princípios caros à Era Vargas, além disso, como essa lógica se sustentava a partir de associações de grupos e entidades que representavam interesses similares: imprensa, empresários, a Igreja Católica e o próprio Estado Novo.

Exemplos muito marcantes sobre esse culto ao trabalho estão presentes em expressões artísticas e culturais da época. O samba de Wilson Batista, “O bonde São Januário<sup>47</sup>”, é uma expressão desse processo. Em sua versão original de 1940, conta com o seguinte trecho: “O

---

<sup>46</sup> Oliveira Vianna foi um eugenista brasileiro que ocupou papel de destaque nos espaços de decisão, sobretudo aqueles sob o comando de Getúlio Vargas. Em um primeiro momento foi membro da subcomissão do Itamaraty e chefe da comissão “Religio e Família, Cultura e Ensino Nacional, Saude Publica e Colonizacao” de onde nasceu, justamente o art. 138, mencionado por nós. Mais sobre Vianna em (Filho, 2011).

<sup>47</sup> O diálogo entre este samba com o assunto discutido foi inicialmente apreendido a partir de uma atividade de projeto de ensino realizada na Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras. Ver mais em: A herança escravocrata e o controle do modo de vida dos trabalhadores (2019).

Bonde de São Januário, leva mais um sócio otário, só eu não vou trabalhar”. Posteriormente, após censura do DIP, foi reescrito e divulgado da seguinte forma: “O Bonde de São Januário, leva mais um operário, sou eu que vou trabalhar”.

Silva (2018), a partir da análise do Jornal A noite, chama atenção para o fato de que a ênfase no controle por meio do trabalho e da censura, que se destacavam na ditadura varguista, eram principalmente traduzidas em estratégias de controle sobre os “menores”. Nesse sentido, o autor destaca as iniciativas promovidas pela Fundação Darcy Vargas<sup>48</sup>, voltadas ao atendimento e acolhimento de “menores”. A Fundação foi criada inicialmente com o intuito de capacitar profissionalmente aquela infância pobre, que transitava no centro da cidade, majoritariamente aqueles que trabalhavam como divulgadores dos periódicos. Isso porque, de acordo com o pensamento social vigente, era aquela infância que precisaria ser alvo da assistência, para neutralizar os riscos que poderiam oferecer:

Para a autoridade policial, o destino dos jovens apreendidos seria “ou o Exército ou a Casa do Pequeno Jornaleiro”, instituições que, na sua visão proporcionariam aos meninos em situação de rua um propósito condizente com as políticas públicas do regime para jovens pobres: trabalho e disciplina (A Noite, 23 set. 1940 *apud* Silva, 2018, p. 147).

Isto é, a lógica que havia sido antes citada, de preocupação com objetivos de controle, pensada para a infância das classes empobrecidas, que demonstra os primeiros sinais já na Primeira República, apresenta traços muito evidentes durante a ditadura do Estado Novo. Nesse sentido, as influências de Darcy Vargas, possuem destaque que ultrapassam os limites da Fundação.

A então primeira-dama também participou de iniciativas como o Abrigo Cristo Redentor (1935) e a Casa das Meninas (1941). Essas iniciativas eram pensadas para o acolhimento/atendimento institucional de crianças das classes mais vulnerabilizadas. Iniciativas que demonstram o quanto era recorrente no imaginário social e no cenário político a preocupação com a infância pobre na perspectiva de controle.

A criação do Abrigo Cristo Redentor do Rio de Janeiro foi a repetição de uma iniciativa considerada exitosa, já empreendida em Salvador. Lá, as inquietações do Estado e das elites com as classes empobrecidas, acentuava-se em razão do elevado número de pessoas – as vítimas da seca de 1932 - que passaram a ocupar as ruas. A partir de um projeto assistencialista de

---

<sup>48</sup> A Fundação Darcy Vargas é uma instituição fundada em 1938, pela então primeira-dama Darcy Vargas, voltada ao acolhimento institucional de “menores” divulgadores de periódicos, o que ficaria conhecido como “Casa do Pequeno Jornaleiro”. Ver mais em: [fdv.org.br](http://fdv.org.br)

Rafael Levi Miranda<sup>49</sup>, é criado um abrigo em Salvador, com o objetivo de recolher das ruas aquelas pessoas e aplicar-lhes a disciplina do trabalho, por meio de “diversos serviços de limpeza, cozinha, horta e pocilga, além de trabalhos na fábrica de botão de osso e caixa de papelão instalada nas suas dependências” (Caminha, 2012, p. 62). Além disso, a autora identifica ainda que era oferecida assistência médica e dentária.

Na antiga capital da República, os objetivos eram similares. A autora demonstra que o Abrigo Cristo Redentor fora criado com capacidade para receber até 1000 internos e, desses, 100 deveriam ser crianças com menos de 7 anos. Como uma instituição de acolhimento da época, sobretudo com base na experiência de Salvador, também foram oferecidos assistência e preparo para o mundo do trabalho (Caminha, 2012).

A segunda iniciativa citada – a Casa das Meninas – se tratava de uma instituição de acolhimento para meninas, assim como a Casa do Pequeno Jornaleiro seria para os meninos. Os intuítos eram similares, recolher das ruas e de famílias consideradas “viciosas ou propensas ao vício” as crianças, de modo que não pudessem oferecer nenhum risco para o futuro da nação. Ao mesmo tempo, seriam moldadas e até docilizadas para o trabalho. A grande diferença seria o tipo de trabalho ensinado, já que a educação pensada para as meninas era diametralmente oposta à dos meninos, muito em razão do apelo aos papéis de gênero. Nas palavras de Darcy Vargas, em relação ao objetivo da instituição: “acolher crianças desprotegidas para educá-las e torná-las donas de casa, com aptidões várias, de que se utilizarão na vida prática” (A Noite, 3 jan., 1941 *apud* Silva, 2018, p.273).

Sobre isso, Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004) perfazem um histórico sobre o que chamam de “cultura da institucionalização” das crianças no Brasil, demonstrando como o entrelaçamento entre justiça e assistência, voltado aos “menores” das classes mais empobrecidas e descendentes da população escravizada, compreendidos como mais suscetíveis ao vício e à criminalidade, contribuiu com a produção das políticas de internação.

As instituições anteriormente citadas são importantes para compreender a centralidade da infância naquela ordem, bem como as políticas de assistência pensadas para esse público. Isso porque não é difícil de imaginar que as assistentes sociais pioneiras, ao atuarem com a infância

---

<sup>49</sup> Rafael Levi Miranda (nome de batismo na Igreja Católica) ou Levi Batista de Miranda, ainda é conhecido por muitos como um santo. Filho de comerciantes, teve a vida marcada pelo compromisso do pai com missões evangelísticas. Passou boa parte da juventude fora do Brasil e quando regressa, dedica-se ao funcionalismo público e à ações assistencialistas em Salvador e por um breve período no Rio de Janeiro. Ver mais em: Abrigo do Cristo Redentor: Estado e Assistência Social no Primeiro Governo Vargas (1936-1945) (Caminha, 2012).

criminalizada e inseridas nesse contexto que vem sendo esboçado, seriam influenciadas pelo processo de organização das instituições e da sociedade.

Há que se citar, ainda, a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>50</sup> nesse mesmo período. A instituição, que fora criada em 1942, também por Darcy Vargas, buscava originalmente responder às demandas socioassistenciais de familiares de combatentes. As ações precisaram ser expandidas, em virtude do aprofundamento das desigualdades. Oliveira e Alves (2020), apresentam os setores de ação da LBA no Rio de Janeiro, disponibilizados em edição do *Jornal A Noite*:

I – Convocados e suas famílias: a) Exército – Senhora Gaspar Dutra; b) – Marinha – Senhora Aristides Guilhem; c) Aeronáutica – Senhora Salgado Filho. II e III – Defesa Passiva: Senhoras Oswaldo Aranha, Marcondes Filho e Henrique Dodsworth; IV – Necessidades das famílias dos pequenos agricultores: Senhora Apolonio Salles; V – Educação do consumidor e do produtor campanhas de borracha, metal, níqueis etc. – Senhora Souza Costa; VI – Estudantes e crianças necessitados: – Senhora Gustavo Capanema; VII – Organização de cursos para comunicações: – Senhora Mendonça Lima e Sra. Landry Salles; VIII – Fiscalização e Policiamento (major Ignácio Rolim): Senhora Alcides Etchegoyen; IX – Colaboração com a Secção de Propaganda: Senhora Coelho dos Reis; X – Organização de cursos de transportes: – Sra. Napoleão Alencastro Guimarães (*A noite*, 01 Set. 1942 *apud* Oliveira; Alves, 2020, p.18).

A amplitude das ações demonstra que as demandas para o órgão ultrapassaram, em larga escala, a questão da assistência aos familiares de combatentes, incluindo a atenção aos estudantes e às crianças. Iniciara-se, a partir de então, uma tradição de promoção de bem-estar vinculada à filantropia, a qual seria responsabilidade do Estado e da sociedade civil, seja nas figuras das voluntárias (em grande parte integrantes das classes burguesas) ou do empresariado.

Esses referenciais são necessários para compreender a totalidade dos eventos, que perpassavam a realidade sócio-histórica brasileira de forma geral e do então Distrito Federal em particular, e que tornaram necessária a institucionalização do Serviço Social como profissão. Outrossim, esses eventos são peças-chave para perceber quais os interesses que resultam nas políticas de assistência à infância operacionalizadas pelo Serviço Social.

A partir da compreensão de que, o Serviço Social brasileiro surge e se consolida no curso de tais acontecimentos, é fundamental destacar os interesses e grupos que circundavam a instituição da profissão nesse momento histórico específico. Sobre isso, Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam:

---

<sup>50</sup> A Legião Brasileira de Assistência esteve em funcionamento até os anos 1990. Foi uma instituição originalmente criada para responder as demandas socioassistenciais das famílias dos combatentes enviados para a Segunda Guerra. A LBA também ficou marcada por difundir padrões de gênero e comportamentais para mulheres e ao mesmo tempo, por inseri-las nos espaços públicos de discussão. Ver mais em: Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social (Oliveira; Alves, 2020).

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.135-136).

É sobre as compreensões acerca da gênese do Serviço Social, de um modo geral, e do Serviço Social no Brasil e Rio de Janeiro em particular, que pretendemos nos debruçar no próximo capítulo. As imposições a classe trabalhadora que resultam na institucionalização dessa profissão nos interessam porque permitem uma maior aproximação com os elementos materiais e ideológicos, que as assistentes sociais pioneiras teriam para o exercício profissional com a classe trabalhadora e, principalmente, com a população infantojuvenil desse grupo.

## **5.**

### **Percorrendo caminhos da gênese do Serviço Social fluminense: a trajetória de proteção à infância**

#### **5.1**

##### **Organização do Serviço Social e Influências Internacionais**

Conforme vem sendo demonstrado até o momento, as ações e apreensões do Serviço Social brasileiro eram parte de um contexto social e histórico mais amplo. Tal assertiva deve ser pensada em âmbito nacional e internacional – considerando a posição do país na economia e na política mundial. Esse é o movimento que buscamos desenvolver no decorrer desse item, no intuito de demonstrar que o exercício profissional do Serviço Social brasileiro e a relação dele com a infância foram atravessados por interesses e preocupações existentes no imaginário das classes dominantes brasileiras e no cenário internacional.

Utilizamos aqui um tempo considerável para tratar sobre questão social, porque esse fenômeno é crucial para compreender a origem do Serviço Social – no Brasil ou em outros lugares do globo. Na nossa compreensão, esse território deve vir em primeiro plano, porque a forma como o exercício profissional se deu nesse território é o alvo de nossa atenção. No entanto, para isso, é preciso entender também as movimentações externas.

É válido relembrar que o fenômeno do pauperismo, vinculado às condições degradantes de vida e trabalho, são fundamentais para as mobilizações da classe trabalhadora na virada do século XIX para o XX. Tamanhas foram as movimentações organizadas pela classe

trabalhadora, que a burguesia e o Estado se viram obrigados a reorientar as ações, de modo a garantir a manutenção do modo de produção. Dessa forma, foram concedidos alguns direitos políticos:

Assim, a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, senão conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tensionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX (Behring; Boschetti, 2011, p. 64).

O aprofundamento das expressões da questão social e das lutas da classe trabalhadora fazem com que seja necessário um Estado mais voltado ao social<sup>51</sup>. Desse modo, surgirá exponencialmente a necessidade de uma profissão técnica e especializada, para dialogar com os conflitos entre capital e trabalho.

Nesse contexto, em que as elites se sentem ameaçadas, a Igreja experimenta os mesmos efeitos e lidera ações no sentido de disseminar a doutrina social católica. Esse movimento se inicia na Europa, mas não se limita a ela. A preocupação da Igreja Católica, com a situação da classe trabalhadora/operária, é manifestadamente expressa também em finais do século XIX, a partir da publicação da encíclica *Rerum Novarum*, irradiando pelo século XX e alcançando também as elites dirigentes brasileiras. Era possível perceber um redirecionamento da atuação institucional, com vistas a se adequar às necessidades da sociedade de classes.

A referida encíclica, além de enfatizar a aliança entre Estado e Igreja, demonstrava ainda como a questão social deveria ser compreendida pela ação católica: “a partir de diferentes obras de caridade e de assistência, como também pela educação e propaganda, todas com a finalidade de promover o bem social” (Martins, 2023, p. 157).

Quando a Igreja demonstra suas preocupações com possíveis rupturas no tecido social, as mulheres passam a exercer papel de destaque para além das ações assistencialistas:

O mundo moderno e seus desafios, especialmente aqueles colocados pela questão social e seus imensos problemas, exigia cada vez mais que as mulheres também assumissem uma atitude de combate e não só de retaguarda moral para os homens e a Igreja. Para tanto, era preciso conhecer o campo de combate, terçar as armas do discurso, conhecer as causas dos problemas sociais a fim de propor soluções práticas e, não somente, ações paliativas (Martins, 2023, p. 132).

Esse turbilhão de acontecimentos e interesses das elites, Estado e Igreja, muito marcante no contexto internacional e com rebatimentos na conjuntura brasileira, promove o cenário

---

<sup>51</sup> Esse é o período de surgimento na Europa do Welfare State, ou Estado de Bem-Estar. Ver mais em: As três economias políticas do *welfare state* (1991).

propício para o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. Fontoura (1959) demarca a criação da primeira escola em 1898, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Naquele mesmo ano, seria criada também a primeira escola da Europa, em Amsterdã. O autor cita outros países que foram pioneiros nesse sentido, como Inglaterra, Alemanha, França e Bélgica. Esse último, segundo ele, foi protagonista na conceituação e no desenvolvimento do Serviço Social em toda a Europa (Fontoura, 1959, p.63-64).

Em relação ao Brasil, a obra de Yamamoto e Carvalho (2014) demarcou as origens do Serviço Social, ou “protoformas do Serviço Social no Brasil” (p. 176), em finais da 1ª Guerra Mundial. Segundo os autores, é nesse mesmo período que, após as manifestações operárias, a burguesia e o Estado brasileiro são obrigados a reconhecer a questão social e pensar medidas para minorar ou sanar as expressões dela decorrentes.

Embora demarquem o fim da 1ª Guerra Mundial, como o marco histórico para o surgimento das “protoformas do Serviço Social”, em razão do reconhecimento da questão social, entendemos aqui que as expressões da questão social há algum tempo já eram alvo de preocupação das elites dirigentes brasileiras, portanto o reconhecimento estava posto. As medidas com as quais se operacionalizava tal reconhecimento é que se diferenciavam, o que identificamos anteriormente enquanto “violência como potência econômica”, a partir dos estudos de Castelo (2021).

Por meio da leitura de Yamamoto e Carvalho (2014), entende-se que a questão social no Brasil se aprofunda após a 1ª Guerra Mundial, exigindo outras posturas do Estado e das classes dominantes, diante das expressões de tal fenômeno. Esse fato evidenciava a necessidade de uma profissão especializada para intervir – o que já acontecia em outros países. Todavia, denotam que, no Brasil, “para o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão social e técnica do trabalho, se deverá percorrer um itinerário de mais de duas décadas” (p. 149).

Nesse quadro, já se faziam presentes algumas iniciativas como: a Associação das Senhoras Brasileiras em 1920, no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas em 1923, em São Paulo. Tais espaços representavam um processo inicial de incorporação da mulher ao mercado de trabalho, em uma lógica de “assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres” (Yamamoto; Carvalho, 2014, p. 177). A partir dessa análise, é possível notar que a ênfase na atuação junto à infância estava presente desde as protoformas do Serviço Social no Brasil.

No entanto, conforme exposto, foi na transição para os anos 1930, que foram identificadas transformações significativas na forma do Estado atuar diante da questão social. A partir de então, as práticas estariam relacionadas ao estabelecimento de políticas públicas – as quais se dividiam entre repressão e assistência, com essa última categoria sendo primordialmente marcada pelas expansões das políticas de regulação do trabalho de um lado, e práticas de sufocamento dos sindicatos do outro. O objetivo era a manutenção da ordem social vigente, por meio do controle das classes.

As tentativas de controle sempre ultrapassaram o ambiente de trabalho. Também eram voltadas ao domínio do cotidiano, dos hábitos e da cultura. Nesse sentido, a Igreja Católica – que já havia se mostrado uma aliada importante aos interesses do capital – continuará atuando na defesa dos próprios interesses e da manutenção da ordem. Assim, coloca em prática um projeto de cristianização da sociedade – sem ameaçar a soberania estatal – por meio da disseminação do ideário de moral e paz social cristã para a classe trabalhadora, condenando, ao mesmo tempo, manifestações políticas e culturais que ameaçassem a ordem hegemônica.

Nesse ínterim, estavam postas as condições para a organização e consolidação do Serviço Social no Brasil, a partir da junção entre as Obras Sociais – de caráter preventivo – e os movimentos de apostolado social. Yamamoto e Carvalho (2014) identificam o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, fundado em 1932, como a primeira manifestação oficial do Serviço Social no Brasil.

Um projeto que reunia os interesses da Ação Social e da Ação Católica e que objetivava consolidar as ações filantrópicas das elites paulistas, com o apoio da Igreja. As ações que se iniciam, com um curso de Formação Social para Moças, destinavam-se a “jovens formadas nos estabelecimentos religiosos de ensino, representativa expressão feminina das famílias que compõe as diversas frações das classes dominantes e setores aliados” (Yamamoto; Carvalho, 2014, p. 179). A ideia original dessa ação social estava vinculada a uma atuação junto às classes trabalhadoras, buscando afastá-las das influências revolucionárias, que pairavam nos ares e ameaçavam a paz das classes dominantes.

O CEAS é reconhecido como a primeira iniciativa que objetivava uma especialização técnica em Serviço Social. Desse modo, antes da instituição, o país não podia contar com assistentes sociais formadas e especializadas para atuar diante da questão social. Ora, se não havia aqui tal preparo técnico, foi necessário buscar apoio nos organismos internacionais, que, desde finais do século XIX e princípios do século XX, já contavam com as primeiras escolas de Serviço Social.

A direção do CEAS foi atribuída a *Mlle. Adèle de Loneux*, que era professora da 1ª escola de Serviço Social de Bruxelas, na Bélgica. Segundo pesquisa realizada por Yasbeck (1977), no programa desse curso “constavam informações sobre Filosofia, Moral, Religião, Direito Constitucional e Administrativo, **Higiene Social** e outros elementos da cultura geral” (Yasbeck, 1977, p. 26, grifos nossos).

O intuito das instruções, de *Mlle. Adèle de Loneux*, era a criação de uma escola católica de Serviço Social no Brasil. Após o fim do curso ministrado por ela, que durara apenas seis semanas, duas alunas, Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl, seguiram para a Bélgica, com o intuito de realizar o curso de Serviço Social e ter mais subsídios para a fundação da escola. Além delas, havia ainda Odila Cintra Ferreira, que possuía formações sociais realizadas na França. Quando retornaram ao Brasil, em finais de 1935, foi possível a instalação da primeira escola de Serviço Social no país, notadamente marcada pela inspiração franco-belga (Yasbeck, 1977, p. 39).

A ação social católica também contribuiu com formação da primeira escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, com influência belga (Martins, 2023). A partir das contribuições de Stella de Faro e Alceu Amoroso Lima, é fundado, em 1937, o Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. A direção do Instituto ficou sob responsabilidade de Germaine Marsaud – educadora francesa (Pinheiro, 1985b). A autora define que há, na fundação da escola, grande influência da ação social católica. Assim, é possível compreender que ali estavam presentes as mesmas prerrogativas que regiam a escola paulista: uma orientação franco-belga, a preocupação com a questão social e o empenho em políticas e ações voltadas à normatização da classe trabalhadora.

Há que se destacar, porém, que a consolidação do Serviço Social no Rio de Janeiro possui particularidades. Embora o Instituto Social tenha sido a primeira escola de Serviço Social do então Distrito Federal, há registros de uma iniciativa em 1936, um curso de Serviço Social para a infância, comandado por assistentes sociais paulistas, formadas na Bélgica. Dentre os incentivadores desse curso, constam os nomes do então Juiz de Menores, Burle de Figueiredo, e de Leonídio Ribeiro<sup>52</sup>, diretor do Laboratório de Biologia Infantil à época. A pioneira Maria Esolina Pinheiro se formou nessa turma, em 1938, tornando-se uma das primeiras assistentes sociais a atuar em ambas as instituições (Pinheiro, 1985b).

Enfatizamos essas duas iniciativas para demonstrar as particularidades da gênese do Serviço Social no Rio de Janeiro, com a presença de setores da Igreja, da medicina higienista e

---

<sup>52</sup> Leonídio Ribeiro foi o primeiro diretor do Laboratório de Biologia Infantil e era médico legista. Apoiava-se nas mesmas ciências eugenistas e higienistas, contava com o apoio da medicina para basear a atuação e coordenação do LBI (Silva, 2003).

da justiça, interessados em consolidar tecnicamente uma profissão que pudesse atuar diante das expressões da questão social sem, no entanto, renunciar aos interesses dessas instituições. Nesse ínterim, já se manifestava uma nítida preocupação com a infância da classe trabalhadora, que se ampliaria nos demais cursos e profissionais.

### 5.1.1

#### **Serviço Social brasileiro e herança estadunidense**

Consideramos importante destacar, no tocante às influências internacionais, o impacto dos ideais norte-americanos no Serviço Social brasileiro. Durante o período estudado nessa pesquisa, a profissão pode ser dividida em duas fases: 1) década de 1930, com a prevalência da influência franco-belga; 2) década de 1940 em diante, com uma hegemonia das teorias e técnicas presentes no Serviço Social estadunidense (Silva, 2016; Yasbeck, 1977).

A pesquisa de Silva (2016) revela que a inserção dos Estados Unidos na II Guerra Mundial fez com que o país se preocupasse em manter as alianças com as nações ao sul do continente, produtoras de matéria-prima (Silva, 2016, p. 81). Esse dado é relevante porque, conforme temos demonstrado, o Serviço Social estava em um momento de consolidação como profissão ao redor do globo, e na América Latina em particular<sup>53</sup>, por isso recebia influências das potências imperialistas e dos interesses vigentes no cenário político-econômico mundial.

No tocante à manutenção dessas alianças, havia o incentivo para a ampliação de parcerias entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, que era refletida nos apoios para realização de cursos de formação e aperfeiçoamento profissional nos Estados Unidos por brasileiros. O Serviço Social, também é permeado por essa influência, o que Silva (2016) expõe a partir de alguns artigos publicados no *Jornal A Manhã*, os quais objetivavam expor a estrutura da profissão nos Estados Unidos.

O autor expõe, por exemplo, uma série de artigos baseados nos debates da Conferência de Atlanta<sup>54</sup>, de modo a dialogar com a questão social no Brasil. Nesse ínterim, ele destaca que dentre os assuntos que mais tinham destaque no *Jornal*<sup>55</sup>, estavam a infância e a delinquência.

A assistência à infância, uma das searas onde a atuação das trabalhadoras sociais aparece com maior destaque no período, é abordada em quatro artigos da série, que visam apresentar o trabalho do *Children's Bureau* (Departamento da Criança) e suas ações junto a questões como registros de nascimentos, ações para prevenção da mortalidade infantil e de deficiências orgânicas, medidas

<sup>53</sup> A primeira escola de Serviço Social da América Latina é fundada apenas em 1925, no Chile.

<sup>54</sup> Iniciativa estadunidense que resulta das Conferências Nacionais de Serviço Social e buscavam debater temas relacionados à pobreza e assistência.

<sup>55</sup> Ele também chama atenção para o trabalho feminino, organização dos serviços de assistência e centros proletários.

de proteção e inserção de crianças em lares adotivos, identificação e acompanhamento dos casos de crianças com desajustamentos físicos, além de questões voltadas para a assistência à maternidade (Silva, 2016, p. 85-86).

A lógica de pensar a infância como público prioritário na atuação do Serviço Social está presente em outros países do globo, antes mesmo da institucionalização da profissão no Brasil. São essas atuações e instituições que estarão diretamente vinculadas à gênese do Serviço Social brasileiro, bem como, às influências teóricas que o circundavam. O que corrobora com as assertivas aqui levantadas a respeito de uma atuação profissional enviesada em torno da população infantil da classe trabalhadora.

No tocante as influências estadunidenses, é primordial destacarmos os estudos de Mary Richmond, em especial a obra “Diagnóstico Social” (1917), na qual buscava oferecer aparatos técnicos e metodológicos para o trabalho social. A autora define a premissa fundamental do livro e, assim, do diagnóstico social: “a melhoria da massa e a melhoria do indivíduo são interdependentes” (Richmond, 1917 *apud* Lopes, Ilda; 1976, p.36). Essa obra se tornou uma referência para o Serviço Social estadunidense e posteriormente para o Serviço Social internacional.

Mais tarde, a autora também lançaria a obra “What is Social Case Work?”, na qual definia o Serviço Social de Caso<sup>56</sup> como “o conjunto de processos utilizados para reajustar consciente e individualmente o homem a condições normais de vida, desenvolvendo lhe ao mesmo tempo personalidade” (Richmond, 1922 *apud* Fontoura, 1959, p. 188). A autora entendia que existiam os desajustados sociais, ou os desajustamentos sociais, em razão do meio no qual estavam inseridos. No entanto, considerava ser possível reajustá-los, desde que eles quisessem e houvesse uma intervenção diante desses desajustamentos.

No Serviço Social brasileiro, essa racionalidade também esteve presente. O livro “Serviço Social: infância e juventude desvalidas” (1985a)<sup>57</sup>, de autoria de Maria Esolina Pinheiro, traz em seu prefácio, escrito por Lourenço Filho, algumas considerações sobre a intervenção profissional de assistentes sociais diante dos desajustamentos:

De fato, já se admite e já se experimenta o estudo da determinação individual ou social dos casos de desajustamento; e conseqüentemente, ensaia-se a organização dos meios mais eficientes para a sua compensação ou debelação. O Serviço Social não visa outra coisa. Ele compreende o estudo

<sup>56</sup> No período em questão, não havia um consenso sobre as técnicas a serem utilizadas. Aqui enfatizamos o Serviço Social de Caso com o objetivo de enriquecer o debate sobre a influência estadunidense no Serviço Social brasileiro. O que entendemos que deve ser feito de modo a contemplar as produções de Mary Richmond. Outras abordagens presentes na época eram o Serviço Social de Grupo e de Comunidade. Ver mais em: A narrativa da profissão: a imagem do Serviço Social no Distrito Federal (Rio de Janeiro, 1930 - 1940) (Silva, 2014).

<sup>57</sup> Primeira versão do livro originalmente publicada em 1939.

dos males coletivos para, com base no conhecimento de sua determinação, congregar esforços no sentido de adaptar pôr em funcionamento os órgãos que os possam minorar, ou mesmo eliminá-los desde os pontos de origem (Filho, 1985a, p. 11).

Há que se pontuar a semelhança entre esse discurso com o da eugenia preventiva e positiva<sup>58</sup>, já apresentado. Quando o autor menciona que já eram aceitas e experimentadas a noção de determinantes sociais para os casos de desajustamento, podemos pensar que essas proposições encontraram terreno fértil entre os intelectuais brasileiros representantes da classe dominante, dado o histórico de teorias raciais e deterministas que circulavam no imaginário social da época.

Sobre os desajustamentos, as obras de Fontoura (1959) e Pinheiro (1985a) oferecem pistas significativas sobre como essa lógica foi apropriada pelo Serviço Social brasileiro:

Tabela 1: Desajustamentos Sociais

Desajustamentos	Referem-se a
Econômico	Miséria, pauperismo, insuficiência de salário e desemprego, greves
De saúde	Cegueira, alcoolismo, surdez, mudez, aleijão e enfermidades.
Mental	Loucura, retardamento mental, psicoses e neuroses.
Doméstico	Desarmonia em família, incompatibilidade entre esposos ou entre quaisquer membros das famílias.
De educação	Menores abandonados, delinquência juvenil, educação defeituosa e mal encaminhada.
Profissional	Insatisfação com o emprego, ou com os chefes, ou com os colegas, falta de vocação ou de capacidade para o trabalho a realizar.
Político	Revolução e Guerra
De conduta	Delinquência, crime, prostituição e vícios sociais.
Do Amparo	Velhice, infância

Adaptado de: Silva (2016); Pinheiro (1939; 1985); Fontoura (1959)

É possível observar uma série de *desajustamentos sociais* que seriam alvo da intervenção profissional do Serviço Social. Pinheiro (1985a) determina que as transformações do mundo moderno, sucedidas pelo crescimento acelerado, não proporcionaram condições para adaptação de todos, gerando desajustamentos sociais.

<sup>58</sup> Roquette-Pinto fora o principal precursor. Partia do pressuposto de que havia sujeitos que viviam em ambientes social ou moralmente corrompidos, o que poderia ser corrigido através da educação e política sanitária. Tratamos desse tema no item “3.2. Eugenia e higiene social: apontamentos para compreender a apropriação pela ciência brasileira”.

No entanto, um olhar mais cuidadoso para tabela registrada acima nos permite notar que grande parte dos “desajustamentos” são provocados pela insatisfação dos trabalhadores diante das condições de trabalho impostas, ou decorrentes das condições degradantes de vida em meio a esse modo de produção. A concepção de desajustamento, que seria alvo do trabalho das assistentes sociais pioneiras, relacionava-se com a necessidade de adequação a padrões de comportamento e sociabilidade funcionais ao modo de produção capitalista.

Destarte, Esolina assim define a profissão: “O Serviço Social é o órgão controlador desses desequilíbrios, porque age dentro de cada necessidade social, visando reconduzir os desajustados à vida normal” (Pinheiro, 1985a, p.17). Dentre os padrões de normalidade aos quais o Serviço Social era chamado a conduzir os sujeitos, destacamos que a infância aparece mais de uma vez, citada diretamente em duas categorias – evidenciando a atenção à infância na época e como o Serviço Social foi utilizando enquanto ferramenta para viabilizar tal modelo de atenção.

## 5.2

### **A Escola de Serviço Social do Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro**

Após sintetizar previamente a gênese do Serviço Social no Brasil, consideramos importante direcionar a análise em torno do objeto de pesquisa. Por isso, destacamos neste item as particularidades do Serviço Social no Rio de Janeiro, com ênfase na Escola de Serviço Social do Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro, que foi a primeira Escola de Serviço Social do então Distrito Federal.

O destaque para o Instituto Social justifica-se por duas razões: a primeira diz respeito ao fato de que foi nessa instituição que realizamos a pesquisa com os trabalhos de conclusão de curso das pioneiras. Além disso, não encontramos em nossa pesquisa os currículos e outros documentos que pudessem trazer elementos suficientes para realizar um debate mais denso sobre outras escolas que surgiram no período elencado neste estudo.

O Instituto Social é fundado em 1937, mesmo período em que é instituída a ditadura estadonovista. Uma das características marcantes do Estado Novo foi o trato da questão social, a partir de um outro olhar. Já havíamos definido como as políticas de proteção ao trabalho foram centrais nesse percurso. Ademais, Ângela Maria de Castro Gomes (1982) define que esse foi o período em que a máquina estatal se preocupou em construir a imagem do “homem novo” (p.154).

A partir dessa lógica, estava posta a centralidade do trabalho tanto para o Estado, como para os sujeitos. A autora demonstra que foi realizada uma costura no imaginário social, que

vinculava a noção de trabalho com o progresso, modernidade e, sobretudo, dignidade. Desse modo, o trabalho era o meio pelo qual media-se o “valor social” dos sujeitos, tornando-se critério primordial na condução das políticas sociais. Do ponto de vista da população, foram envidados esforços para que o trabalho se constituísse em uma espécie de herança e um caminho para a ascensão social (Gomes, 1982).

Fazia menos de cinquenta anos que o Brasil tinha vivido sob um modelo de trabalho escravocrata. Mesmo após a Lei Áurea, os moldes de trabalho eram degradantes e, em grande parte, sem possibilidade de direitos trabalhistas. Por outro lado, a Primeira República havia sido um período marcado pelos conflitos, lutas de classes e manifestações populares contra aquele modelo de produção e governo.

A construção de sonhos e ideais de riqueza vinculados à noção de dignidade e direitos era uma estratégia perspicaz da ditadura estadonovista, para habituar os trabalhadores a um modelo de trabalho explorado, sem maiores objeções. As famílias trabalhadoras estariam, assim, sob a mira do Estado Novo a partir das lentes da repressão, assistência e controle.

Em vista disso, ao tratarmos do Estado Novo, dialogamos com a pesquisa de Silva (2018) para demonstrar que o culto ao trabalho e a construção de uma moral segundo os moldes do capital eram pilares do regime. Sobre isso, Sheila Backx (1993) aponta que o discurso da doutrina social da Igreja nesse período é construído de forma transversal ao projeto burguês de sociedade vigente. A autora defende que, embora a Igreja tenha historicamente defendido sua autonomia frente ao Estado, ainda é uma instituição “subordinada ao ordenamento jurídico-institucional das formações sociais nas quais será inserida” (p.30).

As duas primeiras escolas de Serviço Social, em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro, nascem vinculadas à iniciativa do laicato católico. Portanto, a criação das Escolas no período citado, e do Instituto Social em particular, bem como a perspectiva das pioneiras nesse mesmo momento, seriam diretamente influenciadas pela lógica do trabalho como central e da propagação dessa sob os moldes burgueses. É o que buscamos demonstrar ao longo deste item e, posteriormente, com os trabalhos de conclusão de curso.

O Instituto Social é fundado em 01/07/1937, e é considerado um dos resultados da Semana de Ação Social de 1936, sediada no Rio de Janeiro. Ele era composto pelos cursos de Serviço Social e de Educação Familiar. A pesquisa de Sheila Backx (1993) demonstra o papel de destaque desempenhado pela Confederação Católica na fundação da Escola de Serviço Social e da Universidade Católica.

No estudo da autora, foi possível observar que a primeira turma era formada por 27 alunas, das quais apenas 3 concluíram o curso. Em 1938, uma outra aluna ingressou na Escola e se formou junto com concluintes da primeira turma, em 1940 (Bacx, 1993).

Figura 3: Primeira turma de assistentes sociais formadas pelo Instituto Social em 1940



Fonte: Núcleo de Memória da PUC-Rio<sup>59</sup>

Na introdução do documento comemorativo dos 10 anos do Instituto, Stella de Faro assim define os objetivos da instituição:

Nem oficialismo, nem paternalismo – eis a dupla condição de um conceito de serviço social que se coloque realmente na linha de um autêntico aperfeiçoamento constante do homem. É precisamente isto o que entre nós pretende realizar o nosso Instituto Social. Formar **entre as mulheres**, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma **consciência de comunidade cristã**, que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso, formar assistentes sociais, educadoras familiares e donas de casa, que venham a ser no meio em que vivem e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais onde atuem, **como elementos de correção das anomalias sociais verdadeiros elementos de renovação pessoal e coletiva**”. (Faro *apud* Instituto Social, 1947, p.7-8, grifos nossos).

A preferência por mulheres no exercício profissional do Serviço Social cumpria com a manutenção do lugar que lhes fora atribuído na divisão sexual do trabalho. Como assistentes sociais isso era possível, pois ainda seriam as responsáveis pela manutenção da organização familiar e do espaço doméstico – ainda que das casas e das famílias da “clientela”.

A lógica de renovação ou correção citada pela autora é permeada pela ideia de moldar os trabalhadores a um determinado tipo de sociabilidade. Elegia-se o padrão exigido pelas classes dominantes como normal, convertendo todas as outras manifestações que dele desviassem em “anomalias” a serem corrigidas com auxílio das profissionais formadas no Instituto. Essa

<sup>59</sup> Da esquerda para direita: Margarida Vieira, Maria Luiza Ferreira, Maria Josephina Rabelo Albano e Irene Tavares de Sá. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/acervo/cg0049/038>.

conceituação podia encontrar suporte teórico nas formulações da eugenia e da higiene social, antes descritas.

Tal premissa pode ser observada a partir de distintos documentos institucionais que versam sobre o funcionamento da Escola de Serviço Social. Dentre eles, um dos trabalhos de conclusão de curso<sup>60</sup> por nós analisado que demonstra a organização curricular da Escola. A formação estava organizada entre cursos teóricos, estágios e trabalhos práticos, visitas e trabalhos escritos. Optamos por demonstrar apenas os cursos teóricos por entendermos que são suficientes para tratar das influências teóricas que atravessaram a apreensão das pioneiras com a infância:

Tabela 2: Disciplinas do curso de Serviço Social

Ano	Cursos Teóricos
1º ano	<b>Moral ou psicologia</b> , Educação familiar, Direito Civil, Serviço Social, Método de trabalho, Organização da biblioteca, Elementos de contabilidade, <b>Noções de Patologia</b> , Biologia, <b>Higiene Individual e Familiar</b> , Enfermagem, <b>Puericultura – noções de pediatria</b> , alimentação – dietética, elementos de economia doméstica.
2º ano	<b>Moral ou psicologia</b> , <b>Psiquiatria</b> , Sociologia, Economia Política Estatística e Demografia, Direito Constitucional e Administrativo, <b>Direito Penal – Código de Menores</b> , Legislação do Trabalho, Legislação da Assistência, Organização da Saúde Pública, <b>Higiene Escolar</b> , <b>Higiene e Flagelos sociais</b> , <b>Higiene Mental</b> , Técnica do Trabalho Social e Casos Sociais, Funcionamento do Serviço Social, Moral Profissional, Círculos de Estudo.
3º ano	60 horas de aulas complementares.

Adaptado de: Moraes (1943). Grifos nossos.

No currículo do curso estão circunscritas as noções de eugenia positiva e preventiva presentes no imaginário social, as quais se associavam à higiene social, que buscava o melhoramento do perfil racial da população por meio da educação e da higiene. Essa última é uma constante nos dois primeiros anos do curso. Nota-se ainda a grande influência da psiquiatria nos estudos sociais, seja pelo estudo direto da disciplina ou de outras correlatas, como “noções de patologia” ou “higiene mental”.

Isso coincide com o momento em que os integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental aderem a uma nova forma de pensar os ideais eugênicos, que visavam a salvação da nação. Essa nova racionalidade demandava o apoio estatal, para dar conta dos auxílios sanitários e educacionais. Tendo em vista que a profissionalização do Serviço Social ocorre quando o Estado é tomado por essas demandas e transformações, o rebatimento dessas influências na formação das profissionais poderia ser esperado.

<sup>60</sup> “Escola de Serviço Social – Seus princípios e meios de realizar o seu fim” - Maria de Lourdes Almeida Moraes (1943).

Há que se citar, ainda, a correspondência entre as disciplinas voltadas à compreensão das legislações e cuidados com a população infantojuvenil e o momento em que pairavam nos ares do Estado Novo, as preocupações e atenções em torno da criança da classe trabalhadora. Essa criança era percebida como uma ameaça a ser neutralizada – a partir das estratégias de controle da infância do regime.

Quando esse objetivo fosse alcançado, a população infantojuvenil constituiria os trabalhadores dóceis do futuro. O mesmo elemento de priorização da infância podia se fazer notar na Liga Brasileira de Higiene Mental, que envidou esforços na construção de espaços exclusivos para puericultura e higiene infantil, conforme demonstramos anteriormente.

O currículo do Instituto Social encontrava semelhanças com o programa mínimo que viria a ser estabelecido pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) anos mais tarde, em 1946.

Tabela 3: Programa Mínimo da ABESS em 1946

Disciplinas	Carga Horária
Sociologia doméstica, economia e política	100 horas
Elementos de direito: - Constitucional; - Administrativo; - Civil e Penal; - Direito do Menor; - Direito Social.	60 horas;
Medicina Social: -Higiene Geral; -Higiene Social; -Higiene Infantil e Pediatria; - Higiene Alimentar; - Higiene do trabalho; - Higiene Mental e noções de psiquiatria.	100 horas;
Psicologia e educação geral da criança, do adolescente e do adulto;	60 horas
Moral geral, individual e profissional;	40 horas
Serviço Social: - Fundamentos do Serviço Social; - Casos Individuais; - Serviço de Grupo; - Organização da Comunidade; - Administração em Serviço Social;	120 horas
Técnicas auxiliares: - Estatísticas e pesquisa social; - Socorros de urgência; - Noções de contabilidade e administração ou organização da biblioteca.	50 horas.

Adaptado de: Kfour, 1949 *apud* Silva, 2016

É possível observar uma organização técnica direcionada a fundamentar os referenciais teóricos de um curso de nível superior, ainda que nos moldes burgueses. Além disso, permanecem instrumentais necessários a realização de atividades destoantes ao

exercício profissional do Serviço Social, mas interessantes ao funcionamento da burocracia pública.

Ademais, foi mantida a fundamentação guiada pelos padrões da eugenia positiva e preventiva, o que se observa a partir do elevado número de horas reservado às disciplinas da medicina social, subdivididas em campos da higiene social, o que pode indicar a influência das escolas católicas no Serviço Social como um todo.

Elas, que foram pioneiras na configuração desse ensino, representavam os interesses da Igreja Católica, das classes dominantes e do Estado – guiados pela expectativa de manutenção da ordem social e de um caminhar rumo à modernidade. Transcorrida mais de uma década desde a fundação do Instituto Social no Rio de Janeiro, ainda estavam latentes no Serviço Social e nas escolas que se multiplicavam, os interesses das elites antes retratados.

Demonstramos tais conexões porque é no bojo dos interesses dessa mesma classe dominante que se conformam as possibilidades para a profissionalização do Serviço Social. Assim, as pioneiras formadas no Instituto Social teriam por missão desenvolver um trabalho social com as famílias e com os “menores” em particular, que tinha como definição:

Pode ser definido o trabalho social como aquele cuja finalidade é prevenir, combater e sanar as deficiências anormais dos indivíduos e dos grupos sociais. Parecendo à primeira vista um pleonasma a expressão ‘deficiências anormais’, contudo, um exame mais aprofundado permite verificar que nem todas as deficiências humanas merecem este qualificativo, uma vez que muitas delas decorrem da própria natureza do homem, como no caso da idade, sexo etc. Neste caso elas não serão objeto próprio do trabalho acima referido. Referimo-nos às deficiências que incapacitam o indivíduo a atingir sua finalidade e que o tornam um desajustado assim como um pesado encargo para a sociedade. Elas podem ser de ordem física – doença etc. – de ordem econômica – miséria – de ordem intelectual – ignorância – de ordem moral – vícios. Encontram-se primariamente ora nos indivíduos, ora nos grupos sociais e, secundariamente em ambos porque a influência dos primeiros sobre os segundos e vice-versa se faz sentir fatalmente (Moraes, 1943, p. 8).

A observação acima acerca do objetivo da atuação do Serviço Social com a infância e famílias, é de uma das pioneiras formadas pelo Instituto Social. É possível observar que tal apreensão estava imbuída da idealização do trabalho e dos desajustamentos que supostamente corrompiam os sujeitos. A profissional aparecia como um elemento transformador dessas “anomalias”, “deficiências” e “desajustamentos” que poderiam onerar a sociedade e o Estado. Havia um olhar de superioridade acerca das classes mais empobrecidas e suas condições de vida, que facilitava a compreensão de que seriam elas a guiarem de volta esses indivíduos aos caminhos da “boa moral”.

Portanto o objeto do trabalho das pioneiras constituía-se do reajustamento das classes trabalhadoras a partir dos interesses das classes dominantes e do Estado – a partir da

reconfiguração imposta pela ditadura varguista. A profissão deveria intervir junto às famílias trabalhadoras, enfatizando alguns grupos sociais específicos, dentre eles a infância.

Sobre isso, a pioneira Maria Josephina Rabelo Albano, ao descrever em trabalho de conclusão de curso publicado em 1940 a trajetória das legislações de assistência à infância, justifica também a origem das preocupações do Estado com a família e a “infância moralmente abandonada”. De acordo com ela:

A família é o meio natural para o desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança, mas em inúmeros casos ou por sua inexistência, ou por inidoneidade, negligência ou incapacidade, torna-se impossível o bom desempenho de sua missão, obrigando o Estado a intervir por meio de seus Serviços de Assistência e Proteção para suprir esta deficiência (Albano, 1940, p. 73).

Situando a preocupação do Estado com essa infância, na qual estaria inserida a atuação do Serviço Social, da seguinte forma:

Essa preocupação é decorrente de ser o abandono moral, ou o risco moral, de consequências evidentemente, mais graves para o futuro da criança, que a simples falta de meios de subsistência quando os pais, tutores ou pessoas encarregadas da guarda do menor são moralmente idôneas (Albano, 1940, p. 73).

Em vista disso, no âmbito da família, destacamos a figura da criança como alvo de grande atenção. As condições morais em que estavam inseridas as crianças preocupavam mais do que as condições econômicas por si só. No entanto, há que se destacar que, muitas vezes, a concepção de “classes perigosas” fazia com que, a condição de pobreza fosse vinculada a uma suposta imoralidade ou “desajustamento”.

Nesse caso, se havia a concepção de “classes perigosas”, a noção de “infâncias perigosas ou em perigo” continuava a rondar o referencial da coletividade em tempos de ditadura. No entanto, a mudança na intervenção do Estado diante da Questão social representava transformações na forma como esse órgão pensaria as políticas de atenção à infância.

É nesse contexto que o Serviço Social se insere. Recorremos novamente ao estudo de Backx (1993) que, ao examinar a perspectiva das pioneiras sobre esse público no que diz respeito ao trabalho, identificou uma orientação moral dos “menores” – filhos das classes trabalhadoras – por meio do trabalho. A autora demonstra que havia um discurso genérico que condenava o trabalho pelos malefícios que poderia causar ao desenvolvimento do “menor” e percebia a relação desse trabalho com o baixo orçamento familiar.

Mesmo assim, o resultado dessas assertivas reproduzia a lógica da educação pelo trabalho, que culminaria na defesa da importância do trabalho do “menor”, de modo a garantir

o lucro dos empresários (Backx, 1993, p. 82). Esse estudo nos permite ter uma ideia da aproximação do Serviço Social no que tange à atuação com a infância. Mais precisamente das pioneiras formadas no Instituto Social, com os ideários do regime estadonovista, centrados na moralização e adequação ao trabalho da população infantojuvenil. É precisamente o que nos faz retomar a assertiva de Yamamoto e Carvalho (2014) sobre o surgimento da profissão vincular-se a demandas das classes dominantes. Acrescentamos que essas demandas eram convertidas em ações direcionadas, sobretudo, à infância.

### 5.3

#### **O destaque para a infância na formação de assistentes sociais**

O Serviço Social procura amparar “essa pobre felicidade humana, contra a qual se erguem legiões de inimigos”. Mas é principalmente, no que se refere às crianças, “misteriosos destinos em semente” que as nossas leis e instituições devem ser mais completas e eficientes.  
- Maria Esolina Pinheiro

Recorremos à obra de Maria Esolina Pinheiro (1985a) para enfatizar o destaque que a infância recebia no momento de emergência do Serviço Social. Embora essa pioneira não tenha sido uma das alunas formadas no Instituto Social, optamos por trazer algumas de suas apreensões sobre infância, porque foi uma das primeiras assistentes sociais do Rio de Janeiro, formada no curso de Serviço Social para a Infância organizado pelos diretores do Juizado de Menores e do Laboratório de Biologia Infantil da então capital federal.

Consideramos necessário pontuar as conexões entre Serviço Social e infância de forma mais enfática nesse item do capítulo, porque, embora tenham sido mencionadas de forma transversal ao longo da pesquisa, é preciso evidenciar que, no momento de emergência e profissionalização do Serviço Social, a população infantojuvenil foi um dos públicos prioritários no exercício profissional das pioneiras<sup>61</sup>.

Ao longo da produção de Pinheiro (1985a), ela destaca elementos do que chamará de “problema da infância” e como o Serviço Social seria indispensável para intervir nesse quesito.

---

<sup>61</sup> Demonstramos isso ao pontuarmos a criação de um curso de Serviço Social para Infância, o primeiro curso profissionalizante de Serviço Social do Rio de Janeiro, criado por representantes do Laboratório de Biologia Infantil e Juizado de Menores. Proporcionou mão de obra para trabalhar junto aos “menores” nessas instituições. Ademais, há no documento comemorativo de 10 anos do Instituto Social, aprofundado com mais cuidado adiante, uma síntese sobre os campos de atuação das assistentes sociais formadas pela instituição. Figurava em tal listagem um campo específico para o “Serviço Social de Menores”, com descrição das instituições. Nesse mesmo documento, é possível notar que a preocupação com o “problema da infância” é listada como um interesse de primeira ordem. Tratamos com maiores detalhes desses itens do documento na pág. 86 e 87 dessa dissertação. Ver mais em: Instituto Social, 10 anos (1939-1947).

Em internatos desaparelhados os menores ficam, apenas, segregados. Todo o segregado é um recalçado, um dissimulado, ignorando suas próprias tendências, desconfiando de seus próprios impulsos. Quem saberá o que eles farão ao entrar em contato com a sociedade? Ainda mesmo que tenham boas tendências, o deslocamento e o desapoio social, de tal ordem, são capazes de produzir desequilíbrios prejudiciais. Todos os recalçamentos viciam a personalidade. É preciso dar liberdade à criança para o conhecimento do homem de amanhã. É na expansão das qualidades ativas que as negativas se desarticulam para desaparecerem (Pinheiro, 1985a, p.81).

A pioneira defendia uma intervenção mais assertiva por parte do Estado e da sociedade diante das expressões da questão social que envolviam a população infantojuvenil, sob a justificativa que o não investimento na atenção a esse público, por meio de instituições e profissionais qualificados para tal, poderia resultar em danos para a formação do caráter do “menor”.

Pode-se observar a presença de um olhar de suspeita para o grupo de filhos da classe trabalhadora que, por algum motivo, foram submetidos à institucionalização. Percebia-se naquela infância pobre uma inclinação para desenvolver uma “personalidade viciosa”. Portanto, eram indivíduos que representavam um risco à sociedade se não fossem alvo da devida atenção e intervenção.

Nesse âmbito que o Serviço Social seria chamado a atuar, como uma profissão preparada para conhecer os “desajustamentos sociais” os quais estavam suscetíveis toda a classe trabalhadora, mas sobretudo no domínio e desenvolvimento das características necessárias para criar o “homem de amanhã”.

Nesse sentido, é no exercício profissional no Juizado de Menores e no Laboratório de Biologia Infantil que a pioneira buscará demonstrar possíveis razões para a internação. Essa investigação era uma iniciativa que poderia oferecer subsídios para uma intervenção eficaz frente à infância, já que, a partir dos motivos da internação, acreditava-se que era possível conhecer a origem dos desajustamentos sociais. O que proporcionava mais elementos para a intervenção profissional do Serviço Social na adequação daquela infância.

No que diz respeito à atuação no Juízo de Menores do Distrito Federal, a autora faz uma pesquisa nas fichas de 645 “menores” institucionalizados, o que a faz chegar as seguintes justificativas para a institucionalização: “orfandade com 213; falta de recursos com 166; abandono com 164; delinquência com 41; vadiagem com 28; por motivos não registrados 33” (Pinheiro, 1985a, p. 87). O que a leva a concluir que a maior parte das internações e, por conseguinte os desajustamentos, devem-se à pobreza.

Não é possível identificar a partir dos escritos se a sistematização das fichas foi feita com base na leitura da autora ou por meio de algum critério já presente nos próprios documentos. O

que se pode notar é que, ao concluir que a miséria é um dos maiores causadores dos desajustamentos que geram a internação, há uma problemática que passa despercebida. Quando a autora infere que esses mesmos “menores” institucionalizados são os desajustados, atribui-se à pobreza um fator de risco social. Trazendo novamente a cena, a categoria das “infâncias perigosas ou em perigo”.

Além da falta de recursos, constam outros elementos caracterizados como “desajustamentos sociais”, tais como a orfandade e o abandono, isto é, circunstâncias fora do controle do indivíduo ou atravessadas pela condição de pobreza<sup>62</sup>. Ademais, já citamos a definição de vadiagem e delinquência estabelecida para aqueles sujeitos naquele momento histórico, que era, em muitos momentos, abstrata e penalizava expressões de vida e cultura próprias da população pobre, preta e parda que não estava integrada ao modelo de trabalho e sociabilidade burguês.

Maria Esolina Pinheiro também destaca as influências étnicas que incidem sob os desajustamentos dos “menores” que analisa. O que a leva aos seguintes resultados. No Rio de Janeiro: “Em 1300 menores da justiça, no Estado do Rio, 50,8% eram brancos, 20,5% pretos e 28,7% pardos. No Distrito Federal, em 645 menores da justiça, 40,7% são brancos, 23,7% são pretos e 35,6% são pardos” (Pinheiro, 1985a, p. 87).

O agrupamento entre pretos e pardos no Estado do Rio seria de 49,2% e na capital federal seria de 59,3%. A união entre essas duas classificações se faz necessária porque, na categoria pardo, podem estar presentes “menores” institucionalizados que agrupavam a população negra e/ou indígena. Sueli Carneiro (2005) identifica que desde 1970 os estudos sobre desigualdade racial trazem à tona a necessidade do agrupamento do termo pretos e pardos, para representar a categoria negros como um todo, em razão das semelhanças identificadas nos censos entre esse grupo – em oposição as diferenças que compunham o grupo dos brancos. Segundo a autora, o pardo seria:

Algo que ninguém consegue definir enquanto raça ou cor. Talvez o termo pardo preste-se apenas para agregar aqueles que, por terem sua identidade étnica e racial destroçadas pelo racismo, a discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são, ou simplesmente não desejam ser o que são (Carneiro, 2005, p. 64).

Podemos apreender a partir da leitura de Sueli Carneiro (2005), que a definição de pardo gera algumas confusões na autodeclaração dos sujeitos. No entanto, cabe destacar que essa

---

<sup>62</sup> Já destacamos previamente a definição de infância abandonada. Olhar “4.2. Questão social e infância no pós-30”.

dificuldade de autopercepção não começa em 1970. É histórica e proposital, causada pelo racismo e disseminação do mito da democracia racial. Baseia-se nos conflitos de pertencimento racial difundidos desde o final do século XIX, neste território. A violência causada pelo racismo no Brasil, provoca um apagamento de identidades tão violento que influi na forma como os sujeitos irão ou não perceber suas raízes étnico-raciais, cultura, corpos e ancestralidades perante a sociedade.

Tal apagamento se institui também sob os povos indígenas, a partir de um etnocídio que se expressa na tentativa de atribuir a categoria pardo ao binarismo “branco - negro”, classificando-os exclusivamente a partir da cor da pele. Os estudos de Nuñez (2021) revelam que a classificação de indígenas enquanto pardos é realizada desde a invasão portuguesa nesse território.

Portanto, há que se considerar que, quando tratamos da união entre pretos e pardos, falamos dos povos não brancos, nesse caso, os “menores” institucionalizados que eram alvo da atuação do Serviço Social. Perceber esses grupos – crianças e adolescentes negros e/ou indígenas – como o maior contingente atendido nas instituições da então capital federal<sup>63</sup>, também é um marcador importante para compreensão de raça como determinante na atribuição dos desajustamentos sociais.

Ao tratar sobre as condições de saúde mental dos “menores” atendidos no Juízo de Menores, Esolina conclui que:

Em 645 menores abrigados pelo Juízo de Menores do Distrito federal, são considerados subnormais (retardados) 237 ou 36,74%; oligofrênicos (débeis, idiotas e imbecis) 236 ou 36,58%; somadas essas duas categorias teríamos 73,32%; normais 167 ou 25,89%; supernormais 5 ou 0,77% (Pinheiro, 1985a, p. 89).

O percentual de “menores” considerados normais ou supernormais atendidos pela instituição e pelo Serviço Social é baixíssimo em comparação com os ditos anormais. O que evidencia as assertivas apresentadas até aqui, sobre uma construção social que tratava aqueles que não se adequassem ao modo de vida e trabalho impostos por aquele modelo de sociabilidade, como anormais e ameaças em potencial. O Serviço Social, em sua gênese, contribui ativamente na execução desse projeto de sociedade.

---

<sup>63</sup> Os estudos de Esolina demonstram que no Rio de Janeiro compunham o maior número de “menores” atendidos (59,3%). No Estado do Rio de Janeiro de um modo mais amplo, não eram maioria e sim 49,2%. O que expressa o que temos demarcado sobre uma atuação voltada aos filhos da classe trabalhadora, pobre e negra. Mesmo assim, ambos os percentuais são significativos e correspondem a defesa que temos realizado até aqui, sobre uma demarcação de classe e raça na categorização da infância “desajusta”, “perigosa ou em perigo de o ser”, que seria alvo das atenções do Serviço Social.

Os filhos da classe trabalhadora eram alvos primordiais nesse novo projeto de nação que se erguia, já que constituiriam os cidadãos do futuro. Mas para que se tornassem cidadãos úteis à nação, era preciso que fossem “salvos” (Rizzini, 1997). Portanto, esse grupo populacional tornou-se um dos maiores objetos de atuação das pioneiras no trabalho social com famílias. A obra de Esolina é originalmente publicada em 1939, e é no fluxo dessas apreensões e interesses apresentados pela autora que a primeira turma de Serviço Social do Instituto Social se formava.

Nesse sentido, ao tratar sobre a necessidade de pensar um amparo direto ao “menor”, Maria Josephina Albano (1940) aborda os “anormais”, definindo a composição do grupo e a suposta demanda por instituições exclusivas para o seu atendimento:

Estabelecimentos para anormais: É grande o número de menores anormais no nosso país e carecemos de instalações apropriadas ao seu tratamento. Como era de esperar, maior é o contingente fornecido pelas classes menos favorecidas pela fortuna, pois as crianças ricas podem dispensar o socorro do Estado e, além disso, escapam às verificações estatísticas. As causas são principalmente a sífilis e o alcoolismo, e o fruto são os débeis e retardados mentais. A incúria levará, fatalmente, esses doentinhos a se tornarem um peso morto, enquanto que por uma educação racionalmente conduzida poderemos torná-los úteis à Sociedade (Albano, 1940, p.338-340).

Há na percepção da pioneira uma clareza sobre o grupo dos “menores” anormais ser composto majoritariamente pelos filhos da classe trabalhadora. O estigma que se produzia em torno desse grupo os acompanhava desde o nascimento. Nesse discurso, nota-se que existia uma noção de que, quando os “menores” não fossem salvos pelo modelo de educação oferecido pelo Serviço Social e demais entidades de assistência, se tornaria um “peso morto” para a sociedade.

Assim, podemos entender que a organização da formação em Serviço Social no Instituto Social do Rio de Janeiro não esteve isenta das influências e preocupações que predominavam no cenário sócio-histórico vigente, o que já apresentamos preliminarmente a partir da exposição do programa da Instituição. No documento de comemoração dos 10 anos de Instituto Social, também existem outros dispositivos que nos permitem chegar a tal conclusão.

A estruturação de um curso de nível superior exigia conhecimentos científicos, que segundo o documento estariam dispostos da seguinte forma: a) quadro da vida física; b) quadro da vida mental e moral; c) quadro da vida econômica; d) quadro da vida jurídico-social. Destacaremos aqui o segundo e o último.

Sobre o quadro da vida “mental e moral e suas perturbações”, ele estava dividido nas seguintes subcategorias que deveriam ser de domínio da futura assistente social: 1. Estudo do

Ser Humano<sup>64</sup>; 2. Problema da Conduta Humana; 3. Problema Educacional. O segundo<sup>65</sup> era assim definido:

Esse estudo visa dar à aluna o conhecimento das desordens psíquicas a que está sujeito o homem, suas causas e manifestações, e conseqüências que acarretam à vida individual, familiar e social; como também do poder de influência do comportamento individual na infância e na adolescência. sobre o meio e da ação deste sobre os indivíduos, principalmente na infância e na adolescência (Instituto Social, 1947, p.28).

Já o “Problema Educacional” era apresentado da seguinte forma: “Visa salientar a finalidade moral e social da educação, os perigos de uma educação mal orientada e a parte que, de direito, cabe à família, como ainda os limites da intervenção do Estado nessa questão” (Instituto Social, 1947, p.28).

As definições dialogam entre si porque dizem respeito a uma sociedade que se preocupava com a infância – mesmo que nos moldes burgueses, com a forma como se comportava e deveria se comportar. Entendendo que esse momento da vida era determinante para a formação de uma moral compatível ou antagônica ao regime. Desse modo, fazia-se necessário uma profissão que, ciente desse potencial, pudesse intervir com intenções pedagógicas na vida das famílias trabalhadoras – “principalmente na infância e adolescência” (Instituto Social, 1947, p.28).

No “Quadro da vida Jurídico e Social” por outro lado, as alunas deviam dominar os seguintes eixos: 1. Estudo da Sociedade; 2. Estado – Problema da Autoridade; 3. Problema da Justiça; 4. Problema Étnico; 5. Problema da Família; 6. Problema da Criança; 7. Medidas de Defesa e Proteção. Destacaremos aqui as definições do quarto e do sexto, por compreendermos que fazem menção direta à temática abordada nessa dissertação. Isto é, tratam da atuação das assistentes sociais pioneiras com a população infantojuvenil e destacam, de certa forma, as características desses sujeitos que seriam os alvos das medidas de “reajustamento”. Em relação ao problema étnico, a definição é a seguinte:

Este estudo visa mostrar a importância dos movimentos migratórios para a vida da nação, para seu progresso e segurança, bem como, as conseqüências para o indivíduo, a família e a sociedade, tanto do ponto de vista moral, cultural, econômico, político, como religioso (Instituto Social, 1947, p.30).

---

<sup>64</sup>“Visa dar à futura Assistente o conhecimento da natureza do homem e das suas necessidades; da vida moral e sua repercussão na vida do indivíduo, no meio familiar e social, a fim de prepará-la para bem orientar seus assistidos no sentido de que vivam de acordo com a própria natureza e com as suas responsabilidades” (Instituto Social, 1947).

<sup>65</sup> Enfatizamos o segundo e terceiro item porque o primeiro, explicitado na nota de rodapé número 63, porque o primeiro diz respeito ao preparo mais amplo da assistente social para o trabalho com famílias. Elemento que já destacamos com mais detalhes ao longo do capítulo.

Há, nesse item, uma questão relativa à etnia, que atravessaria o cotidiano de trabalho das profissionais de Serviço Social, que foi pouco explorada nesse estudo. Trata-se da imigração e dos impactos causados na realidade social do país. Certamente, além da força de trabalho, os imigrantes traziam na bagagem suas trajetórias, costumes, cultura, e formas de organização política. O que já demonstramos ser um fator determinante nas mudanças da forma de tratamento da questão social pelo Estado.

Evidentemente, esses sujeitos também constituiriam o público-alvo do Serviço Social em sua gênese, principalmente os “menores” que compunham tais famílias. Era necessário adaptar a força de trabalho imigrante às transformações do regime, docilizando-a. A intervenção junto às famílias e, principalmente, com os filhos, do ponto de vista do regime era primordial, porque cresceriam aqui e seriam a força de trabalho do futuro. A não adequação desses “menores” também seria compreendida como “desajustamento social”, o que pode explicar o alto índice de brancos entre os “menores desajustados” apresentados na análise de Pinheiro (1985a).

Nesse sentido, chamamos atenção para a definição dos estudos intitulados “problema da criança”, contida no documento comemorativo dos 10 anos de Instituto Social:

Esse estudo visa dar à aluna o conhecimento de todos os problemas relativos à criança: sua saúde física, intelectual e moral, a fim de prepará-la para defender a criança contra todos os fatores familiares e sociais que prejudiquem ou impeçam o seu desenvolvimento normal. Devem ser estudados ainda os problemas do abandono e delinquência, suas causas e como enfrentá-las (Instituto Social, 1947, p.30).

O documento também traz à tona os campos de ação das alunas de Serviço Social formadas no Instituto Social. Dentre eles, destacamos o Serviço Social de Menores:

Ninguém poderá negar hoje em dia a importância do problema da criança. Muitos há que se preocupem em fazer alguma coisa em benefício dos menores tanto por defesa ou prevenção social, quanto por motivo de justiça fundamentado em imperativos morais de primeira ordem. **Em consequência o ramo de Serviço Social que trata dos Menores Abandonados corresponde à verdadeira e atual necessidade. Esquecê-la ou negligenciá-la é pôr em perigo o próprio futuro, visto que, esse será medido pelo valor das novas gerações.** Cabe ao Serviço Social de Menores colaborar no estudo e solução desse magno problema, levando-lhe também o Instituto sua contribuição na pessoa das alunas que fundaram, dirigiram ou participaram das organizações seguintes : Juizado de Menores, Campanha de Redenção da Criança, Departamento de Bolsas de Estudos da Associação dos Pais de Família; Escola Hospital Oscar Clark; Escola Técnica São José; Casa da criança (diversas); Escola Gonzaga Júnior (Instituto Social, 1947, p.113-114, grifos nossos).

O discurso presente no escrito converge com os escritos de Esolina Pinheiro (1985), apresentados anteriormente sobre a preocupação que circundava a figura infantil. A pioneira

retratou como o seu cotidiano de trabalho era atravessado pelo imperativo de intervir na vida desses “menores”, o que demandava uma qualificação técnica apropriada. No documento do Instituto Social, a atenção à infância dita “abandonada” ainda é apresentada como uma demanda de primeira ordem, que agora se colocava no cotidiano de trabalho das pioneiras formadas pela instituição.

Essas profissionais responderam às expectativas por meio da participação na consolidação de distintos mecanismos de controle à infância, conforme exposto. No âmbito das pioneiras do Instituto Social e sua atuação com a infância, consideramos prudente destacar uma proposta de programa mínimo mencionado em trabalho de conclusão de curso de uma dessas profissionais<sup>66</sup> que propunha um Projeto de Regulamentação das Escolas de Serviço Social femininas que deveria se organizar da seguinte forma:

---

<sup>66</sup> “Escola de Serviço Social – Seus princípios e meios de realizar o seu fim” - Maria de Lourdes Almeida Moraes (1943)

Tabela 4: Programa Mínimo sugerido no Projeto de Regulamentação das Escolas de Serviço Social

<b>Categoria</b>	<b>Assuntos</b>	<b>Descrição</b>
Ciências Biológicas	Higiene Geral	Higiene individual, da habitação, alimentação; Papel da água, do solo, e do ar.
	Microbiologia	Micróbios (meios de cultura); Infecção (contágio e imunidade); Noções de assepsia e antissepsia; Esterilização; Antissépticos e desinfetantes; Coleta de material para diagnóstico.
	Noções de Patologia Médico-Cirúrgica	Noções de Etiologia; Mecanismos de defesa orgânica; Diáteses; Afecções do sistema osteoarticular; Doenças de sistemas específicos (digestivo, respiratório, circulatório, urinário, nervoso etc.); Epidemiologia e profilaxia de doenças (difteria, febre amarela, malária, disenterias, verminoses etc.).
	Socorros de Urgência	Lesões traumáticas, hemorragias, picadas de insetos, envenenamentos, fraturas, queimaduras, asfixias etc.
	Higiene Social	Mortalidade infantil; Flagelos sociais (tuberculose, sífilis, alcoolismo, câncer, toxicomania); Profilaxia.
	Higiene do trabalho	Higiene do meio (iluminação, ventilação etc.); Higiene do trabalhador (alimentação, repouso, natureza do trabalho); Doenças profissionais; Acidentes de trabalho.
	Noções de Higiene Escolar e Pré-Escolar	Noções básicas de higiene em ambientes educacionais.
	Enfermagem	Técnicas de curativos, cuidados aos doentes, injeções, massagens, banhos, desinfecção, isolamento; Técnicas de socorro de urgência.
	Puericultura e Pediatria Preventiva	Higiene pré-natal, o recém-nascido normal; o lactente normal; Alimentação (natural, artificial); A criança débil e prematura; Noções de imunidade e profilaxia infantil.
Psiquiatria	Higiene mental; Doenças mentais e classificação; Atrasos no desenvolvimento mental; Testes de idade mental; Psiquiatria e Serviço Social.	
Ciências Morais	Psicológicas – Moral Geral e Especial	Atos humanos; Hábitos bons e maus; Lei natural; Consciência; Direito e dever. Ética individual e social.
	Elementos de Patologia Experimental	Atos psíquicos, estados conscientes e inconscientes (sono, sonho); Psicologia dos grupos humanos.
	Pedagogia e Formação Familiar	Evolução psíquica da criança; Formação da personalidade e consciência infantil; A imaginação infantil – A mentira; características psicológicas da adolescência; Educação e disciplina; Papel da família na educação etc.
	Sociais - Sociologia	O homem e os fatos sociais; A sociedade e seus grupos (família, Estado); Noções de sociologia política e tipos de governo.
	Economia Política e Social	Produção, consumo, remuneração, conflitos econômicos; estatísticas aplicadas à indústria, agricultura, trabalho etc.
Elementos de Direito	Direito Civil, Constitucional, Administrativo, Penal, Comercial, Internacional, Legislação do trabalho e sanitária. Legislação de Menores.	
Técnicas auxiliares de Serviço Social	Serviço Social	Noções históricas, natureza e características do Serviço Social; Métodos; Serviço Social em diferentes áreas (escolas, hospitais, comunidades, entre outros).
	Moral Profissional	Responsabilidade, segredo profissional, qualidades necessárias ao assistente social.
	Técnicas Auxiliares	Inquéritos, relatórios, fichários, monografias, contabilidade, documentação.

Adaptado de: Moraes, 1943

Do programa destacamos os estudos das ciências biológicas, que são fortemente influenciados pela medicina social com suas ramificações higienistas. Nessa categoria, já se apresentam as preocupações com a população infantil, especialmente na seção de puericultura. Embora esse quadro represente apenas uma proposta, nenhum projeto se constitui a partir de iniciativas individuais. Essa correspondência também nos traz indicativos sobre a assimilação, pelo Serviço Social, das ciências em voga no período do seu desenvolvimento para a atuação com a infância.

Além das ciências biológicas, podemos observar o que se chamou de “ciências morais”. Trata-se de uma categoria em que há grande correspondência com a psicologia, mais precisamente com a psicologização das expressões da questão social. O que dialoga com a primeira categoria e traz novamente a preocupação com a infância.

O próximo item trataria das disciplinas que consolidariam uma formação mais técnica para a profissional de Serviço Social, o que, conforme já vimos, também a preparava para a atuação com a infância minorizada. Chamamos atenção para o fato de que as menções ao público infantil constam em duas categorias bastante simbólicas, que de um modo geral tratam, respectivamente, da adequação da população a partir dos ideais higienistas<sup>67</sup> e a moralização do indivíduo a partir da moral burguesa e práticas psicologizantes da vida social.

Foi possível observar até aqui, que havia uma demanda posta ao Serviço Social no que diz respeito à atuação com a infância desde sua gênese, que passava pelo controle e adequação desses sujeitos. O que poderia se operacionalizar por meio das ciências eugenistas e higienistas, que estiveram presentes no cenário sócio-histórico de formação das pioneiras e, ainda, nas instituições de formação e atuação dessas profissionais, conforme exposto nos documentos apresentados.

Embora a nossa defesa seja de que esse foi o cenário predominante, existem contradições que precisam ser destacadas. Dentre elas, citamos a assistente social Maria de Lourdes Vale do Nascimento que, em 1949, já era formada em Serviço Social e escrevia uma coluna intitulada “Fala a mulher”, no Jornal “Quilombo: vida, problema e aspirações do negro”<sup>68</sup>, destinada a “suas patricias de cor”. Em uma das publicações, Maria de Lourdes trata sobre o que chamará de “infância agonizante”.

---

<sup>67</sup> Nesse item, não estão incluídas as noções de higiene básica e saneamento que foram, sem dúvida, importantes na prevenção de doenças e restrição do contágio. Tratamos, pois, da lógica de atribuir aos hábitos e costumes da população mais empobrecida, o rótulo de insalubres, carentes, ou necessitadas de uma salvação imposta.

<sup>68</sup> O Jornal “Quilombo: vidas, problemas e aspirações do negro” foi fundado pelo Teatro Experimental do Negro em 1948, tendo 10 edições que duraram até 1950. O projeto era coordenado por Abdias do Nascimento e tinha como objetivo “Trabalhar pela valorização e valorização do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico.” (Quilombo, 1948). Mais em: <https://www.ojornalquilombo.com.br/>

Queridas leitoras e amigas, volto mais uma vez a falar das nossas crianças. Não é preciso, diariamente, subir e descer morros, entrar em porões e cortiços – como eu faço diariamente no desempenho da minha profissão de assistente social – para se conhecer a angustiada situação da infância brasileira. É fato sabido e notório que nos porões de Botafogo ou Catete, nos barracões de São Carlos ou Salgueiro, nos cortiços da Saúde ou São Cristóvão, o drama em qualquer cidade do interior do país, o espetáculo é sempre o mesmo: subalimentação, sujeira, miséria e doença. Vegetam por aí crianças sem infância, sem alegria, sem mesmo a doce consolação do Natal. Para essa infância até essa data rósea da cristandade significa pesadelo. O pesadelo das longas filas sob o sol e a chuva, no fim das quais recebe a migalha injuriosa de um brinquedinho bobo e infantil. Essa infância precocemente adulta pela promiscuidade em que vive, pela necessidade de trabalhar – ah o suplício dos feixes de lenha e das latas d’água na cabeça! – é em quase sua totalidade de cor. Negrinhos e negrinhas, russos de pó, esmolambados e enfermos, forma uma espécie de procissão trágica de agonizantes. Urge salvar a nossa criança, os nossos filhos, recuperar essas vidinhas em flor que serão os homens e as mulheres de amanhã (Nascimento, 1949, p.8).

Há no discurso dessa pioneira subsídios importantes para nossa análise, porque, embora a sua formação possivelmente estivesse cercada de influências para pensar a infância a partir de um lugar de desconfiança, com um olhar que a enxergasse como força de trabalho do futuro, nota-se uma preocupação que ultrapassa esses limites. Ela humaniza as crianças que atende e as que a cercam, entendendo que o sofrimento que lhes era infligido demarcava um roubo das suas infâncias, um não lugar como crianças.

A coluna no jornal pode ser compreendida então como uma expressão de descontentamento e uma forma de resistência frente a essa realidade, que, conforme a própria pioneira destaca, assolava principalmente as infâncias negras. Existe ainda um outro olhar para o trabalho que se impunha no cotidiano dessas crianças, que era percebido como meio de sofrimento.

Mesmo assim, ainda é possível observar o discurso acerca da promiscuidade do meio em que vivem as crianças. Além de corroborar com a visão das crianças como “homens e mulheres de amanhã”. Isso evidencia a influência do contexto social na construção das noções de mundo que fizeram parte da apreensão das pioneiras em torno da “clientela”, especialmente desse grupo na infância.

Buscamos dialogar com esses escritos porque acreditamos que não se pode partir de uma leitura unilateral da realidade social, tampouco do que entendemos nesse estudo como a apreensão do Serviço Social acerca da infância atendida. Embora existissem, majoritariamente, recursos e influências voltadas a situar uma intervenção no cotidiano desses sujeitos de forma enviesada – a partir da valorização dos ideais burgueses – defendemos a possibilidade de que existiam profissionais, talvez até mesmo as pioneiras que focalizamos nesta dissertação, que em alguns momentos olhavam para essa infância a partir de um lugar mais humanizado, com os limites do tempo histórico em que estavam inseridas.

No entanto, com base nas tentativas de acessar registros documentais para elaboração dessa dissertação, foi possível notar que os hábitos sócio-históricos e culturais de não preservar registros, que assombram a história social brasileira, produziram impactos muito negativos para o país de um modo geral. O Serviço Social também fez parte desse processo e hoje precisamos resgatar nossos acervos e registros ainda disponíveis, para recontar a história dessa categoria profissional e revisita-la de forma crítica.

Essa dificuldade de armazenamento de documentos históricos que incidiu sob o Serviço Social, nos impediu de acessar a memória profissional de forma mais ampla, e assim acessar discursos de apreensões de mais assistentes sociais pioneiras/os. No decorrer do próximo capítulo, destacaremos algumas das perspectivas das pioneiras formadas no Instituto Social sobre o tema dessa pesquisa.

## 6.

### **Análise dos trabalhos de conclusão de curso em Serviço Social do Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro**

#### 6.1

##### **Percurso Metodológico**

Seguindo a tendência da maior parte das pesquisas produzidas no campo das ciências sociais, foi realizado um estudo de caráter qualitativo. Isso porque nos interessa compreender a realidade social de implementação do Serviço Social no Rio de Janeiro para, então, identificar as apreensões das assistentes sociais pioneiras acerca da infância – um dos principais públicos atendidos desde a gênese da profissão.

Tratamos de pensar o “universo dos significados, aspirações, crenças, valores e atitudes”, conforme indica Minayo (2023, p.20), entendendo que a apreensão das assistentes sociais pioneiras em relação à infância atendida constituiu parte significativa das relações sociais no período em questão, que precisam ser desvendadas – inclusive para promover mais subsídios sobre a compreensão do Serviço Social e sua relação com a infância na atualidade.

Para pensar nessa história que foi escrita junto às assistentes sociais pioneiras, realizamos uma pesquisa documental – a partir de fontes primárias<sup>69</sup>: os trabalhos de conclusão de curso das assistentes sociais pioneiras formadas no Instituto Social do Rio de Janeiro entre 1940 e 1950. Verificando o que Cellard (2008) define como cinco parâmetros de confiabilidade: contexto, autores<sup>70</sup>, autenticidade, natureza do texto e análise.

Realizamos um intenso processo de levantamento de dados a partir das seguintes categorias e subcategorias: 1. Infância com as subcategorias: criminalidade; proteção ao menor; problema do menor; 2. Serviço Social e as subcategorias: Instituto Social; Pioneiras; Rio de Janeiro; 3. Higiene Social; 4. Eugenia. A partir da utilização do operador booleano AND com as categorias Instituto Social, Rio de Janeiro e Serviço Social, foram encontrados seis trabalhos de conclusão de curso de pioneiras formadas entre 1940 e 1950 na base de dados da biblioteca da PUC-Rio, considerados relevantes para a pesquisa. Ainda usando o mesmo operador, as

---

<sup>69</sup> Cellard (2008) define como fontes primárias todos os registros produzidos por testemunhas diretas do fato. No caso dessa pesquisa, as assistentes sociais pioneiras. As fontes secundárias seriam os registros de pessoas que não vivenciaram o fato, mas o registraram em momentos posteriores.

<sup>70</sup> Não foi possível adensar considerações a respeito desse item porque não há muitas produções sobre as autoras dos trabalhos de conclusão de curso aqui apresentados. Nos casos em que está disponível algum material, uma análise mais aprofundada sobre as autoras no demandaria um tempo que não nos é disponibilizado em uma dissertação. Assim, equilibraremos tais registros com demais análises que permitam apreender o objeto deste estudo.

categorias Instituto Social, Rio de Janeiro e Assistentes Sociais resultaram em mais um trabalho de uma pioneira que dialogava com o objeto por nós analisado.

De acordo com listagem fornecida pelo departamento de Serviço Social da PUC-Rio, entre os anos de 1940 e 1947<sup>71</sup>, se formaram 52 assistentes sociais pelo Instituto. A partir de tal listagem, pesquisamos no acervo da biblioteca utilizando a categoria AUTOR, com o objetivo de encontrar mais obras.

Dessas, pelo menos 6 tratavam nos títulos dos trabalhos, diretamente, sobre “menor” ou “infância”. Pelo menos, uma por turma tratando diretamente do tema. Desses, apenas um foi localizado no acervo da biblioteca da PUC/Rio: “Assistência aos Menores”, de 1941, de Maria Luiza Moniz de Aragão. Mas já havia coincido com nossa pesquisa prévia.

Todo esse trabalho manual foi necessário porque não havia registros no Departamento de Serviço Social da PUC/Rio de que esses documentos ainda existiam, com exceção de um. A listagem fornecida pelo departamento conta com apenas seis trabalhos produzidos entre 1940 e 1950, e apenas um deles é relevante para a pesquisa aqui apresentada, o qual também já havia sido encontrado no acervo da biblioteca em nossa pesquisa prévia. Os outros trabalhos os quais abordamos não constam na listagem e tampouco no acervo do Departamento. Trata-se de um achado da pesquisa.

No entanto, na pesquisa de Sheila Backx, realizada em 1993 no acervo do departamento, a situação era outra. A autora elaborou uma tabela com base nos dados do departamento de Serviço Social, que permite concluir que, entre 1940 e 1950, foram apresentados 79 trabalhos de conclusão de curso. Dos quais, 69 foram localizados pela autora. Dos trabalhos apresentados, ao menos 22 tratavam diretamente sobre “menores”, “famílias das classes populares” ou instituições de atendimento a infância<sup>72</sup>. O que significa dizer que não foram localizados pelo menos 57<sup>73</sup> documentos, uma perda considerável.

Durante a pesquisa, identificamos que o Trabalho de Conclusão de Curso da professora Maria Josephina Rabello Albano havia sido publicado em algumas edições da Revista A Ordem, também no ano de 1940. Com auxílio da equipe da biblioteca, em acervo situado fora da Instituição e não disponível para consulta pública, conseguimos localizar as publicações da

---

<sup>71</sup> Não obtivemos a listagem sobre os três anos seguintes.

<sup>72</sup> Ver tabela elaborada por Backx com as áreas temáticas e bases empíricas dos trabalhos apresentados pelas pioneiras conforme ano e numeração: 1940:05; 1941:05,07; 1944: 12, 13, 15, 16, 20, 21; 1945: 26; 27. 1946: 31, 32, 34; 1947: 40; 1948: 46,50, 54; 1949: 57; 1950: 69, 70, 71, 75, 76 (Backx, 1993, p.194-195).

<sup>73</sup> No acervo do departamento, atualmente, consta a existência de 6 trabalhos produzidos entre 1940 e 1950. Desses, apenas um foi utilizado por nós –o qual também se encontra disponível no acervo da Biblioteca da PUC-Rio. Em nossa pesquisa no acervo da biblioteca, encontramos 7 trabalhos, mas nessa conta consideramos apenas 6, já que um também está disponível no acervo do departamento. Nesse caso, ainda estão disponíveis para consulta 12 trabalhos de conclusão de curso produzidos entre 1940 e 1950.

Revista em que constava o trabalho da professora, uma das alunas formadas na primeira turma em 1940, intitulado: “Proteção à infância abandonada e delinquente no Brasil”.

O documento ora mencionado e os outros seis trabalhos encontrados no acervo da biblioteca foram selecionados porque poderiam ser interessantes para a pesquisa, já que tratavam direta ou indiretamente do tema definido. No último caso, quando dizemos que tratavam indiretamente do objeto da pesquisa é porque não constava no título a relação da produção com a atuação junto à infância, mas sim no corpo do trabalho. Foram escolhidos ainda aqueles que pudessem fornecer elementos para compreender as influências presentes na atuação profissional durante o período estudado.

Os demais títulos (além do trabalho da professora Maria Josephina Albano) analisados foram: “Menor e Serviço Social” de Maria Luiza M. Aragão (1941); “Escola de Serviço Social, seus princípios e meios de realizar o seu fim” de Maria de Lourdes Almeida Moraes (1943); “Alguns aspectos do Serviço Social na organização da família operária” de Julieta Coelho de Souza (1944); “Profissões femininas especialmente consagradas à solução do problema social” de Maria Edith Andrade Pinto (1944); “Serviço Social de Família num conjunto residencial” de Evangelina Mavignier (1948) e “Serviço Social numa instituição de amparo à maternidade e infância” de Odenilia Barreto Coelho (1950).

Foram analisadas – conforme já exposto até aqui – outros documentos como leis e projetos de leis, discursos e matérias jornalísticas da época, que pudessem enriquecer a investigação apresentada. Esse material foi obtido em fontes diversas, dentre elas a base de dados do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/ PUC/Rio)<sup>74</sup>. Pode-se citar também as próprias obras das pioneiras.

Também realizamos pesquisa em um documento institucional voltado à comemoração dos 10 anos do Instituto Social, intitulado “10. aniversário do Instituto Social, 1 de julho, 1937-1947” (1947). Trata-se de um documento que oferece pistas sobre a organização do curso de Serviço Social na primeira Escola, as influências teóricas ali envolvidas, bem como, o destaque que a infância teve nessa formação.

Ademais, destacamos que esta pesquisa foi submetida a Câmara de ética em pesquisa da PUC-Rio, com o objetivo de requerer dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Isso por considerarmos que, embora esta seja uma pesquisa qualitativa, a qual pretende dar mais ênfase nas perspectivas dos sujeitos e valorizar o universo dos significados – conforme apontado por Minayo (2023), ela não produzirá danos para os sujeitos/as analisados/as – já que

---

<sup>74</sup> Ver em: <https://www.ciespi.org.br/>

se trata de uma pesquisa predominantemente histórica – baseada em análise documental. A solicitação foi aprovada pela Câmara de Ética em 06 de junho de 2024.

Realizamos uma pesquisa de caráter documental em sete trabalhos de conclusão de curso produzidos pelas pioneiras formadas no Instituto Social entre os anos de 1940, quando se formou a primeira turma de assistentes sociais da instituição, e 1950 – o último trabalho por nós encontrado que tratava sobre infância.

Nem todos os trabalhos analisados tratavam diretamente sobre infância, porém, já expusemos a centralidade dessa categoria na formação das pioneiras. Foi possível observar o debate sobre a infância em um número significativo de materiais que ainda existem. Trabalhamos inicialmente com o pressuposto de que as políticas e práticas eugenistas e higienistas presentes no contexto social do Rio de Janeiro, no início do século XX, exerceram influência sob as práticas de criminalização e controle da infância adotadas pelo Serviço Social.

Posto isso, traçamos o percurso histórico apresentado até aqui. A respeito das produções das pioneiras em particular foram observados os seguintes critérios de análise qualitativa para cada trabalho: 1. O papel do Serviço Social; 2. Representação da infância (terminologias); 3. Ações de orientação aos menores; 4. Como a higiene aparece; 5. Como a eugenia aparece; 6. Associação da infância pobre e criminalidade. O que nos trouxe elementos para discussão no decorrer do capítulo.

A partir dessas apreensões, entendemos que seria interessante situar a leitura dos trabalhos a partir de dois pontos específicos, quais sejam: as correntes da higiene social e eugenia, no próprio discurso das pioneiras. Tais elementos podem contribuir com a comprovação ou contestação do que propusemos como objeto de pesquisa.

A eugenia propriamente dita aparece diretamente em apenas quatro dos trabalhos. Já a higiene é mencionada em cinco das sete produções estudadas. A associação entre infância pobre e criminalidade é registrada em quatro. Dessas, todas se relacionavam com eugenia e/ou higiene social. O que corresponde a nossa expectativa inicial sobre a possível influência dessas ciências nos estudos em Serviço Social.

Apesar de não tratarmos de uma amostragem total e sim possível, em relação ao número total de profissionais formadas no Instituto Social entre 1940 e 1950, podemos pensar na existência da relação entre eugenia e higiene social com o Serviço Social a partir das práticas de atenção à infância produzidas pela profissão. Também destacamos que um número maior de profissionais menciona a higiene em comparação à eugenia, mesmo assim, ambas as categorias são relevantes aos considerarmos o tamanho da amostragem.

Acreditamos que a maior referência a higiene, pode ter relação com a existência de mais de uma vertente da eugenia, em que a categoria profissional de assistentes sociais, se inseriu majoritariamente na eugenia positiva e preventiva. Isto é, aquelas que atribuíam o melhoramento racial e da nação as práticas de saneamento e higiene social. Nesse caso, ambas as ciências, eugenia e higiene social andavam de mãos dadas.

Em dois dos trabalhos analisados não foram encontrados elementos relativos à higiene, eugenia e tampouco de associação entre infância pobre e criminalidade. Esse pode ser um indicativo da presença de ressignificações sobre a preocupação com a infância no interior da categoria, como no caso de Maria de Lourdes Vale do Nascimento, da priorização de outros elementos ou apenas do não dito. Fato é que não foi comum a todos os trabalhos um olhar eugenista/ higienista para a infância pobre.

A seguir, veremos de forma mais detalhada as fundamentações teóricas que circundaram a formação profissional do Serviço Social no período tratado a partir do diálogo com as obras das pioneiras. Em cada subitem, trataremos das apreensões obtidas a partir dos critérios qualitativos de análise antes mencionados. Isto é: 1. O papel do Serviço Social; 2. Representação da infância (terminologias); 3. Ações de orientação aos menores; 4. Como a higiene aparece; 5. Como a eugenia aparece; 6. Associação da infância pobre e criminalidade. Os itens 4, 5 e 6 foram incluídos em um único subitem, pois dialogam entre si.

## 6.2

### **Papel do Serviço Social**

Ao buscarmos identificar o papel do Serviço Social no trabalho com a infância, encontramos algumas visões das pioneiras que convergem para a identificação de uma responsabilidade de guiar a criança ou redirecionar o “menor desajustado” aos caminhos da moral, dos bons hábitos, e orientar esses sujeitos para que se tornassem, no futuro, trabalhadores “de bem”.

Assim é que uma das determinações encontradas, entendia a assistente social como uma espécie de mãe:

Uma vez internado o menor, a Assistente Social não o deixa, visita-o, corresponde-se com ele, aconselha-o, torna-se uma verdadeira mãe do menor. A criança necessita de uma pessoa a quem confie suas dúvidas. É necessário para a formação do caráter desta criança, a ação de uma pessoa que conheça sua família, suas tristezas, suas dificuldades e aspirações (Albano, 1940, p.348).

Se olharmos cuidadosamente para essa definição, desvelamos um conflito entre a percepção de Serviço Social ora como profissão e ora como prática de cuidado, atribuída aos dons ditos femininos. Trata-se do fenômeno de feminização do cuidado, que é historicamente construído para atender aos interesses das classes dominantes. Cria-se assim uma noção do que é ser mulher na sociedade, reproduzindo desigualdades de gênero e atribuindo à figura feminina normas, como a maternidade e o casamento (Cisne, 2004, p.51).

Segundo Martins (2023, p. 188), desde as primeiras décadas do século XX, no Brasil, algumas profissões passam a atrair um amplo contingente de mulheres, especialmente aquelas que pertenciam às elites. Isso porque, poderiam equilibrar a feminização do cuidado esperado dessas sujeitas, e garantir ao mesmo tempo, o prestígio social atribuído naquele momento às profissões que dialogavam com a assistência social. Esse é precisamente o caso do Serviço Social.

A profissão que surgia no mercado de trabalho, a partir de uma demanda das classes dominantes, também perpetuava na figura das profissionais que a representavam as desigualdades de gênero – ainda que de forma não intencional por parte das profissionais. Percebemos a perpetuação das desigualdades de gênero sendo operacionalizada no exercício profissional das assistentes sociais, por meio de uma atuação muito próxima junto a classe trabalhadora, com o intuito de reeducá-la. Entendia-se naquele momento que esse papel de educadora e responsável pela criança, no âmbito familiar, deveria ser ocupado pelas mães. Dessa mesma compreensão de responsabilidade feminina, que se insere a atuação do Serviço Social em sua gênese, com as famílias trabalhadoras e sobretudo com a infância.

Para operacionalizar o intento de moldar os “menores” a um novo tipo de educação, além das políticas e instituições voltadas a esse público, tratou-se de pensar em uma profissão majoritariamente feminina que conduziria a “readequação” ou “reajustamento” da classe trabalhadora e seus filhos. Diante dessa lógica, ninguém melhor que uma figura maternal, conforme vimos no discurso da pioneira.

Essa racionalidade era percebida em outros discursos, que usavam termos distintos, mas eram conduzidas na mesma direção. A assistente social aparecerá, por exemplo, como uma espécie de “educadora social”, que a autora assim define:

Torna-se assim, necessário fazer com que esses (as crianças) que dentro do próprio lar encontrem tão poucos recursos em contraposição, sejam os mais amparados, recebam maior atenção, maiores cuidados. Pode o Serviço Social, que é sobretudo educativo, contribuir para uma melhoria na formação do caráter, na orientação dos hábitos, na correção deles, aperfeiçoando as qualidades inatas das crianças e elevando o padrão educacional das famílias brasileiras (Mavignier, 1948, p. 25).

Para essa profissional, o Serviço Social teria antes de tudo um caráter educativo que deveria ser operacionalizado principalmente na vida das crianças atendidas. Seja como educadora social ou como mãe, é possível notar no discurso das pioneiras uma tendência a perceber o Serviço Social como elemento impulsionador das famílias trabalhadoras a uma nova visão de mundo, aquele que corrigiria os maus costumes, os quais entendiam contribuir para um suposto desvio na formação do caráter.

Tratamos então de uma educação para a vida social, que se baseava em padrões burgueses. Visava-se uma aproximação com as famílias com a expectativa de corrigir o que essa classe considerava defeito, transformar os hábitos que eram estranhos aos padrões normativos. Era uma estratégia de adequação que tinha como um dos instrumentos primordiais o Serviço Social – o que se verifica no discurso das pioneiras – e dentre os alvos que mais se destacavam, a população infantojuvenil.

A existência de um modelo de readequação social, a ser viabilizado pelo Serviço Social, com iniciativas educacionais junto às famílias está presente nas perspectivas que entendem a profissão como um meio de reajustamento social, ou uma forma de oferecer um tipo de auxílio educativo. Conseguimos identificar esse caráter de reajustamento em pelo menos mais três trabalhos diferentes<sup>75</sup>, com as seguintes compreensões:

1. Os desajustados impedem o bem-estar da Pátria, da sociedade, da família e dos indivíduos. A sociedade bem-organizada deve, pois, estar apta a resolver seus problemas. Dessa necessidade, nasceu a Assistência Social, existente em todas as épocas, e, nos tempos modernos, o Serviço Social (Pinto, 1944, p.5-6).
2. Ora, a família é o elemento básico da sociedade. Urge, pois, que se restabeleça a ordem social, baseada na Justiça e na Caridade. Como? Pela Ação Social [...] 2. Mais particularmente, pelo Serviço Social, que é um dos aspectos concretos da Ação Social. O Serviço Social visa, pois; curar, prevenir ou remediar as deficiências individuais e coletivas, utilizando-se de meios científicos adequados e processos próprios empregados pelos seus agentes. Pois o objeto do Serviço Social é sempre o homem total no meio em que vive; é um trabalho de adaptação daquele a este e vice-versa, pesquisando as causas profundas dos males sociais, a fim de não só remediar, mas ainda curar, prevenir o seu reaparecimento. Atua sobre as coletividades e sobre os indivíduos particularmente, procurando desenvolver a personalidade humana através dos reajustamentos feitos individualmente (S.S. dos casos individuais ou familiar) ou em grupos (S.S. de grupos) (Souza, 1944, s/p.)

---

<sup>75</sup> Na própria concepção de trabalho social exposto na produção “Escola de Serviço Social, seus princípios e meio de realizar o seu fim” com qual trabalhamos anteriormente, já é possível observar o intuito de reajustamento no Serviço Social, a partir da definição de um trabalho social que deveria voltar-se a “prevenir e combater” tudo aquilo o que fosse considerado anormal nos indivíduos e grupos sociais (Moraes, 1943). Como já mencionamos esse elemento previamente, optamos por não o trazer novamente aqui, mas é proposital o termo “mais um” porque antes, já havíamos sinalizado essa recorrência. Ver: “5.2. Escola de Serviço Social do Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro”.

Por último, Evangelina Mavignier (1948), ao definir as diferenças entre Serviço Social de Casos Individuais e Serviço Social de grupo, traz respectivamente, os seguintes elementos:

3. Serviço Social de Casos Individuais: O primeiro setor procura o reajustamento individual por meio de uma ação constante e persistente junto a cada família, atuando através do plantão, das visitas e providências diversas (p.83); 3) Serviço de Grupo: Em Olaria temos diversos serviços coletivos que visam aumentar seus moradores, menores ou adultos, melhor orientá-los e educá-los. O que buscamos é, sobretudo, a formação – é através da mesma influir na criação de bons hábitos, costumes sadios, sã moralidade, firmando os princípios, orientando. E nem poderia deixar de ser assim, porque se nos limitássemos a dar-lhes preparo profissional sem cogitar de dar-lhes, paralelamente, formação, não estaríamos realizando Serviço Social. (Mavignier, 1948, p.89).

Recorremos aos textos na íntegra porque têm muito a nos dizer sobre a percepção do Serviço Social acerca da “clientela” atendida. A estruturação dos “desajustamentos sociais” atribuídos à população pobre integraram todo o processo formativo das pioneiras e, como podemos observar, se fez presente no âmbito da atuação.

Nesse sentido, a intervenção com as famílias poderia ser o principal recurso para executar as transformações sociais que deveriam ser feitas. Isto é, atuar para que os “desajustamentos sociais” e os defeitos fossem reparados. Assim, esse grupo poderia tornar-se útil para aquela sociedade. A moral cristã, a família nuclear e a formação do “bom-trabalhador” compunham parte desse ideário de família e sujeito, que estruturava tal sociedade e seria defendido pelo Serviço Social, conforme aponta Backx (1993, p.59).

A autora reitera que, no âmbito da disciplinarização moral a ser operada pelo Serviço Social no interior das famílias, a população infantil ganhava destaque. É o que também percebemos com a análise sobre a representação da infância nos trabalhos de conclusão de curso e sobre as orientações prestadas a esse público.

### 6.3

#### **Representações da infância atendida pelo Serviço Social**

A preocupação com a criança das classes trabalhadoras já se arrastava de muito longe. Demonstramos aqui algumas das distintas formas em que ela esteve presente durante as novas reorganizações e configurações políticas do Brasil. No entanto, é com a Era Vargas que esse modelo de atenção se transforma, especialmente durante o Estado Novo, com uma política mais ampla de defesa da família e de assistência à infância, o que seria notado evidentemente na atuação do Serviço Social.

A política mais ampla de proteção à infância, inaugurada na Era Vargas, demandava uma especialização que seria refletida na criação de novas instituições, conforme demonstra Irma Rizzini (2011), e no investimento em profissionais que atuariam com esse público. Isso é perceptível no discurso das pioneiras ao tratarem sobre as famílias, pois a menção aos “menores” que compõe o núcleo familiar é frequente. Dos sete trabalhos por nós analisados, todos citam essa categoria de diferentes maneiras:

Tabela 5: Representação da infância

Representação da infância	Ocorrência
Menor (es)	3
Menor Necessitado	1
Menor abandonado	1
Menores materialmente abandonados	1
Menores moralmente abandonados	1
Menor mártir	1
Menor viciado	1
Menor obstáculo	1
Menor pervertido	1
Jovens	1
Adolescente (s)	2
Criança (s)	6
Infância	1

Adaptado de: Albano (1940); Aragão (1941); Moraes (1943); Souza (1944); Pinto (1944); Pinto (1948); Barreto (1950).

Nota-se que a categoria menor tem destaque ao longo dos escritos das pioneiras que mencionavam a infância. Seja acompanhada de outros adjetivos ou não. Em geral, aparece conectada com a preocupação do Serviço Social em oferecer serviços que garantam a formação moral desse “menor”<sup>76</sup>, ou com os supostos desvios de conduta que poderiam acontecer caso não houvesse a devida intervenção do Serviço Social.

Assim, são apresentados nos escritos legislações sobre o “menor” e teorias que a categoria profissional deveria se apoiar para atuar junto a essa população – famílias trabalhadoras e as crianças nela inseridas – que, em grande parte, se baseavam em padrões eugenistas e higienistas. Na obra de Albano, é possível perceber algumas definições atribuídas às diferentes categorizações de “menor”, que atestam essa afirmação:

**1. Menor abandonado e necessitado:** “vítima desse estado de coisas é o Menor, que abandonado, torna-se um vadio e a vadiagem é o limiar da criminalidade”. **2. Menor mártir:** “aquele que vive em casas de cômodos, sendo mal alimentado e forçado a grandes trabalhos por vezes superiores às suas forças”; **3. Menor anormal:** “aquele que por taras físicas ou mentais causa a vergonha de seus pais”; **4. Menor obstáculo:** “É o filho natural ou adúltero que é preciso afastar devido a

<sup>76</sup> “Serviços de Infância: Direito do Menor, Psicologia de Anormais, Pedagogia, Orientação Profissional, Técnica do Serviço Social de Menores, Pesquisa Social, Círculos de Estudos” (Moraes, 1943, p. 38).

considerações sociais”; **5. Menor viciado:** Levado aos vícios, jogo, entorpecentes etc., e ao roubo e à prostituição, pelos próprios pais ou com a aquiescência deles”; **6. Menor pervertido:** "é aquele que por suas tendências e instintos, demonstra a inclinação para o crime" (Albano, p. 84, 1940, grifos nossos).

Nota-se a existência de uma estigmatização em torno da criança pobre. As condições a elas impostas desde o nascimento tornavam-se indícios de suspeita para o crime ou para a anormalidade, que poderia ser indicada diretamente ou em outros estereótipos como “viciado” e “pervertido”. Chamamos a atenção ainda para a categoria de “menor obstáculo”, que em tese trata sobre aqueles que são filhos legítimos (ou não), mas que precisavam ser afastados em virtude de “considerações sociais”. Tais definições nos apresentam a uma sociedade que se preocupava com a infância até certos limites. Até o momento em que seus comportamentos ainda fossem passíveis de controle e reprimenda. Quando só as intervenções não bastassem, a opção seria o afastamento social.

Há um grande destaque também para a categoria “criança”. Nas vezes em que é citada, nota-se uma preocupação com o que viria a ser desses sujeitos. Quais passos seguiriam no futuro: daquela moralidade imposta ou de uma “má índole”. Por isso mesmo, é que se afirmava repetidamente a necessidade de intervenção do Serviço Social, na família para ensiná-la a cuidar propriamente de seus filhos e, assim, permitir uma atuação mais direcionada com as crianças, reajustando-as, preservando-as.

Os escritos de Odenília Barreto Coelho (1950) definiam que: “Estamos do lado dos defensores do problema da criança, sem, no entanto, esquecer que não se pode garantir assistência à criança sem cuidar do problema da família” (Coelho, 1950, p. 28). Tratava-se de uma intervenção que não podia existir sem a outra. Embora a criança fosse central na atuação, entendia-se que a maneira mais eficiente de alcançá-la seria a partir da inserção no seio familiar, isto é, sem nenhum tipo de violência física direta, mas uma violência silenciosa que atingia os lares, para cercear hábitos e costumes desde a infância.

Nesse sentido, existe ainda um trabalho que se refere a essas crianças como “futuros trabalhadores” (Souza, p. 48, 1944), denotando o aspecto que temos tratado aqui, sobre um modelo de assistência tal que orientasse essa criança até a vida adulta, dentro dos parâmetros esperados pelo regime. A família seria a régua moral a qual contribuiria para que não houvesse nenhum desvio. A assistente social, por sua vez, guiaria esses sujeitos nos aspectos mais particulares da vida, para garantir o asseio moral, religioso e principalmente do ofício.

O mesmo ocorre com a categoria infância:

Falta as crianças educadas dentro de tais lares, em que reina a desarmonia, a incompreensão, em que os atritos entre os pais são constantes, o ambiente propício para uma infância feliz cercada de cuidados que lhes possibilite desenvolvimento físico, mental e espiritual. São os maus cuidados até mesmo nas coisas materiais da vida, outras vezes os maus tratos com que se quer educar por meio de pancada, criando subnutridos, revoltados. São uns e outros criando crianças débeis, raquíticas, crianças que encaram a todos e a tudo com desconfiança, criaturas que nas mais simples situações da vida não sabem como se comportar, sempre indecisas, sempre temerosas (Mavignier, 1948, p. 50).

Nos trabalhos analisados, percebe-se que, para as pioneiras, “infância”, “menor” e até mesmo “criança” e “jovem” eram formas distintas de se referenciar a mesma população e evidenciar uma mesma preocupação. Ou seja, tratar o desenvolvimento da família trabalhadora para chegar, assim, até seus filhos, possibilitando a criação de um cidadão ideal, dócil e adaptado, ou de um “homem novo”, nas palavras de Ângela Maria de Castro Gomes. A categoria “adolescente”<sup>77</sup> também aparece para delinear os esforços que deveriam ser empreendidos para preparar esse grupo para o mundo do trabalho.

Essa tentativa de adequar os corpos e mentes das famílias trabalhadoras desde a infância a um modelo de sociedade é maior do que a ação individual de uma ou outra assistente social. Relaciona-se, em nosso entendimento, a uma estratégia de dominação mais antiga, que Foucault (2014) determinaria como poder disciplinar.

Trata-se de uma engrenagem silenciosa que tem como objetivo formar corpos dóceis, para criar trabalhadores úteis. Essa tática de controle de corpos, que progride na medida em que avança o século XVIII, diferencia-se de outras porque penetra internamente sobre as forças sociais e institucionais, conforme explicita Foucault:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis (Foucault, 1975; 2014, p. 135).

Sujeição do corpo e da mente. Um tipo de sujeição que não usa violência física necessariamente, mas que é posta em prática pelos aparelhos e instituições que constituem um povo. No entanto, só se efetiva a partir da internalização pelos próprios trabalhadores desse

---

<sup>77</sup> “Com o adolescente: Com este estabelece-se, principalmente, o contato através do conhecimento do trabalho escolar no último período, procurando descobrir suas preferências, por meio de palestrar sobre jogos, leituras, companheiros e heróis preferidos” (Souza, 1944, p.52).

poder. Um modelo de dominação que se consolida a partir dos detalhes, por meio de pequenos elementos de difusão que formam um conjunto mais amplo, no qual há um interesse em comum.

A microfísica do poder (Foucault, 2014), que compõe o poder disciplinar, é essa arte dos detalhes. Quando o Serviço Social transpõe para o cotidiano das famílias um modelo único de pensar e agir, a ser seguido especialmente pelas crianças com vistas a formar um trabalhador adequado, tratamos de uma profissão que faz parte dessas pequenas estruturas que contribuem com a difusão desse poder disciplinar – conscientes ou não.

Foucault também entendeu que, além de focalizar nas estratégias de controle do corpo, que produziriam um trabalhador submisso, seria preciso adentrar nos níveis que conformavam a vida dos sujeitos, isto é: “proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população” (Foucault, 1999, p. 103).

Assim, estariam articuladas as condições necessárias para a manutenção de um modelo de sociedade baseado na exploração do trabalho, que precisava da anuência dos próprios trabalhadores para se manter. Isso só seria possível a partir de uma intervenção deliberada na vida profissional e pessoal, o que pode ser feito nas instituições citadas por Foucault, como escolas e quartéis, ou, no caso do qual tratamos, as instituições assistenciais e a própria instituição familiar.

Isto é, trata-se de um controle de corpos que ultrapassa a repressão. Quando se estabelece um padrão de comportamento, de vida pessoal e profissional, que deve ser rigorosamente seguido, tratando tudo que destoava desse modelo como “anormal” ou “desajustamento”, inferiorizando características físicas dos sujeitos, são estabelecidas novas formas de regulação do corpo, que passam pela *biopolítica da população*. O Serviço Social foi fundamental para execução desse projeto de nação, embora as profissionais possam ter exercido essa participação de forma inconsciente.

Fato é que há na atuação do Serviço Social com as famílias e, por conseguinte, com os “menores” uma grande preocupação com a manutenção de uma moral burguesa, que não era aquela seguida pelos trabalhadores de forma geral no momento de emergência do Serviço Social. Mas as profissionais entendiam que esse “desvio” de caráter, de conduta ou comportamento, podia ser “reajustado” a partir de sua intervenção. O que também fica evidente nas ações de orientação ofertados pelas pioneiras a esses “menores”.

## 6.4

### **Ações de orientação aos menores: educação, reajustamento e disciplina das famílias**

Dentre os sete trabalhos de conclusão de curso analisados, em apenas um não foi possível identificar nitidamente alguma ação de orientação do Serviço Social para os “menores”. Dos outros seis, quatro citam a família como principal meio de recuperação da criança. Nesse sentido, a instituição familiar é apresentada como principal parceira no oferecimento da educação propícia para o público infantojuvenil.

Essa era a mesma educação da qual falamos anteriormente, aquela que orientaria o indivíduo para o mundo do trabalho, para uma moralidade dentro dos padrões burgueses que sustentavam aquela sociedade. Era o tipo de educação social a ser oferecido pelo Serviço Social. Por isso, nos discursos, há uma junção entre a necessidade de “levantar o nível da família operária” e “criar uma geração operária sadia e tecnicamente preparada” (Aragão, 1941, p.33).

O que corresponde ao momento sócio-histórico que a profissão estava inserida, em que se propagava o discurso de interesse e intervenção do Estado pelo “problema” do trabalho, bem como, todas as influências que incidiam no cotidiano da classe trabalhadora. Desse modo, a família torna-se um grande centro de atenção do Estado Novo, conforme aponta Backx (1993, p.91).

As orientações do Serviço Social acerca da unidade familiar poderiam até certo ponto ser benéficas para a “clientela” atendida, uma vez que o rompimento de laços seria uma outra forma de instituir violência. Mas o que fica evidente a partir da leitura é que o intuito por trás das orientações unia dois aspectos fundamentais para solidificação daquela ordem social:

1) formação de um modelo de trabalhador ideal, indicando o olhar em torno da criança como o trabalhador do amanhã, que precisa se comportar conforme as exigências da classe patronal;

2) adequação da família trabalhadora “aos níveis ideais” de conduta, comportamento e cultura para que essa guiasse as suas crianças.

A colocação em famílias substitutas aparecerá como último recurso: “O ideal seria que a criança não precisasse sair da companhia dos pais, mas nem sempre a assistente social pode promover a reconstrução ou construção do lar a fim de que se torne adequado à vida da criança (Coelho, 1950, p.4).

Mais uma vez, a assistente social aparece como a figura que tem o objetivo de restaurar a vida familiar, promover um tipo de educação que salvaria ambos: família e crianças dos

“desajustamentos”, dos “maus” caminhos – aqueles que já vimos nos documentos oficiais da profissão, que quase sempre se relacionavam a condições de classe e raça. No entanto, a pioneira não especifica o que era necessário para considerar um lar “desconstruído”.

Além da insistência em relacionar o sucesso da atuação do Serviço Social com o bom comportamento da instituição familiar, tendo em vista o objetivo de promover uma educação social mais complexa, percebe-se novamente uma orientação voltada a solidificar o discurso do “reajustamento”, do convencimento com vistas a uma “formação moral” adequada.

2) Reajustamento: Devemos procurar, conforme a necessidade de nossos assistidos: a) O Reajustamento do indivíduo ao meio; b) O Reajustamento do meio ao indivíduo; é necessário fazer com que os indivíduos que decaíram, que se deixaram levar pelo vício, pelo crime ou maus exemplos, se regenerem. Este reajustamento exige muito tato e psicologia para conhecer o indivíduo e seus problemas, o meio e suas deficiências. É preciso que o assistido colabore conosco no seu reerguimento, mas que o meio a isto o ajude. Que ele encontre apoio na família, no trabalho, nos colegas e que esses o auxiliem a sair do erro, sem lhe mostrar que o desprezam; 3) Convencimento: Deve-se fazer a propaganda de ideias, formando uma verdadeira mentalidade social, sem a qual pouco se conseguirá. Com este intuito, os resultados obtidos serão postos ao alcance dos que podem se interessar pelo assunto, focalizando o lado que mais os impressionará. Sem isto, teremos feito um trabalho, talvez de grandes proporções, mas de pouca eficiência (Pinto, 1944, p. 43-45).

Além da tendência à moralização que já tratamos aqui, percebe-se nos discursos uma inclinação a culpabilizar e responsabilizar o indivíduo pelas condições sociais em que está inserido. Nesse caso, se os sujeitos estivessem em um meio “deficiente” que os influenciasse negativamente, estariam suscetíveis ao vício e ao crime. Há a compreensão de que o trabalho social das pioneiras seria capaz de influenciar a “clientela” de modo a transformar seus “maus” comportamentos, o que seria fortalecido pelo apoio da família.

Essa lógica de atuação não é uma exclusividade do Serviço Social brasileiro no momento de emergência, mas trata-se de uma configuração histórica da política de assistência social no Brasil. Essa lógica, conforme aponta Jucimeri Isolda Silveira, tem as raízes forjadas na reprodução das desigualdades, além de ter sido fundamental na criminalização e controle dos pobres considerados “desajustados” (Silveira, 2017, p.491),

Essa perspectiva de reajustamento ou formação moral que deveria compor o exercício profissional junto à infância está presente em outros discursos:

Além disso, o grande número de meninas de que se compõe os grupos, com sua diversidade de comportamento, de educação, exigem cuidadosa observação e acompanhamento da atitude, do comportamento, das reações de cada uma, pois o que se procura dar-lhes, através do trabalho, é a formação moral. Não basta dar-lhes trabalhos manuais se não são, paralelamente, observadas, educadas, orientadas, formadas. Para isso, cada uma das pessoas que lida com elas as observa,

sendo todas as observações referentes a cada uma anotadas cuidadosamente, procurando-se, assim, conhecê-las melhor, corrigir lhes os defeitos, formar lhes os hábitos, desenvolver lhes as qualidades, a personalidade, enfim, adaptá-las à vida (Mavignier, 1948, p.90).

Nesse trecho, a autora trata das crianças que frequentavam os serviços disponibilizados no Conjunto Residencial de Olaria, destacando o elevado número de meninas que compunha esse grupo. Ela também faz menção anteriormente aos exames médicos obrigatórios, aplicados pela orientadora educacional a cada uma dessas crianças “para verificação do quociente intelectual, senso de moralidade e honestidade, conhecimento de suas inclinações etc.” (Mavignier, 1948, p. 89). Os resultados desses testes estão disponíveis no anexo 1.

O que fica evidente nesses registros é o incômodo diante das diversidades que compunham aquele grupo de meninas, que precisariam ser contidas a partir de uma educação para o trabalho. Trata-se de uma perspectiva de sociedade hegemônica e totalitária, que se recusava a conceber as diferenças culturais e sociais. Não era uma exclusividade do Serviço Social, de uma ou outra pioneira, mas era reflexo de um projeto societário voltado à difusão de uma única forma de ser e estar no mundo: aquela que fosse produtiva ao capital.

A partir dos escritos da pioneira, nota-se uma percepção de que a intervenção assistencial partia do pressuposto que a vivência daqueles sujeitos antes do Serviço Social e das demais profissões não era adequada ao convívio social. Por isso, havia todo um caminho a ser seguido, para garantir esse “ajustamento” ou “reajustamento”. Começava pelo ingresso das crianças no grupo, que deveria passar por uma série de exames médicos que avaliariam a partir de indicativos moralizantes e biológicos o investimento necessário na formação (ou adequação) moral daqueles sujeitos.

As ações de orientação do Serviço Social para os menores, seja pela “formação moral” institucional ou familiar, e as estratégias de “reajustamento” eram apoiadas em teorias científicas, que tinham destaque no momento da gênese da profissão. É sobre a relação entre a atuação das pioneiras com a infância e tais ciências que trataremos no próximo subitem.

## 6.5

### **Higiene, eugenia e criminalização da infância pelas lentes das pioneiras do Rio de Janeiro**

Já havíamos demarcado no capítulo 3, o século XIX como o momento histórico de ascensão das ciências eugenistas e higienistas. A forma como ganham destaque em finais desse período faz com que irradiem no século XX com grande força política, social e institucional. Faz-se necessário relembrar que a adesão massiva das elites nacionais a tais ciências ocorre em

um período em que as manifestações sociais perturbavam a estabilidade da recém-inaugurada república.

Quando as estratégias violentas de controle já não eram mais suficientes, foi preciso aderir a táticas mais sutis e sofisticadas de operacionalizar a repressão. Nesse sentido, constrói-se um Estado mais forte, que, amparado pela higiene social, tinha como premissa a difusão do lema de amor pela família e pelo Estado. Família essa que precisaria ser domesticada e, assim, tornar-se obediente ao Estado, para conter no âmago do “problema” as revoltas sociais – conforme aponta Oliveira (2019).

Diante da importância atribuída à família pelo Estado e as maiores atenções direcionadas a esse público, tornava-se evidente a relevância de todos os componentes do núcleo familiar, no desenvolvimento dessa família disciplinada. Dessa maneira, há cada vez mais holofotes direcionados à infância. Pois, segundo Oliveira, aquela organização social compreendeu que seria o tratamento oferecido à infância que constituiria um “adulto higiênico excelente” (Oliveira, 2019, p. 207).

Os estudos de Jurandir Costa (1979) definem que os interesses higienistas em torno da figura infantil cresciam na medida em que crescia a compreensão de que naquela figura estava o adulto de amanhã. Por isso, essa mesma ciência preocupava-se em estabelecer a técnica de criação de hábitos. Entendiam que nessa idade os sujeitos estavam mais predispostos a serem reprimidos sem maiores reações, a ter sua personalidade moldada segundo os interesses da ordem vigente, formando adultos funcionais para aquela sociedade:

O interesse pelas crianças era um passo na criação do adulto adequado à ordem médica. Produto de hábitos, este indivíduo não saberia nem quando, nem como, nem porque começou a sentir e a reagir da maneira que sentia ou reagia. Tudo em seu comportamento deveria parecer à sua consciência como normal, conforme a lei das coisas ou a lei dos homens (Costa, 1979, p. 175).

As crianças seriam assim alvo de inúmeras violências no que diz respeito à violação das suas identidades e possibilidades de existir no mundo. Chances que lhes eram roubadas, já que eram percebidas apenas como os adultos de amanhã. No caso dos filhos das classes mais empobrecidas, os trabalhadores de amanhã. Eram desde muito cedo percebidos como força de trabalho e preparados para ocupar esse lugar na organização social. Qualquer desvio desse estado de coisas era julgado como anormalidade.

O adulto adequado à ordem médica era também o adulto adequado ao modo de produção. A medicina foi uma das ferramentas utilizadas para a criação de uma racionalidade docilizada acerca do trabalho e da ordem societária. Não era a única. Em tempos de modernização,

transformações sociais, crescimento urbano acelerado e respostas dos movimentos sociais e classes populares às desigualdades, Bonfim (2017) demonstra que a engenharia, o direito, e a medicina – com destaque para medicina social e os avanços no âmbito da microbiologia e da reforma sanitária – serão grandes aliadas na composição de uma ciência que trazia mudanças, nos limites da manutenção do *status quo*.

Tais elementos, constituem um modelo, particular de responder as expressões da Questão social, próprio do governo pós-30. O que faz surgir um aparato institucional voltado à assistência – no qual incluía-se o Serviço Social – para atender as demandas da classe dominante, a partir da atuação com as classes mais empobrecidas, particularmente com as crianças.

De acordo com Oliveira (2019):

Dessa forma, pode-se considerar que, nos pós 1930, a questão social se inscreveu em um processo de legislações de direitos; ao ser estabelecida a figura do cidadão, estabeleceu-se também seu oposto, isto é, o não cidadão. Este foi remetido para o espaço da assistência social, onde se normatizava sua ‘inferioridade’. Esse período inaugurou, em substituição à ‘pobreza desvalida’ da República Velha, a ‘pobreza incivil’ do Estado Novo (Oliveira, 2019, p. 249).

A partir da análise do autor, é possível apreender que esse “não cidadão” constituiria o público-alvo das políticas e práticas de assistência social, onde estariam inseridas também as assistentes sociais pioneiras. Há nesse discurso um certo tom de transitoriedade. Embora os “não cidadãos” ainda não estivessem dentro das condições exigidas para serem considerados “cidadãos” efetivamente pelo regime, o encaminhamento para as políticas de assistência social permitiria a transformação dessa situação.

Os recursos para efetivar essa normatização já eram conhecidos, dentre eles destacamos a apropriação das ciências eugenistas e higienistas. Essas que agora integrariam, além da medicina e do direito – na expectativa de viabilizar a adequação das classes trabalhadoras –, também os aparatos assistenciais instaurados no pós-30. Dentre eles, o Serviço Social.

Segundo Oliveira (2019), é no âmago dessas categorias profissionais – medicina e direito – que o Serviço Social brasileiro se desenvolve, tendo como primeiros espaços sócio-ocupacionais o Juizado de Menores e o Laboratório de Biologia Infantil. Na área da saúde, se desenvolve junto às escolas de enfermagem, como é o caso da escola Anna Nery, com comprovada intervenção no meio urbano e no trato com as famílias com uma forte defesa do discurso higienista (Oliveira, 2019, p.187).

Não tinha como ser diferente, porque essas representações são o reflexo de uma era, de uma sociedade marcada pelo escravismo e exploração do trabalho. Mais do que isso, de classes

dirigentes que não mediram esforços para normalizar e disseminar a própria moral como referência, garantindo assim os caminhos para perpetuação de uma sociedade estratificada e de um povo docilizado. O que tornava necessário direcionar atenções para a infância, de modo a garantir, a longo prazo, a subsistência do modo de produção, por meio da submissão dos trabalhadores.

Desse modo é que Oliveira (2019) elenca três fatores que constituíram a gênese do Serviço Social brasileiro: “1) a “ideologia do trabalho”; 2) a defesa de um projeto de família para os segmentos mais pobres da população e 3) adoção de uma racionalidade eugênica na compreensão da realidade social (Oliveira, 2019, p. 254).

Os rebatimentos desse cenário na formação em Serviço Social das pioneiras do Instituto Social são perceptíveis na organização curricular – conforme demonstramos, mas também em outras esferas. O documento comemorativo de 10 anos do Instituto Social (1947) demonstra os campos de estágio das alunas e espaços-sócio-ocupacionais das profissionais ali formadas:

Tabela 6: Campos de estágio das pioneiras do Instituto Social

Campos de estágio	Tipo de Serviço Social
CIA. Cerâmica Brasileira	SS. Na indústria e SS. de família.
Fábrica Nacional de Máscaras	SS. de família
Associação Lar Proletário	SS. de família
Associação das Senhoras Brasileiras	SS. junto às comerciárias - restaurante popular
Instituto de Cardiologia	SS. médico
Maternidade-Escola	SS. médico
Policlínica de Botafogo	SS. médico
Vila dos Comerciários – Olaria	SS. de família
Cia. Petropolitana	SS. na indústria e SS. de família

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Há nessa relação alguns elementos que gostaríamos de destacar em primeiro plano, os quais coadunam com a pesquisa de Oliveira. Todos os campos de estágio se relacionam com a família, com o trabalho e com a medicina. O que demonstra o quanto esses componentes estiveram articulados quando o assunto era controle, mas sobretudo revela o quanto o Serviço Social esteve, em sua gênese, fortemente articulado com as demandas do projeto de nação vigente.

O documento também revela que, a partir de 1939, algumas alunas já atuavam como assistentes sociais e identifica alguns dos espaços sócio-ocupacionais (anexo nº2)<sup>78</sup> e as pioneiras que neles atuaram, informando também o período. Nota-se que, entre as 61 instituições listadas, 9 eram destinadas exclusivamente ao atendimento dos “menores”. Além

<sup>78</sup> Registramos uma adaptação das informações contidas no documento no anexo nº 2. As siglas citadas não são explicitadas no original, o que não nos permite ter certeza de todos os campos de trabalho mencionados e listados.

dessas, foi possível observar que pelo menos 15 tinham como público-alvo os trabalhadores e seus familiares<sup>79</sup>.

Ademais, há que se destacar uma subdivisão específica dentro da profissão que à época fora chamada de “Serviço Social médico”. A influência da medicina na profissão, especialmente da medicina social, conforme observamos nos currículos, foi transposta para um outro nível de importância, além das salas de aula. Ela estava nas apreensões das profissionais e aparecia também como uma linha de atuação, que orientaria o exercício profissional.

Dentre os campos de estágio listados, dos três que são guiados pelo “Serviço Social médico”, conseguimos identificar que pelo menos dois são destinados ao tratamento direto com a infância, são eles: a Maternidade-Escola e a Policlínica de Botafogo<sup>80</sup>. Essa ligação pode ser explicada pela ênfase oferecida na gênese da profissão ao “problema da infância”, como identificou Pinheiro (1985a).

Ao tratar de tal “problema”, essa pioneira também estabelece algumas medidas para a proteção da infância e da maternidade. Nesse tópico, define que o amparo médico-social foi fundamental para proteger a infância, o que pode ser percebido a partir de novas instituições – consultórios pré-natais, de higiene infantil e institutos de puericultura. No entanto, a autora define que também são necessárias: “(...) as medidas educativas domiciliares, para difundir os princípios da eugenia e da puericultura; só assim a natimortalidade, a mortalidade infantil e as causas que influem maleficamente na formação somático-psíquica das crianças seriam reduzidas” (Pinheiro, 1939; 1985a, p. 32).

Há mais uma vez o indício de uma relação de parceria entre o Serviço Social, em sua origem, e a medicina social para o controle da classe trabalhadora – sobretudo da infância. A difusão da higiene e da eugenia pela profissão na atuação com a infância ficam evidentes nessa citação e simbolizam uma preocupação que se justificava a partir da defesa da vida desses sujeitos, e que se estenderia a todo percurso do desenvolvimento físico e psicológico da criança. Desse modo é que se defendia uma intervenção eugênica com as famílias, para que elas próprias, no cotidiano, pudessem transmitir esse modelo de educação que formaria mais que um adulto saudável, mas o “homem novo”.

---

<sup>79</sup> Destacamos em azul as instituições que compreendemos como aquelas voltadas diretamente ao público infantojuvenil. Em verde aquelas conhecidamente destinadas a atuação com a classe trabalhadora/ operária.

<sup>80</sup> Ao discutir sobre a origem da Policlínica das crianças, Bárbara Damasco da Silva (2015), identifica outras instituições que surgem em finais do século XIX e início do XX, voltadas ao tratamento do “problema da infância. Dentre elas, a Policlínica de Botafogo. Ver: A policlínica das crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: Filantropia e saúde (2015).

Segundo Oliveira (2019), essa racionalidade eugênica da qual o Serviço Social fez parte constituiu uma espécie de associação entre alguns grupos, como médicos sanitaristas e higienistas e até líderes católicos. O que os unia era a defesa de uma mesma interpretação social, baseada nos fenótipos, que justificava o lugar de cada classe na estrutura societária. O autor define que os grupos que compuseram a racionalidade eugênica enxergavam no Serviço Social uma profissão parceira para alcançar seus objetivos (Oliveira, 2019, p.255).

Essa interpretação, guiada por fenótipos e atravessada pela eugenia, pode ser percebida no discurso das pioneiras:

Hoje, a escravatura está abolida. Os cinquenta anos de liberdade foram, contudo, insuficientes para destruir a mentalidade errônea que se formou. Filhos e netos de escravos trazem consigo consequências das taras paternas, dos vícios de educação, do esquecimento de seus direitos humanos. Julgam que podem mudar de companheira, de acordo com seus instintos e conveniências. Habitados a vida de promiscuidade, de abandono dos filhos, destes desfazem-se facilmente e não cumprem com seus deveres de pais. São muitas vezes, revoltados contra os ricos e, daí, a rebeldia, o julgarem desonroso o serviço doméstico, o procurarem se igualar com os patrões etc. (Pinto, 1944, p. 8-9).

Os escritos expõem a incompatibilidade entre os hábitos, costumes e culturas da população negra e os brancos das elites. Demonstram ainda, a forma como tais diferenças eram concebidas pelo Serviço Social: vícios de educação, taras hereditárias, maus hábitos, desajustamentos etc.

Independentemente do adjetivo utilizado, percebia-se a atribuição de características negativas aos povos negros, as quais supostamente seriam passadas de geração em geração. Tal concepção nos leva a perceber a adoção dos padrões eugenistas na apreensão das pioneiras, além de reafirmar o compromisso de sua atuação com as demandas das elites dirigentes. Se verifica também uma preocupação com a revolta que poderia surgir em meio aos descendentes da população negra.

O Serviço Social absorve os conceitos que predominavam no imaginário social da época, oriundos de preocupações mais amplas com a manutenção da ordem, ameaçada justamente pelas lutas sociais da classe trabalhadora. Identificamos, no capítulo anterior, como as ciências higienistas e eugenistas foram utilizadas para salvaguardar as decisões excludentes do Estado. Os reflexos dessa estrutura no discurso profissional são nítidos:

A circunstância dos filhos nascerem de uma família, incapazes de se bastarem a si mesmos nos primeiros anos, tem uma razão de ser: é justamente para que ele receba a influência educativa da família. 'A infância é um período de plasticidade, eminentemente favorável ao desenvolvimento das funções físicas e mentais, período que serve para o desenvolvimento das aptidões que o adulto

mais tarde terá necessidade' (John Fiske). No meio popular essa plasticidade não só aproveita à pedagogia condicionada pelas necessidades, pelos interesses da vida social, mas apresenta um grande perigo para a criança, tão sujeita às influências perniciosas (Souza, 1944, p.49).

Aqui fica evidente a forma como aquela sociedade olhava para a infância: objetos mais facilmente adaptáveis e, portanto, controláveis. Havia a necessidade de exercer esse domínio para conter as revoltas que pudessem trazer algum tipo de transformação social. A “plasticidade” da criança precisava ser apropriada pela moral dominante – tarefa com a qual o Serviço Social contribuiria ativamente. Caso contrário, essa “plasticidade” poderia dar lugar a ideais transgressores. O que para aquela classe representava um risco.

Dessa forma, tal associação aparece no discurso das pioneiras em relação à infância, das duas formas citadas por Rizzini (1997): o futuro da nação, caso recebesse a devida educação, ou uma ameaça, como a infância perigosa ou em perigo. Aquela que, em razão da sua classe, representaria um risco. É possível observar outras percepções que convergem na mesma direção: “Lares indigentes – onde falta tudo, o lar miserável onde não há recursos, por motivos variados, para suprir as necessidades mais elementares da vida; os filhos se dispersam na vagabundagem das ruas, entregando-se à mendicância e até mesmo à criminalidade.” (Souza, 1944, p.70).

Desse ponto de vista, a pobreza por si só já representava um risco. Ao examinar a influência das favelas na formação moral da criança, Albano (1940) conclui que:

As escolas públicas são escassas, mas não faltam as escolas de samba estas até subvencionadas pelos poderes públicos!... - Às quais não falta numerosa e assídua frequência. Como podem essas hordas ter noção de moralidade, si ninguém as educa ou moraliza? Como podem tornar-se bons cidadãos, si ninguém lhes explica o que é civismo? Como podem essas crianças chegar a ser homens de bem, trabalhadores, cumpridoras de seus deveres, si tudo conspira contra a moral, si todos lhes dão o exemplo da vagabundagem, da "bôa vida", da busca do baixo prazer? Lá o malandro é cantado como um herói, uma figura notável digna de ser imitada. As crianças criadas nesse meio antissocial e imoral é que vão formar a classe menos favorecida do futuro. **É fácil imaginar-se o que serão os indivíduos educados na escola do samba, da bebida, do jogo e do crime** (Albano, 1940, p.342, grifos nossos).

As expressões de vida e existência oriundas das classes populares eram criminalizadas. Os ambientes em que viviam, tidos como imorais. Nesse discurso, a única possível solução para a criança criada em meio “antissocial” seria a educação – católica, moralizante e formadora de trabalhadores. Esse caminho traria para os povos “atrasados” a modernidade, o civismo, a boa moral ou a moral do trabalho nos moldes capitalistas. Pois, formaria sujeitos conscientes do seu papel na sociedade e, principalmente, do seu lugar.

Esse trabalho que era referência de moral, era o pilar para a construção da figura ideal do trabalhador urbano. Segundo os estudos de Oliveira (2019), é no pós-1930 que o Estado se empenha em disseminar a lógica do trabalho assalariado de tal forma que se cria uma ética do trabalho, totalmente vinculada aos interesses da burguesia, do Estado e da Igreja.

Assim, era instaurado um ideário, do “cidadão trabalhador-fixo”, que garantia um certo tipo de *status* e reconhecimento aos sujeitos. O trabalho ganhava uma legitimidade tamanha que, os próprios trabalhadores se encarregariam de buscar adequação ao trabalho assalariado (Oliveira, 2019, p.219).

O Serviço Social deveria ser mais um agente na operacionalização desse projeto. Esse modelo também criava a figura antagônica ao projeto do trabalhador ideal, que seriam aqueles sujeitos que não pensavam, se comportavam ou tampouco moravam da forma e nos lugares pretendidos pela moral católica e burguesa. O que poderia ser visto como impróprio, imoral, criminoso, vicioso ou um exemplo de vagabundagem a não ser seguido.

Na pesquisa de Vieira (2012), sobre o trabalho das visitadoras sociais na Cia Nova América, situada no Rio de Janeiro, a autora expõe como as vilas operárias foram instrumentos de controle fundamentais, na tentativa de instauração de um modo de ser e pensar para a classe trabalhadora. Oliveira (2019) estabelece que, desde finais do século XIX, a instalação das vilas operárias já era uma estratégia eficaz de propagação de um domínio mais íntimo da vida dos trabalhadores, que excederia o espaço da fábrica.

Vieira (2012) indica que o controle instituído aos trabalhadores pelas visitadoras também o era para seus familiares e especialmente para as crianças. As vilas operárias traziam a possibilidade de adentrar o espaço doméstico com mais facilidade, permitindo que as visitadoras acompanhassem, desde o nascimento, as crianças filhas dos operários.

Nesse sentido, prevalecia uma preocupação com a preservação da vida dessas crianças, que podia ser notada nos discursos sobre mortalidade infantil, mas também na defesa do “aprimoramento” dessa vida e desenvolvimento da força de trabalho (Vieira, 2012, p.161). O que tinha fundamentação na eugenia, a partir do pressuposto de que a internalização dessa moralidade e comportamento pelos trabalhadores também guiaria o país a modernização e ao melhoramento racial.

Conforme determinamos, a adesão pelos cientistas brasileiros às ciências eugenistas e higienistas era, naquele momento, uma ferramenta capaz de legitimar e subsidiar teoricamente as ações de repressão às manifestações sociais e culturais das classes mais empobrecidas. Nesse sentido, a medicina social passa a ter destaque nas iniciativas de repressão à infância que compunha esse grupo. Isso porque, de acordo com Vieira (2012):

No bojo da discussão sobre os pobres e o que eles representavam para a nação, destacava-se a discussão concernente à população infantojuvenil. Pelo potencial que representava como mão de obra, desde que controlada e direcionada para os interesses de uma sociedade capitalista. Além disso, o interesse em que, uma vez disciplinada e treinada, seria a mola mestra os braços do progresso da nação. tendo em vista outros grupos que compunham as camadas populares adultos e idosos no máximo, poderiam ser controlados e disciplinados, mas jamais ‘transformados’ no trabalhador que toda nação ‘civilizada’ e em progresso requeria (Vieira, 2012, p. 164).

Era esse potencial de transformação que tornava aquela infância tão preciosa aos interesses das classes dirigentes. O mesmo potencial que representava uma esperança, também era visto como perigoso quando destoava do ideário de cidadão e de nação pensados para um país moderno. Essa divergência era tão grave aos olhos das classes dirigentes que era tratada como uma transgressão. Transgressão essa que, se não reparada a tempo, poderia influenciar outros sujeitos a destoar dos padrões de moral, religião e obediência ao trabalho exigidos. Essa preocupação é constantemente expressa nas legislações, discursos e até mesmo nos escritos das pioneiras. Fato que faria ruir as estruturas daquele modelo de sociedade.

São apresentados outros elementos que irromperam como ferramentas de adequação dos filhos da classe trabalhadora, travestidos de práticas de proteção à infância. Além das vilas operárias, a autora menciona práticas como o Laboratório de Biologia Infantil, os inquéritos sociais aplicados pelas primeiras assistentes sociais e, até mesmo, o primeiro curso de Serviço Social para a infância do Rio de Janeiro, com a primeira turma formada em 1938<sup>81</sup>.

Desse modo, mais uma vez, o Serviço Social aparece como uma profissão utilizada na disseminação da disciplina e da moral burguesa diante da infância. Prática também conceituada por Vieira como “tarefa de instituições e profissionais de higiene e puericultura, a quem caberia o contato com as famílias, a popularização do saber e a difusão social dos padrões da saúde” (Vieira, 2012, p.166).

Em vista disso, podemos compreender que houve um empenho em criar também um modelo de assistente social ideal, de trabalhadores da assistência de um modo mais amplo, adaptados para intervir sobre as demandas da classe trabalhadora, negra e/ou indígena, sobre a infância desses grupos, de forma a garantir que perpetuassem uma racionalidade eugênica, higiênica, que formaria trabalhadores dóceis e submissos. De tal maneira que os elementos:

---

<sup>81</sup> Em 1936 foi fundado pelo Laboratório de Biologia Infantil em parceria com o Juizado de Menores, o primeiro curso de Serviço Social para a infância. A primeira turma forma-se em 1938. No mesmo ano, Maria Esolina Pinheiro, aluna do primeiro Curso, sugere a criação de um curso intensivo, para dar conta da demanda de assistentes sociais no LBI e no Juizado. Assim é inaugurada, em 1938 a Escola de Serviço Social S.O.S. Ver em: Serviço Social: uma interpretação do pioneirismo profissional (Pinheiro, 1985b).

proteção à infância, higiene e eugenia estiveram presentes desde o primeiro momento em que se pensou em organizar um curso de Serviço Social no Rio de Janeiro.

Assim é que os esforços para disseminação da lógica do controle permeada pela higiene, que estava na constituição das vilas operárias e nas instituições de proteção à infância, também podiam ser observados no discurso das pioneiras, a partir do enfoque nas condições de habitação e moradia:

PROBLEMA HIGIENICO - Ha grande mortandade e mortalidade infantil no nosso meio popular e muitas das crianças que conseguem viver são doentes, fracas, ou predispostas a enfermidades graves. A transmissão de moléstias é fácil devido à falta de moral, de educação e de instrução. A péssima habitação, o salário escasso, a alimentação pobre, insuficiente qualitativa e quantitativamente, abrem outras portas à penetração da moléstia. Ha uma grande percentagem de moléstias sociais. A Tuberculose no meio pobre da Gavea, por exemplo, é um dos principais problemas. Essas moléstias propagam-se facilmente porque: falta as famílias dos enfermos conhecimento de como evitar o contágio, da necessidade de recorrerem ao médico no início e de prevenir o mal (Pinto, 1944, p. 14).

Predomina no texto um olhar de superioridade da pioneira em relação aos grupos atendidos pelo Serviço Social, como no exemplo do “meio pobre da Gávea”. Há uma associação entre pobreza e ignorância; pobreza e imoralidade. Essas supostas características das classes mais empobrecidas, ofereciam um risco para a infância que crescia naquele meio, que tanto poderia ser acometida por alguma doença ou ser afetada pelo “mal” que crescia nas habitações e costumes anti-higiênicos daqueles sujeitos.

Havia uma nítida associação entre doença e contágio e as condições sociais nas quais o trabalhador estava inserido. Então, se esse recebia pouco, não morava em condições ditas adequadas, se alimentava mal ou se não tivesse o nível de instrução propagado nos meios institucionais da época, estaria mais predisposto a contrair moléstias sociais ou a morte. Essa preocupação com a saúde dos trabalhadores, e sobretudo de suas crianças, também foi produtora de estigmas e estereótipos.

Mais uma vez, a questão da habitação aparece como componente primordial na execução do projeto de sociedade do pós-30, guiado pelo culto ao trabalho e pela construção de estigmas em torno das classes pobres. O que buscava impor a essas uma inserção no trabalho assalariado, sob as condições estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Isso pode ser observado no seguinte trecho:

As habitações das favelas são feitas de material aproveitado de demolições ou retirado do lixo, madeiras velhas, tijolos, pedras, caixotes, latas vazias etc. O ambiente é infecto, pois não existem instalações sanitárias. A água é carregada em latas e outras vasilhas, do pé do morro para o alto, trabalho penoso, que é feito pelas mulheres e crianças. O sol abrasador, os porcos e as enxurradas fazem o duplo papel de esgotos e coletores de lixo. Porém, as maiores vítimas das favelas são as crianças. Estas ficam inteiramente abandonadas, ou amarradas ao pé de uma mesa ou trancadas

em um quarto infecto e escuro, outras entregues às criadeiras. É triste o futuro desses pobrezinhos, que não deixam de ser órfãos abandonados. As crianças maiores das favelas vagam ao acaso, iniciando-se, desde cedo, na escola da vagabundagem e do crime. Assim vivem esses párias à margem da sociedade, acampados dentro da cidade, mas longe da civilização, sem conforto, sem higiene, sem instrução e sem moral. Mulheres sem maridos, famílias sem lar, crianças sem meninice, irremediavelmente condenados a arrastar os seus dias miseráveis, inúteis, nocivos, sempre à espera de quem lhes proporcione uma existência digna e útil à Pátria (Albano, 1940, p. 340-341).

Embora a pioneira reconheça a profunda desigualdade que acomete os moradores da favela, afetando as condições de moradia e penalizando os residentes à um trabalho árduo, não há uma crítica mais ampla à estrutura social que expôs essa população a essas condições. Nesse caso, é como se os moradores das favelas – mesmo as crianças, como ela enfatiza – escolhessem viver nessas condições. Nota-se um tom de culpabilização direcionado aos que vivem “acampados dentro da cidade”. Tal organização era taxada como um fator de risco, de pré-disposição ao crime e à vagabundagem.

Albano (1940) demonstra uma preocupação com as crianças, partindo da compreensão de que elas seriam as maiores prejudicadas pelo ambiente hostil das favelas. A autora compara a criança crescida nesse ambiente com a criança abandonada, o que nos leva a encontrar novas definições de “menor abandonado”, para além das disposições do art. 126 do Código de Menores, previamente citadas. As compreensões contidas no imaginário social e percebidas na escrita da pioneira se vinculam mais uma vez com características da população pobre, preta e parda residente das favelas<sup>82</sup> do então Distrito Federal.

Tal associação é parte de uma série de dispositivos que vinculam o Serviço Social à proteção à infância a partir de uma lógica higienista (expressa principalmente na correlação com a medicina social) e eugenista, para salvaguardar os filhos da classe trabalhadora de qualquer outra racionalidade e modo de vida que não fossem adequadas ao mundo do trabalho. Ou nas palavras de Albano, “lhes proporcionar uma existência útil à pátria”. Essa associação entre Serviço Social e higiene social na assistência à infância aparece em outros discursos:

Não é demais frisar esse inconveniente porque os problemas de ordem educacional moral, que surgem dessa promiscuidade, são inúmeros. Nós o temos sentido. Nas famílias em que os membros vivem como que amontoados uns sobre os outros, não havendo possibilidade de desfrutarem os mais velhos de relativo conforto, com facilidade as crianças adquirem nessa promiscuidade diuturna, maus hábitos, noções erradas, conceitos deformados. (Mavignier, 1948, p. 9).

---

<sup>82</sup> Andreilino Campos (2010) entende que é possível compreender a favela como uma transmutação do espaço dos quilombos. A partir da apreensão que na mesma medida em que os quilombos representavam uma ameaça ao Império, as favelas passam a representar uma ameaça a organização republicana, constituindo parte das “classes perigosas” (Campos, 2010, p.63-64).

Aqui, a ausência da higiene aparece como um fator determinante para o surgimento da promiscuidade e maus hábitos entre as crianças das classes mais empobrecidas. Predomina um discurso que responsabiliza as famílias e crianças pelas condições em que se encontram. Trata-se de uma característica própria da profissão naquele período, marcada por uma adesão considerável à abordagem do Serviço Social de casos individuais.

O controle sob as habitações era uma forma de a assistente social se inserir diretamente na rotina dos operários e trabalhadores de um modo mais amplo, exercendo o controle em todas as esferas da vida, introduzindo hábitos e vigiando de perto, para que nenhum deles se desviasse dos padrões de conduta impostos. Essa vigilância diuturna permitiria que as profissionais pudessem observar quaisquer transgressões, e, quando não se definia com transparência e objetividade o que poderia ser compreendido como “maus-hábitos, conceitos deformados etc.”, atribuía-se a essas famílias e suas crianças o rótulo de anti-higiênicas, imorais ou perigosas, que só poderiam ser salvas pela intervenção e educação proporcionadas pelo Serviço Social.

A ênfase do Serviço Social, demais categorias assistenciais e do próprio Estado nas práticas de proteção à infância vinha dessa concepção de que seria possível torná-la uma força de trabalho adaptada e disciplinada seja à ética do trabalho ou aos padrões eugenistas e higienistas. Elementos que, juntos, seriam capazes de formar uma nova raça de brasileiros, aquela que faria o Brasil alcançar o progresso.

Assim, a pioneira nos diz:

Mas o homem, como qualquer classe de ser vivo, cultiva-se. A cultura implica cuidados desde o primeiro momento em que começa o ser a existir. **Falha, parcial, seria a atitude de quem considerasse o ser humano, para cultivá-lo, a partir da fase já adiantada de sua evolução.** Os erros iniciais comprometem toda a evolução futura. É preciso começar do princípio, e o início do homem é a criança. **Deixemos, pois, de lado as gerações que já passaram os 18 anos. Essas já estão comprometidas irremediavelmente.** Sem dúvida são merecedoras da nossa compreensão e porque não dizer, da nossa compaixão. Compreendemos, porém, que o “déficit” que as assobberba é difícil, para não dizer impossível, de ser coberto, porque é a impossibilidade constituída, de desenvolverem-se na plenitude das realidades humanas (Aragão, p. 71, 1941, grifos nossos).

A criança aparece como um ser a cultivar. Isso poderia ser feito desde o primeiro momento de sua existência, mas, caso não acontecesse, não poderia ser salva após a vida adulta. Trata-se a classe trabalhadora como um objeto de manipulação, que quando adulta é útil como força de trabalho. No entanto, quando os sujeitos apresentavam uma cultura e ideais mais consolidados, será vista apenas como digna de compaixão. Os filhos desses sujeitos, porém, são uma futura

força de trabalho a ser moldada para cumprir expectativas sociais, religiosas e morais de um padrão de sociedade.

Por conseguinte, percebe-se que, na gênese do Serviço Social no Rio de Janeiro, a profissão participou diretamente do controle das infâncias pobres, pretas e pardas, bem como integrou os discursos que criminalizavam esses sujeitos em razão de sua origem racial e social. Esse exercício profissional direcionado à população infantojuvenil, com a defesa dos interesses das classes dirigentes muito bem demarcados, esteve apoiado nas teorias científicas que tinham grande destaque no período, como a eugenia e a higiene social.

Essas ciências constituíram parte da formação das assistentes sociais pioneiras formadas no Instituto Social do Rio de Janeiro, desde os currículos até as linhas de atuação, organização dos campos de estágio e espaços sócio-ocupacionais. Assim, no diálogo delas com a “clientela” estiveram presentes, conforme apresentamos no decorrer da pesquisa. Desse modo, se constituía uma relação de interdependência que fazia das assistentes sociais trabalhadoras úteis ao modo de produção capitalista, na medida em que contribuía para a operacionalização do controle e subordinação da classe trabalhadora desde a infância. Atuando com o intuito de formar novos trabalhadores úteis e dóceis ao trabalho assalariado, tarefa que era considerada mais fácil de ser realizada com as crianças.

## 7. Considerações finais

A fim de investigar a influência das correntes teóricas vigentes no contexto sócio-histórico brasileiro, no momento de profissionalização do Serviço Social, que possam ter contribuído para a criminalização da infância atendida por assistentes sociais, entre 1937 e 1950, bem como as apreensões das pioneiras formadas no Rio de Janeiro sobre esse público, é que elaboramos esta dissertação.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica documental nos Trabalhos de Conclusão de Curso das pioneiras, formadas no Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro neste período, para identificarmos as apreensões sobre a população infantojuvenil nos escritos das primeiras assistentes sociais fluminenses. Além disso, também foram analisados documentos institucionais, legislações e produções bibliográficas do mesmo período, que versassem sobre a profissionalização do Serviço Social e compreensões de infância no interior da sociedade brasileira.

No âmbito da gênese do Serviço Social, a pesquisa identificou como a profissão esteve, desde a formação inicial no Brasil e em outros países, articulada às demandas das classes dirigentes e apresentando uma preocupação particular com o grupo infantojuvenil. Sempre vinculada com os momentos de aprofundamento das expressões da questão social, surgiu como uma resposta aos movimentos sociais, organizada pela Igreja, Estado e classes dominantes. Tratava-se de um controle sistemático, que ultrapassaria o ambiente do trabalho.

No Brasil, situamos a primeira manifestação oficial de Serviço Social em São Paulo, no início da década de 1930, com influência franco-belga. A pesquisa demonstrou que naquele momento, já estavam presentes no currículo as influências higienistas. Com o Rio de Janeiro, cenário da pesquisa, não foi diferente, já que a influência europeia permeou a primeira década da profissão. Predominavam os discursos em prol da normatização da classe trabalhadora, e da infância dessa classe. O que culminou no primeiro curso de Serviço Social para a infância no Rio de Janeiro, organizado por representantes do Juizado de Menores e Laboratório de Biologia Infantil.

Nesse contexto, a pesquisa apontou para as contribuições iniciais do Serviço Social organizado no Rio de Janeiro, com as iniciativas de controle das infâncias pobres e negras. A partir da fundação da primeira escola de Serviço Social da capital federal, isto é, o Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro, nos deparamos com uma profissão nitidamente voltada ao “reajustamento” da classe trabalhadora e seus filhos.

Apareciam assim, na formação da escola e conseqüentemente das profissionais, as noções de higiene social, medicina social e eugenia que baseavam as proposições em torno da construção desse novo modelo de cidadão. Dessa forma, a ênfase no trabalho social com os chamados “menores”, aparecia como uma necessidade na busca pela salvação da nação. Além das movimentações nacionais e europeias que convergem para esse cenário, demonstramos que a partir da década de 1940, a influência estadunidense torna-se mais presente no interior do Serviço Social e nessa vertente, a infância associada ao conceito de delinquência, aparecia como preocupação central.

O Serviço Social brasileiro foi orientado a partir dos discursos moralizantes vigentes, de salvação pelo trabalho. A atividade laboral esteve vinculada não apenas ao ideal de salvação, mas também de prosperidade e virtude. Era uma profissão que se formava com a preocupação de construir esse homem novo, exigido pelas elites e pela ditadura estadonovista. O Serviço Social utilizou desses recursos morais para desenvolver a atuação. Isso porque as influências vigentes no cenário de institucionalização da profissão, se encontravam presentes nos currículos das primeiras escolas e conseqüentemente, também o estariam no exercício profissional das pioneiras do Rio de Janeiro.

Observamos que a origem do Serviço Social a partir do ideário de “reajustamento”, proporcionou um diálogo muito próximo dessa formação com as ciências eugenistas e higienistas vigentes. O que influenciava também na apreensão dessas profissionais a respeito da infância atendida. Por meio dos trabalhos de conclusão de curso e outras obras de pioneiras analisadas para essa pesquisa, notamos uma contribuição ativa da profissão em sua gênese, para a patologização dos hábitos e costumes da criança pobre, bem como para sua criminalização.

Ao longo da dissertação, buscamos contextualizar a nossa compreensão acerca da questão social, ao demarcarmos as particularidades que incidem sob esse fenômeno no Brasil. Para a nossa análise, pensar tal fenômeno foi primordial, porque são os conflitos entre capital e trabalho que culminam na demanda pelo Serviço Social como profissão. Sobretudo para a atuação com a infância, que demonstramos ao longo da pesquisa como uma parte fundamental na formação da profissão em sua gênese.

Desse modo, foi necessário situar historicamente as conexões entre infância e questão social. O que suscitou apreensões relevantes a respeito das violências infligidas à população infantojuvenil desde a formação do território brasileiro, a princípio com a infância indígena e negra. Todavia, pontuamos a participação do grupo de crianças e adolescentes negros, indígenas e pobres que foram violentados e oprimidos no decorrer dessa história, para a promoção e construção de resistências frente aquele modelo de sociedade. Para contextualizar nossa análise,

buscamos discutir alguns dos principais fatores que proporcionaram condições de surgimento da questão social. Fato, que defendemos ter ocorrido a partir do Segundo Reinado.

Traçamos esse percurso, demarcando as transformações impostas pelo capital nas relações sociais e produtivas, as quais impactaram na forma estigmatizada de perceber as infâncias pobres e negras. Rotulando-as como perigosas ou perigos em potencial que precisariam ser controlados, moldados e tratados. Nesse ínterim, a observação sobre as particularidades que influenciaram na conformação da questão social no Brasil, foi possível observar uma intrincada relação entre questão social e a questão racial, de modo que o desenvolvimento de uma não pode ser compreendido em sua totalidade, sem a outra.

Assim é que se formou um país marcado pelas desigualdades sociais e raciais, e ao mesmo tempo, por lutas sociais. Realidade que incidiu sobre o Rio de Janeiro, território de nossa análise, com grande força. Observamos tais padrões nas políticas institucionais, que mesmo quando propunham a modernização, pouco avançavam em termos de oportunizar melhores condições de vida e trabalho aos trabalhadores pobres e negros e aos seus filhos. O que nos permite reconhecer, o atravessamento da violência nas respostas oferecidas pelo Estado brasileiro às expressões da questão social.

Ainda no decorrer da análise com foco sobre a Primeira República, observamos um Estado absolutamente atuante para a propagação da cultura do trabalho, que foi elemento impulsionador do crescimento econômico do país e consequente ampliação da participação do Brasil no mercado capitalista internacional. A pesquisa revelou como a cultura do trabalho incidiu de forma violenta sobre as vidas infantojuvenis pobres e negras, na medida em que buscou silenciar as suas mais variadas formas de expressão, bem como retirar as possibilidades de vivência dessa fase da vida.

Partia-se do princípio de que esses sujeitos seriam mais facilmente adaptáveis e propensos à docilização, que era exigida por aquele novo modelo de sociedade. Dessa forma, seria possível construir uma nova geração, uma “nova raça” de brasileiros: trabalhadores subordinados e dóceis ao modelo de sociabilidade e produção capitalista. O futuro da nação consistiria na produção desse novo sujeito, por isso a insistência no investimento na criança.

Crescia a preocupação com a necessidade de “reajustamento” populacional, que naquele momento entendia-se passar essencialmente pela infância. O indivíduo que oferecesse ou pudesse oferecer algum risco a essa organização, deveria ser reajustado para compor o modelo de cidadão ideal, útil à nação. Expusemos o quanto esse cenário proporcionou a criminalização da infância pobre e negra, a partir da criação e institucionalização de um padrão cultural, de

comportamento e vida, que era referenciado no norte europeu, de modo a adequar o país às expectativas econômicas e sociais dos países de capitalismo central.

A criação de um referencial idealizado de cidadão e por conseguinte de criança, proporcionou uma dualidade entre aqueles que supostamente se adequavam a esse modelo e aqueles que destoavam, com os seus costumes e hábitos amplamente difundidos entre a população pobre e negra, mas rejeitados entre as classes dirigentes.

Com essas medidas, o país adotava mais que um modelo populacional a ser criado e seguido; adotava um referencial do que não deveria ser preservado. Colocava-se em prática a criminalização da pobreza e da infância que compunha este grupo, a partir das noções de “classes perigosas” e “infância perigosa” ou “em perigo de o ser”.

Em um contexto de lutas e conflitos sociais, esses recursos mostraram-se ferramentas úteis às classes dirigentes para a manutenção do *status quo*. Além da criminalização de hábitos e costumes da classe trabalhadora e seus filhos, os quais contrastassem com a sociabilidade capitalista, havia ainda a patologização das características físicas e culturais desses sujeitos. O que foi possível a partir de uma maior adesão da psiquiatria às ciências eugenistas, e o espaço oportunizado pelas classes dirigentes para que houvesse o crescimento dessas ciências no interior do aparato estatal.

Demonstramos a partir de discursos, legislações e instituições que a criminalização e patologização das formas de viver a infância, produzidas no interior da classe trabalhadora, foram estratégias de controle muito utilizadas durante a Primeira República e posteriormente, na Era Vargas, para compor um modelo de país e cidadão ditos ideais e úteis. O que passava justamente pela lógica de salvar a nação a partir da salvação da criança.

No decorrer da análise, chamamos atenção especial para os eventos que estão localizados em finais da Primeira República e culminam no Governo Provisório comandado por Getúlio Vargas. Consideramos que esse momento histórico é marcado por transformações na organização sociopolítica e econômica, as quais exigem uma nova configuração política e consequentemente, respostas do Estado no trato das expressões da questão social, que se diferenciavam daquelas do período anterior, marcadas pela repressão e assistencialismo.

Assim é que, pensar a Era Vargas e particularmente o Estado Novo, foi necessário para não deslocar a emergência do Serviço Social e as particularidades do exercício profissional no Rio de Janeiro, da realidade sócio-histórica que esteve inserida. A profissão originou-se de uma demanda das classes dominantes para responder às expressões da questão social, da forma como o Governo Vargas se posicionava, isto é, a partir do binômio repressão/assistência.

Esse governo trazia uma postura reformista com o propósito de adotar as estratégias possíveis para adequar a sociedade e o país às exigências do mercado internacional. O que justificava os novos investimentos em políticas assistenciais – onde o Serviço Social estava inserido. Mas esse posicionamento representava, ao mesmo tempo, a manutenção da violência na medida em que não havia interesse em ouvir as demandas da classe trabalhadora.

Demonstramos que essa atuação mais direta e diferenciada frente às expressões da questão social, deu origem a um Estado ainda mais operante com as respectivas expressões dessa mesma questão social. Expressões essas, que se relacionassem com a população infantojuvenil. Em geral, aquelas que se dialogavam com as manifestações da pobreza e desigualdades sociais e raciais presentes nas famílias, os hábitos que contrariavam as expectativas de trabalho e trabalhador exigidas pelo avanço do capital naquele momento e que expressavam insatisfações ou um potencial para a transformação social.

Erguia-se naquele momento um sistema nacional para esse grupo populacional, com a participação de entes públicos e privados. As iniciativas de assistência à infância eram marcadamente atravessadas pela perspectiva de controle, institucionalização e preparo para o mundo do trabalho. Nesse momento, a profissionalização do Serviço Social se mostrou fundamental, uma vez que, haveria profissionais com conhecimento técnico especializado para operacionalizar nos lares das crianças e instituições de atendimento a esse grupo, as normativas de comportamento vigentes.

Os subsídios para propagação das práticas de controle e docilização dos corpos infanto-juvenis, bem como das instituições, permaneciam centrados nas teorias raciais, com ênfase na higiene social e eugenia. Dentre as instituições apresentadas no decorrer desta pesquisa, chamamos atenção para o Juizado de Menores e Laboratório de Biologia Infantil, que foram os primeiros espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais do Rio de Janeiro. Posteriormente com a criação da primeira escola da então capital federal, o Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro, observamos a influência desse projeto de sociedade nos currículos, discursos e espaços sócio-ocupacionais em que atuaram as primeiras assistentes sociais.

Para analisar as possíveis correntes teóricas que contribuíram para a criminalização da infância atendida por assistentes sociais, no período de 1937 e 1950, e as apreensões das pioneiras formadas no Rio de Janeiro sobre esse público, dividimos a análise do material de pesquisa (trabalhos de conclusão de curso das pioneiras), em quatro diferentes aspectos.

O primeiro deles tratava sobre o papel do Serviço Social na visão das pioneiras. Identificamos que do momento da gênese da profissão, a visão das pioneiras sobre o exercício profissional ainda estava no lugar que lhe fora socialmente imposto: guiar a classe trabalhadora

e sobretudo os chamados “menores” nos caminhos da moral burguesa. A infância aparece com algum destaque porque seria o alvo dessa disciplinarização moral a ser aplicada pelo Serviço Social.

Em segundo lugar, abordamos as representações da infância atendida, nos discursos das primeiras assistentes sociais. Compreendemos que esse seria um marcador importante sobre o quanto as concepções acerca da infância da classe trabalhadora, presentes no imaginário social da época, influenciaram a compreensão das pioneiras sobre esse público.

O que a pesquisa evidenciou a partir da análise qualitativa dos trabalhos de conclusão de curso das pioneiras, foi que na atuação junto à infância, havia uma preocupação com esses sujeitos, dentro dos limites daquele modelo de sociabilidade. Ou seja, de um modo geral buscavam atuar com os filhos da classe trabalhadora com o objetivo de formá-las e educá-las pelo trabalho e para ele.

Defendemos que naquele momento, a atuação do Serviço Social junto à população infantojuvenil produziu um tipo de violência particular, porque era aquela que adentrava os lares das crianças, de modo a reorientar seus hábitos, costumes e cultura desde a infância para que não fossem uma “ameaça” para o futuro. Essa prática foi baseada nas concepções de cidadão e sociedade ideais que circundavam a Era Vargas, as quais buscavam atingir o “melhoramento populacional”.

Assim é que foi possível observar no discurso dessas profissionais o destaque para a categoria “menor”, e a correlação entre a condição de pobreza que esse grupo estava inserido, com supostas propensões ao crime e/ou anormalidade. Defendia-se então uma intervenção atuante junto às famílias pobres, entendendo-a como principal meio de recuperação da criança. A ênfase na família apareceu como um ponto central no trabalho social com os “menores”, na maior parte do material analisado.

O que nos levou ao terceiro item da análise, qual seja: as ações de orientação do Serviço Social para os “menores”. Os documentos indicam a prevalência dos discursos culpabilizadores, tanto em relação às famílias, como aos “menores” e as desigualdades sociais que os atingia. Ao mesmo tempo em que prevalecia nesses discursos, a associação dessas condições, com patologias e propensões ao crime. As chances de a infância oriunda das classes trabalhadoras ser bem recebida naquela sociedade, sem que fosse “reajustada”, eram quase nulas. Estrutura que contou com a participação direta do Serviço Social.

A base dessas ações foi solidificada pelos padrões eugenistas e higienistas. O que nos leva para o último item da análise. As preocupações que pairavam no imaginário social da época, acerca dos costumes e hábitos da classe trabalhadora e seus filhos, bem como o imperativo de

controle e disciplina, estiveram vinculadas a uma racionalidade eugênica. Quando o Serviço Social absorve essas mesmas preocupações e estratégias de controle, assimila também as ciências que as consolidaram.

O exercício profissional das primeiras assistentes sociais, foi uma ferramenta importante para influenciar no modelo de educação destinado às crianças da classe trabalhadora. O investimento nas práticas de controle e socialização da infância, se mostravam fundamentais para garantir a manutenção daquele modelo de sociabilidade. Observamos que a infância atendida pelas profissionais era percebida como o trabalhador do amanhã. Nesse sentido, quando adaptadas a lógica do trabalho, representavam a salvação e quando não se adaptasse a tais padrões, seriam consideradas ameaças em potencial. Suas particularidades e possibilidades de viver esse momento da vida, lhes eram roubadas.

Frequentemente aparecem nos discursos das profissionais, apreensões acerca dos modos de vida do povo pobre e negro. São criminalizadas as habitações, expressões culturais como o samba e a capoeira. Além disso percebemos o destaque da higiene no discurso daquelas profissionais, que associavam ao crime e patologias, os indivíduos e práticas que eram nas suas concepções anti-higiênicas.

A partir das associações entre pobreza e ignorância, pobreza e imoralidade, as profissionais centravam os esforços na manipulação da infância da classe trabalhadora, para adequá-la ao que consideravam ideal. Isto é, em sua gênese o Serviço Social contribuiu ativamente para a manutenção do *status quo*, especialmente a partir do exercício profissional com o grupo infantojuvenil.

O Serviço Social e as pioneiras sofreram influência do contexto sócio-histórico e político que estavam inseridas, absorvendo as compreensões de sociedade e moral vigentes naquele cenário. O que também foi observado no exercício profissional com a infância. Todavia identificamos que mesmo em meio a esse cenário, existiam ações e discursos, que pensavam a infância a partir de um outro lugar.

Destinavam para a infância da classe trabalhadora, um olhar mais humanizado e atento às desigualdades sociais e raciais que as atingia. Foi possível observar em alguns momentos discursos que associavam o trabalho infantil com formas de impor sofrimento ao grupo infantojuvenil. O que já era um avanço em uma sociedade que a máxima do trabalho era difundida com veemência.

Ademais, observamos que em dois dos trabalhos analisados não houve menção direta ou indireta as ciências eugenistas e higienistas, tampouco associação da infância pobre com a criminalidade. Esses mesmos trabalhos foram os que defenderam a permanência das crianças

junto ao seio familiar, adotando a colocação em família substituta como último recurso. Embora existam contradições nesses discursos, uma vez que a família também foi reconhecida como um elemento fundamental para exercer o controle, podemos sinalizar essas reflexões como mais um dos elementos positivos que incidiram na atuação das pioneiras, visto que esse discurso

## 8. Referências Bibliográficas

**A FALTA de assistência à infância desvalida: cenas noturnas do Rio.** *A Voz do Povo*, Rio de Janeiro, n. 8, Coluna Quadros do Tempo, 13 fev. 1920. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=720003&pagfis=21>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ABEPSS. **Temporalis**, ano 2, n. 3, janeiro a junho de 2001, Brasília: ABEPSS, 2001.

ALBANO, Maria Josephina Rabelo. **Proteção à infância abandonada e delinquente no Brasil, 1940.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Obtenção do título de assistente social). Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1940.

ARAGÃO, Maria Luiza M. **Menor e Serviço Social**, Trabalho de Conclusão de Curso. (Obtenção do título de assistente social). Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1940.

AZEVEDO, Luana S. de; SANTOS, Thamires C. M. dos. **A herança escravocrata e o controle do modo de vida dos trabalhadores.** In: CARVALHO, Clarice C (coord). Projeto de Ensino. UFF/Serviço Social. Rio das Ostras, 2019.

BACKX, Sheila de Souza. **Trabalho, família e sociabilidade dos trabalhadores urbanos: reexaminando a história do Serviço Social.** Rio de Janeiro, 1993. (Dissertação). Mestrado em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

BARBOSA, Rui. **A Questão social e Política no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisa Social, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2011.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, higienizar e regenerar: uma história da eugenia no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BRASIL, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. **Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.** Rio de Janeiro: Presidência da República, 1871. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).** Código de Ética do/a Assistente Social. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1937).** Promulgada em 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, Distrito Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1891. **Estabelece providencias para regularisar o trabalho dos menores empregados nas fabricas da Capital Federal.** Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 16.272, de 20 de dezembro de 1923. **Aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927. **Dispõe sobre o Código de Menores de 1927.** Coleção de Leis do Brasil -31/12/1927, Página 476 (Publicação Original). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm). Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Decreto n° 847, de 11 de outubro de 1890. **Promulga o Código Penal**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1890. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm). Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 947, de 29 de dezembro de 1902. **Reforma o serviço policial no Distrito Federal**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 1902. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-publicacaooriginal-107022-pl.html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Justiça. Aviso n.º 6, de 26 de março de 1892. **Como se deve proceder quanto aos menores vagabundos**. Rio de Janeiro: 2ª Secção, 1892. Disponível em: [https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fl1d4ea922c4d711ecbe6e5141d3afd01c/AVISO%206\\_26\\_MAR\\_1892.pdf](https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fl1d4ea922c4d711ecbe6e5141d3afd01c/AVISO%206_26_MAR_1892.pdf). Acesso em 10 jun. 2024.

BRASIL. **Parecer n.º 104**, de 1896. Disponível em: [https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fl1d4ea920c4d711ecbe6e5141d3afd01c/PARECER%20104\\_1896.pdf](https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fl1d4ea920c4d711ecbe6e5141d3afd01c/PARECER%20104_1896.pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

BURLEY, Paul R. *File:Santa Casa de Misericórdia Salvador Bahia Roda Dos Expostos 2019-0517.jpg*. Wikimedia Commons. 2019. Acesso em: 05 nov. 2024.

CAMINHA, Mônica Cruz. **Abrigo do Cristo Redentor: Estado e Assistência Social no Primeiro Governo Vargas (1936-1945)**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20061>. Acesso em: 19 abr. 2024.

CAMPOS, Andreino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese. (Doutorado em filosofia da educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em 30 jan. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e República que não foi.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica na gênese da Questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372/24507>. Acesso em: 06 nov. 2024.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; LIMA, Ricardo. **Estado, acumulação capitalista e “Questão social”: da acumulação primitiva ao novo imperialismo.** In: II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, 2, 2016, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/008.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2024.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Vinicius. Capitalismo dependente e as origens da Questão social no Rio de Janeiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo: Cortez, n. 137, p. 15-34, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/f45LPLk5cPpmMJKnwPZ6rQR/>. Acesso em: 06 nov. 2024.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: VV.AA. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos, Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-316.

CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista.** In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História da Criança no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2023.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica feminização da profissão. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal de Pernambuco, 2004. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9916/1/arquivo9102\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9916/1/arquivo9102_1.pdf). Acesso em 17 nov. 2023.

COELHO, Odenilia Barreto. **Serviço Social numa instituição de amparo à maternidade e à infância**, Trabalho de Conclusão de Curso. (Obtenção do título de assistente social). Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1950.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

COSTA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e resistência dos trabalhadores negros. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/16398/2/Tese%20-%20Gracyelle%20Costa%20Ferreira%20-%202020%20%e2%80%93%20Completa.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. **Intenção e gesto**: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2002.

ESPING-ANDERSEN, G.. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85–116, set. 1991.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (organizadoras). **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco (orgs.). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FILHO, Sidney Aguilar. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Campinas, 2011. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de

Campinas, Campinas, 2011. Disponível em:  
<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/807532>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FONTOURA, Amaral. **Introdução ao serviço social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Autora, 1959.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 13. ed. Porto Alegre: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOÉS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História da Criança no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2023.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta do povo em Renato Kehl**. São Paulo: Liber Ars, 2018.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs). **Estado Novo: Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUANABARA, Alcindo. **Sessão de 31 de outubro de 1906**. Discurso proferido na Câmara dos Deputados sobre a situação da infância moralmente abandonada e delinquente. Disponível em:  
[https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fl1d4ea91ec4d711ecbe6e5141d3afd01c/SESS\\_31\\_OUT\\_1906.pdf](https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/fl1d4ea91ec4d711ecbe6e5141d3afd01c/SESS_31_OUT_1906.pdf). Acesso em: 10. set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

INSTITUTO SOCIAL. **10. Aniversário do Instituto Social, 1 de julho, 1937-1947**. 1947. Rio de Janeiro. Documento institucional. Armazém: Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. Abandono de Crianças Negras no Rio de Janeiro. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História da Criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

LOPES, Ilda. **Introdução ao pensamento de Mary Richmond**: Construção do Diagnóstico Social. Rio de Janeiro, 1976. (Dissertação) Mestrado em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1976.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Faces femininas do conservadorismo**: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX. Teresina: Cancioneiro, 2023.

MARX, Karl. **A lei geral da acumulação capitalista**. *O capital: crítica da economia política*: livro 1. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2005. 966 p. v. 2. cap. 23, p. 715-823.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **O filho da escrava**. em torno da Lei do Ventre Livre. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 n. 16, p. 37-55. mar/1988 - ago/1988.

MAVIGNIER, Evangelina. **Serviço Social de família num conjunto residencial**, Trabalho de Conclusão de Curso. (Obtenção do título de assistente social). Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1948.

MILLS, Wright. Apêndice. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MINAYO, Maria Cecília Souza (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade, Petrópolis: Vozes, 2023.

MIOTO, Regina Célia; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MORAES, Maria de Lourdes Almeida. **Escola de Serviço Social – seus princípios e meios de realizar o seu fim**, 1943. Trabalho de Conclusão de Curso. (Obtenção do título de assistente social). Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1943.

MOURA, Clovis. Conclusões (p. 247- 253). **Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas**. 3ª edição. São Paulo, Libraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História da Criança no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2023.

NASCIMENTO, Maria de Lourdes Vale. **Infância Agonizante**. Quilombo. 1949.

NETTO, José Paulo; Braz, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NUÑEZ, Geni Aparecida. Da cor da terra: etnocídio e resistência indígena. Tecnologia & Cultura, Rio de Janeiro: CEFET, edição especial, 2021. Disponível em: [https://www.cefet-rj.br/attachments/article/195/revista\\_especialPPRER.pdf](https://www.cefet-rj.br/attachments/article/195/revista_especialPPRER.pdf). Acesso em 11 jun. 2024.

OLIVEIRA, Robson. “**NASCI ERRADO E ESTOU CERTO**”: A presença da Eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro. Florianópolis, 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214968/PGSS0226-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 17 nov. 2023.

OLIVEIRA, Tarcisio Conceição; SILVA, Rebeca Ribeiro. Eu vim de lá pequenininho: noções pluriversais das infâncias e adolescências no Brasil. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro: PUC-Rio, nº 56, mai a ago., 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552274743009/552274743009.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OLIVEIRA, Tatiana de. ALVES, Ismael Gonçalves. **Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social**. Boletim Historiar, Sergipe, vol. 07, n. 02, mai./ago. 2020, p. 16-32. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/14379/10876>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social: Infância e Juventude desvalidas**. Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985 a.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Serviço Social: uma interpretação do pioneirismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985 b.

PINTO, Maria Edith Andrade. **Profissões femininas especialmente consagradas à solução do problema social**, Trabalho de Conclusão de Curso. (Obtenção do título de assistente social). Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1944.

PORTELLA, Isabel Sanson. **A pátria – Pedro Bruno (1919)**. Disponível em: <https://museudarepublica.museus.gov.br/a-patria/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

QUEIROZ, Ana Carolina de Sá. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/59498/59498.PDF>. Acesso em: 15 jan. 2025.

REIS, J. R. F. "De pequenino é que se torce o pepino": a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 7, n. 1, p. 135–157, mar. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Z76pr6qNqLGf3nFN54GQnKQ/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Rizzini, Irene. **O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitaria Santa Ursula CESPI/ USU 1997.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX.** In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000009200600100019&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000009200600100019&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 01 Dez. 2024.

RIZZINI, Irene; Pilloti, Francisco. Introdução. In: RIZZINI, Irene; PILLIOTI, Francisco (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. **Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas.** In: RIZZINI, Irene; Pilloti, Francisco (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RUSSO, Gláucia Helena Araújo; SALES, Mizzaely Suianny Lacerda de; AGUIAR, Kyslane Rodrigues de. Infância, adolescência e juventude: produção do conhecimento na Serviço Social & Sociedade. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.21, n.2, p.608-631, jul-dez.2021.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.) **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2010.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Bárbara Damasco. **A policlínica das crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: filantropia e saúde (1909-1929).** Dissertação. (Mestrado em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos.** 2ª ed. Campinas: Papel Social, 2014.

SILVA, Leandro Rocha da. **A narrativa da profissão: a imagem do Serviço Social no Distrito Federal (Rio de Janeiro, 1930-1940).** Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/18228/2/222.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, Renato. “**Abandonados e Delinqüentes**”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). Dissertação. (Mestrado em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Vandrê Aparecido Teotônio da. **A Noite do Estado Novo**: um jornal a serviço da ditadura e vice-versa (1940-1946) / Vandrê Aparecido Teotônio da Silva; orientador Marcos Antonio da Silva. – São Paulo, 2018.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. Discurso proferido no 1.º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. In: **ANAIS DO 1.º CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA**, 1922. p. 193.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Assistência social em risco**: conservadorismo e luta social por direitos. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, 487-506, set./dez. 2017.

SOUZA, Julieta Coelho. **Alguns aspectos do Serviço Social na organização da família operária**, Trabalho de Conclusão de Curso. (Obtenção do título de assistente social). Instituto Familiar e Social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1944.

VEIGA, Crislan Fernandes. **O Conceito de popular nos jornais “A Manhã” e a “Voz do Povo”**. Rio de Janeiro, 2008. (Monografia) Graduação em Comunicação Social. Escola de Comunicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2019/1/CVEIGA.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

VIEIRA, Ana Lúcia. “**A colaboração lhe bate à porta...**”: visitadoras sociais e a política de normalização de corpos e mentes de operários e operárias, de uma indústria têxtil do Rio de Janeiro (1944-1953). Rio de Janeiro, 2012. (Doutorado). Doutorado em História Política. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância. *Perspectiva*, Florianópolis, v.25, n.1,21-39, jan-jun. 2007. WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância. ***Perspectiva***, Florianópolis, v.25, n.1,21-39, jan-jun. 2007.

YASBECK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1946**. São Paulo, 1977. (Dissertação) Mestrado em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

## Anexos

## Anexo nº 1 - Determinação do QIP pelo test de "Florence Goodenough" (Continua).

Anexo nº 7.

1 - DETERMINAÇÃO DO QIP PELO TEST DE "FLORENCE GOODENOUGH"

Total de testes aplicados: 199

Inteligências superiores (QI acima de 120): 6

Inteligências normais (QI entre 90 e 119): 51

Inteligências abaixo de normal (QI entre 89 e 70) 72

Inteligências inferiores (QI entre 69 e 50) 62

Débeis, idiotas ou imbecis (QI abaixo de 50): 8

I- da de	QI	0-39	40-59	60-79	80-99	100-110	111-120	121-130	134	TOTAL
4	4-11					2				2
5	5-11					1				1
6	6-11			2	2	2				6
7	7-11		1	10	11	4				26
8	8-11		3	8	6	1	1			20
9	9-11		5	14	12	3		1		35
10	10-11		3	10	11	1		1		26
11	11-11	1	3	7	11	2	1	1		26
12	12-11		7	7	9					23
13	13-11		3	8	4	1				16
14	14-11	1	3	8	5	1				18
15		1		1	1					3

Anexo nº 1 - Determinação do QIP pelo test de "Florence Goodenough" (Continua).

II - DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE PARA APRENDIZAGEM PELOS TESTES "A B C"

Número de provas aplicadas: 33

quartil superior (QS) 10

" médio (QM) 19

" inferior (QI) 4

Este teste foi aplicado às crianças matriculadas no 1º ano elementar de curso que mantivemos de julho de 1946 a janeiro de 1947. As 4 crianças que apresentaram QI, inferior não conseguiram se alfabetizar.

III - DETERMINAÇÃO DOS INTERESSES PREDOMINANTES

NOME DO ALUNO	NÍVEL DE MATURIDADE	QUARTIL	IM	IC
Cila Ferreira Lima	23	S	8,3	10,6
Celia Ferreira Lima	20	S	9,10	6
Carlos Araujo	18	S	7,3	9
Rosali Monteiro	18	S	6,6	7,6
Colombo Monteiro Torres	18	S	6,10	6,10
Terezinha Leiva Neto	18	S	7,4	7,4
Jose Carlos Silva	17	S	6,6	6,6
Luiz Carlos Serrano	17	S	10,5	10,5
Ludoviga Neves	16	S	11,11	11,11
Jaragua N. Machado	15	S	8,11	8,11
Elisa Correia de Carvalho	15	M	8,1	8,1
Jose Faria de Carvalho	15	M	7,2	7,2
João Ferreira Lima	15	M	7,3	7,3
Elmiro M. Machado	15	M	7,7	7,7
Wilson Jose Virginio	15	M	7,8	7,8
Marly Ferreira da Silva	14	M	8,1	8,1
Nelson dos Anjos	13	M	7,1	7,1
Ismael Martins Ferreira	13	M	7,2	7,2
Jairo Alves dos Santos	12	M	7,2	7,2
Vitor Hugo	12	M	7,2	7,2
Odeete Botelho	12	M	7,2	7,2
Nadir Evas Gamboa	12	M	7,2	7,2
Emy Dos Santos Argolo	10	M	9,10	9,10
Nelson Correia de Carvalho	10	I	7,8	7,8
Italo Ferreira de Souza	7	I	8,3	8,3
Jorge Teofilo			6,9	6,9
Walter Rodrigues Chaves	11	I	6,9	6,9
Maria Vera Brant	19	S	7,7	7,7
Jurema Lira			7,7	7,7
Arlete Gomes			7,7	7,7
Antonio Dias Oliveira			8,11	8,11
Helio Parah	17	S	5,6	5,6
Dario Azevedo	17	S	7,10	7,10
Celso Azevedo	12	M	6,9	6,9
Eloy Souza Marques	16	M	6,9	6,9
Leny	15	M	8,4	8,4
Diracema				

**Anexo nº 1 - Determinação do QIP pelo *test* de “Florence Goodenough”.**

IV - DETERMINAÇÃO DOS INTERESSES PREDOMINANTES"  
Provas do Pressy - (Para crianças de + de 12 anos)  
Nº de provas aplicadas: 33

INT. PREDOMINANTES	Nº de Respostas
Digestivos.....	21
Sociais.....	9
Recreativos.(diversos)	5
Sexuais.....	6
Esportivos.....	3
De trabalho.....	2

**Anexo nº 2 - Relação dos espaços de atuação das assistentes sociais formadas no Instituto Social (Continua).**

Serviço/ Instituição	Período e Assistente Social
Juizado de Menores	1939 a 1942: Maria Josephina Rabello Albano; 1934 – Alda Alentejano
SAM – Serviço de Assistência aos Menores	1942 a 1943 – Zilah Villela Teixeira
Serviço Social da Prefeitura	1939 – Maria Luiza Fontes Ferreira (casada); 1942 a 1945 – Laura Borgado Torres
Serviço Social do Instituto de Cardiologia	1944 a 1945 - Marília Diniz Carneiro; 1945- Margarida Maria Ribeiro; Laura Bogado Torres
Serviço Social dos Servidores da Prefeitura	1946–Célia Lessa Alves Câmara 1945- Ana Augusta de Almeida y 1945-Maria Emilia de Azevedo 1945-Hebe Gonçalves Pereira
Associação do Lar Proletário	1939 a 1941 - Margarida Motta Vieira (casada) 1942 a 1943 - Elza Coutinho Dutra 1944 a 1946 - Julieta Coelho de Souza (casada) * 1947 – Maria Damasco Mouta
Curso Social da Escola Ana Nery	1940 a 1941 - Aylida Faria da Silva Pereira 1942 - Maria Luiza Moniz de Aragão 1942 a 1943 - Maria Edith de Andrade Pinto 1944 a 1947 - Ruth Barcellos
Associação das Senhoras Brasileiras	1940 a 1945 - Irene Tavares Nunes de Sá (Stella Maranhão) 1946 - Lygia Barcellos
Serviço Social da Policlínica de Botafogo	1940 a 1941 - Maria Isabel Gonçalves 1942 a 1945 - Martha Maria Gonçalves 1943 a 1944 - Neusa Santos Novais 1946 - Käthe Gerlach 1947 - Balbina Ottoni Vieira
Serviço Social do Hospital Arthur Bernardes	1942 a 1943 - Maria Cecília Forta Novaes (casada) 1946 - Lygia Loureiro da Cruz
Fiscalização do trabalho (ministério do trabalho)	1941 a 1941 - Maria Luiza Moniz de Aragão (em comissão 1 ano) 1943 a 1944 – Valentina Vaz 1943 a 1944 – Margarida Maria Ribeiro
Serviço Social da Imprensa Nacional	1941 a 1944 - Maria da Glória Lisboa Nin Ferreira
Associação de Defesa contra a Lepra	1941 a 1942 - Celia Lessa Alves Camara 1943 a 1946 - Maria José Alcantara de Barros 1943 a 1945 - Dylta Walsh (casada) 1944 - Joselina Gomes Ferreira
Serviço Social do Patronato da Gávea	1941 a 1942 - Martha Maria Gonçalves 1941 a 1914 - Maria Nazareth de Sá Germano (casada) 1944 a 1945 - Maria Edith de Andrade Pinto
Serviço Social da Escola Gonzaga Júnior	1941 a 1942 - Maria Edith de Andrade Pinto 1943 a 1944 - Heloisa de Abreu Coutinho

**Anexo nº 2 - Relação dos espaços de atuação das assistentes sociais formadas no Instituto Social (Continua).**

Serviço Social da Casa da Empregada	1942 - Elza Cerqueira (casada) 1944 - Maria Helena de Andrade Pinto 1944 - Celia Lessa Alves Camara
Paróquia Santa Terezinha	1942 - Irene Teixeira de Freitas 1913 a 1944 - Maria Helena Correia de Araújo 1945 a 1946 - Honorina de Abreu
Serviço Social da Casa do Pobre	1942 - Celia Maria Lemos Basto (casada)
Confederação dos Círculos Operários	1943 a 1944 - Maria Celia Guimarães da Cunha 1943 a 1944 - Maria Augusta de Luna Albano
SENAI	1943 - Maria Luiza Moniz de Aragão
SulAmérica (Cia. De Seguros)	1943 a 1944 - Balbina Ottoni Vieira
Serviço Social da Exposição (Casa do Comércio)	1944 a 1945 - Maria Luiza Fontes Ferreira (casada)
Ação Social Arquidiocesiana	1944 - Celia Lessa Alves Camara 1944 - Elza Coutinho Dutra 1944 a 1946 - Maria Augusta de Luna Albano
Companhia Cerâmica Brasileira	1945 - Neusa Santos Novaes
Serviço Social da CIA. Petropolitana de Fiação e Tecelagem	1944 a 1945 - Isa Pinheiro Jobim 1946 - Maria Augusta de Luna Albano
CIA. Carioca Industrial	1944 a 1945 - Balbina Ottoni Vieira 1946 - Maria Augusta de Luna Albano
Elevadores Atlas	1945 - Ana Augusta de Almeida
A.G.I.R.	1946 - Edith Magalhães Motta 1947 - Maria Victoria Pinto Lessa
Fábrica Bonsucesso	1946 - Aracy Cardoso 1947 - Maria Teresa Lyra da Silva 1947 - Dulce Leite Pinto
CIA. Bhering	1947 - Edith Magalhães Motta
Fazenda São José (Est. De São Paulo)	1945 - Lygia Barcellos 1945 - Stella Penna Botto 1945 - Carmen Dolores Pereira de Melo
SESC	1946 - Balbina Ottoni Vieira 1946 - Aracy Cardoso 1946 - Joselina Gomes Ferreira 1947 - Jandira Pinto 1947 - Maria Pacheco
Fundação Leão XIII	1947 - Maria Luiza Moniz de Aragão
Ministério da Aeronáutica	1944 - Maria da Conceição Machado Castro 1947 - Lygia Loureiro da Cruz
U.N.R.R.A.	1945 a 1946 - Marília Diniz Carneiro 1945 a 1946 - Balbina Ottoni Vieira 1945 a 1947 - Maria da Glória Lisboa Nin Ferreira
I.A.P.C. – Serviço Social da Cidade Operária de Ramos	1942-1944 - Yvone Cinelli 1942- Jurema Jackson (falecida) 1943 - Julia Maria Lisboa Nin Ferreira
Serviço Social do Conjunto de Olaria	1945 a 1947 - Evangelina Leivas de Mavignier 1945 a 1947 - Nair Cruz de Oliveira

**Anexo nº 2 - Relação dos espaços de atuação das assistentes sociais formadas no Instituto Social (Continua).**

I.A.P.I.	1944 a 1947 - Hercilia Auler Dulce Whately Nair Vieira de Carvalho Rachel Leite Ribeiro de Castro Sarah Behor Pires Sylvia Sergio Ferreira Regina Alves de Mattos
I.A.P.M. (Serviço Social)	1944-1947 - Nanoy Pessoa de Carvalho 1945-1947 - Ilka Soares 1946- 1947 - Maria José Medeiros Lima 1947 - Cleonice Y. Pinheiro
I.A.P.T.C.	- Yolanda Salvador Nessimian - Serafina Pinheiro Barroso
C.A.P.S.P.D.F.	- Emilia de Moraes Andrade
C.A.P.L.R.	- Adyr de Abreu Freitas
I.P.A.S.E.	- Honorina de Abreu - Leda Pimenta
C.A.P.F.C.B.	- Noemy Whately
L.B.A.	1942 a 1943 - Maria Luiza Moniz de Aragão
Serviço dos Combatentes	1943 a 1944 - Celia Lessa Alves Camara 1943 a 1946 - Celeste Cardoso Fontes 1943 a 1946 - Maria José Alcantara de Barros 1945 - Maria Edith de Andrade Pinto 1945 - Maria Celia Guimares da Cunha
Postos	1943 - Dolores Cruz Coelho 1943 a 1944 - Lygia Barcellos 1943 a 1944 - Maria Augusta de Luna Albano 1944 a 1945 - Joselina Gomes Ferreira
Centro Regional do Engenho de Dentro	1943 a 1944 - Lygia Loureiro da Cruz 1943 a 1945 - Dulce Walsh 1943 a 1944 - Dylta Walsh 1943 - Iva Maria Ferrari 1943 - Luzia Azevedo Penna 1943 - Maria Emilia Azevedo
Centro Regional da Gávea	1943 - Aylida Faria da Silva Pereira 1943 - Cecilia Sant'Anna (casada) 1944 a 1945 - Maria Edith de Andrade Pinto
Serviço de Proteção aos Menores	1943 a 1944 - Maria Josephina Rabello Albano 1943 a 1944 - Zilah Villela Teixeira 1943 a 1944 - Maria Isabel Gonçalves 1943 a 1944 - Maria Sylvia Albano Ribeiro 1943 a 1944 - Yolanda Menezes de Moura
Seção de Obras Sociais	1945 a 1946 - Maria Josephina Rabello Albano 1945 - Zilah Villela Teixeira 1945 - Maria Isabel Gonçalves 1945 - Maria Sylvia Albano Ribeiro 1946 - Joselina Gomes Ferreira 1946 - Marina Botelho Junqueira 1947 - Iva Maria Ferrari
Seção de Programas	1947 - Maria Josephina Rabello Albano

**Anexo nº 2 - Relação dos espaços de atuação das assistentes sociais formadas no Instituto Social.**

Campanha de Redenção da Criança	1947 - Maria Josephina Rabello Albano
Departamento de Bolsas de Estudo (Associação dos pais de família)	1945 - Maria Josephina Rabello Albano 1946 - Zilah Villela Teixeira 1946 - Maria Svlvia Albano Ribeiro 1946 - Maria Zelia Street 1946 - - Marina Botelho Junqueira
Escola Social de Curitiba	1943 - Irene Teixeira de Freitas
Escola Social de Recife	1944 - Maria de Lourdes Morais 1946 - Maria Dolores Cruz Coelho
Escola de Serviço Social de Natal	1945 - Lygia Loureiro da Cruz 1947 - Margarida Maria Souto Filgueira
Escola de Serviço Social de Porto Alegre	1945 - Odette Azevedo Soares * 1947 - Stella Penna Botto
Instituto Social (Professoras)	1942 - Aylda Faria da Silva Pereira 1942 - Odette Azevedo Soares 1943 a 1944 - Maria Hortencia do Nascimento e Silva (casada) 1944 - Marilia Diniz Carneiro 1946 - Ruth Chagas 1946 - Maria Helena Correia de Araujo